



**Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Psicologia**

Lívia Maria Teran Cavalcanti

**RACISMO E FRAGILIDADE BRANCA - UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO A PARTIR DE ENTREVISTAS
NARRATIVAS**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Priscilla Melo Ribeiro de Lima
Co-orientadora: Prof^ª Dr^ª Elisa Sanabio Tavares Heck

Goiânia,
2025

Processo: 23070.060392/2025-02 Documento: 6017942

3. Título do trabalho

RACISMO COMO COMPORTAMENTO VERBAL UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO A PARTIR DE ENTREVISTAS NARRATIVAS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Livia Maria Teran Cavalcanti, Discente**, em 02/03/2026, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 03/03/2026, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6017942** e o código CRC **C293BD0F**.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Lívia Maria Teran Cavalcanti

**RACISMO E FRAGILIDADE BRANCA - UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO A PARTIR DE ENTREVISTAS
NARRATIVAS**

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia — Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência final para obtenção do título de Mestre(a) em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais e Educacionais, sob orientação da Prof^a Dr^a Priscilla Melo Ribeiro de Lima e co-orientação da Prof^a Dr^a Elisa Sanabio Tavares Heck.

Goiânia,
2025

Cavalcanti, Livia Maria Teran

Racismo e fragilidade branca - um estudo exploratório em análise do comportamento a partir de entrevistas narrativas [e-books]: um estudo exploratório em análise do comportamento a partir de entrevistas narrativas / Livia Maria Teran Cavalcanti. - 2025.

132 f.: 2025

Orientadora: Prof(a). Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima; co-orientadora: Dra. Elisa Sanabio Tavares Heck

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2025.

Anexo.

Apêndice.

Bibliografia.

Inclui: siglas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Análise do Comportamento. 2. Racismo. 3. Teoria das Molduras Relacionais. 4. Fragilidade Branca. 5. Discurso.

I. Lima, Priscilla Melo Ribeiro de , orient. II. Heck, Elisa Sanabio Tavares , co-orient. III. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº **58** da sessão de Defesa de Dissertação de **LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI**, que confere o título de **Mestra em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco (12/12/2025)**, a partir das **13h30min**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, em formato híbrido, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada *"Racismo como comportamento verbal – um estudo exploratório em análise do comportamento a partir de entrevistas narrativas"*. Os trabalhos foram instalados pela orientadora **Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima (PPGP/FE/UFG)**, doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela UnB, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Gibson Juliano Weydmann (UniLaSalle, Canoas, RS)**, doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - integrante titular externo(a), e **Profa. Dra. Máira Lopes Almeida (PPGP/FE/UFG)**, doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - integrante titular interno. Durante a arguição os integrantes da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho para *"Racismo e fragilidade branca - um estudo exploratório em análise do comportamento a partir de entrevistas narrativas"*. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela **Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos **doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco**.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Prof. Dr. Gibson Juliano Weydmann

Prof^ª. Dr^ª. Máira Lopes Almeida

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Racismo e fragilidade branca - um estudo exploratório em análise do comportamento a partir de entrevistas narrativas



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima**, **Professora do Magistério Superior**, em 16/12/2025, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maira Lopes Almeida**, **Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACT: Acceptance and Commitment Therapy (traduzida para Terapia de Aceitação e Compromisso)

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

PPGP: Programa de Pós-Graduação em Psicologia

RFT: Relational Frame Theory (traduzida para Teoria das Molduras Relacionais)

RRAA: Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFG: Universidade Federal de Goiás

Resumo

Esta dissertação de mestrado investigou o fenômeno do preconceito racial sob a perspectiva analítico-comportamental, com ênfase na intersecção desse fenômeno com o conceito de Fragilidade Branca (DiAngelo, 2018). O objetivo geral foi compreender como o preconceito racial se manifesta no discurso de estudantes universitários e de que maneira a fragilidade branca influencia essa dinâmica. A pesquisa utilizou uma metodologia exploratória, baseada no método Reno, com a coleta de dados realizada através de entrevistas narrativas com cinco estudantes de Psicologia da UFG autodeclarados brancos, pardos e negros. Os dados foram submetidos a uma Análise Comportamental do Discurso sob a lente conceitual da Teoria de Molduras Relacionais (RFT) para verificar a (in)viabilidade de investigação do racismo por meio do comportamento verbal e identificação de relações funcionais ou de molduras relacionais nas narrativas dos voluntários. Os resultados indicaram que a Fragilidade Branca se manifesta como um comportamento de esquiva operacional, onde indivíduos brancos utilizam estratégias de esquiva à temática racial. Em contraste, o racismo se manifesta em indivíduos negros/pardos como um custo operacional de “esquiva internalizada”, sofrimento e conformidade estética. A análise das narrativas confirmou a possibilidade de identificações claras de molduras relacionais no discurso, e como que o racismo é mantido por cadeias arbitrárias de coordenação, hierarquização e oposição, especialmente ao relacionar características fenotípicas negras a valores negativos e aversivos (por ex., “Pele Negra → Perigo”, “Cabelo Crespo” → “Ruim”). A conclusão da dissertação é que o racismo é mantido por um repertório de responder relacional arbitrário na comunidade verbal. As implicações apontam para a necessidade de oposição à Fragilidade Branca e para o desenvolvimento de intervenções antirracistas baseadas na RFT em pesquisas futuras, que visem o desmantelamento das cadeias simbólicas não só à nível individual de aprendizagem de cada pessoa, mas também em ambientes de aprendizagem mais generalista, especialmente o contexto escolar e/ou acadêmico.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; Racismo; Narrativas de Vida; Teoria das Molduras Relacionais; Discurso; Fragilidade Branca; Método Reno.

Abstract

This master's dissertation sought to investigate the phenomenon of racial prejudice under the behavior analysis perspective, with emphasis on the intersection of this phenomenon with the concept of White Fragility (DiAngelo, 2018). The general objective was to understand how racial prejudice manifests in the discourse of university students and in what manner white fragility influences this dynamic. The research used an exploratory methodology, based on the Reno method, with the collection of data realized through narrative interviews with five Psychology students of UFG self-declared white, brown, and black. The data were submitted to a Behavioral Analysis of Discourse under the conceptual lens of Relational Frame Theory (RFT) to verify the (in)viability of investigation of racism through verbal behavior and identification of functional relations or of relational frames in the narratives of the volunteers. The results indicated that White Fragility manifests as an operant avoidance behavior, where white individuals utilize avoidance strategies to the racial theme. In contrast, racism manifests in black/brown individuals as an operant cost of “internalized avoidance”, suffering and aesthetic conformity. The analysis of the narratives confirmed the possibility of clear identifications of relational frames in the discourse, and how that racism is maintained by arbitrary chains of coordination, hierarchization and opposition, especially when relating black phenotypic characteristics to negative and aversive values (e.g., “Dark Skin” → “Danger”; “Afro Hair” → “Bad”). The conclusion of the dissertation is that racism is maintained by an arbitrary relational responding repertoire in the verbal community. The implications point to the necessity of opposition to White Fragility and for the development of antiracist interventions based on RFT in future research, that aim at the dismantling of symbolic chains not only at the individual level of learning of each person, but also in environments of more generalized learning, especially the school and/or academic context.

Key-words: Behavior Analysis; Racism; Life Narratives; Relational Frame Theory; Discourse; White Fragility; Reno Method.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Agradecimentos..... | 3 |
| Considerações Iniciais..... | 1 |
| Capítulo I..... | 1 |
| Embasamentos teórico-conceituais relacionados ao racismo..... | 1 |
| 1.1 Historicidade do racismo no Brasil e sua possibilidade temática de pesquisa em Análise do Comportamento..... | 1 |
| 1.2 A Fragilidade branca e a implicação da branquitude no combate ao racismo..... | 4 |
| Capítulo II..... | 1 |
| Contextualização da análise do comportamento no Brasil e operacionalização do racismo enquanto comportamento verbal..... | 1 |
| 2.1. Behaviorismo radical enquanto filosofia e Análise do Comportamento enquanto ciência: uma perspectiva histórica no Brasil..... | 1 |
| 2.2. Um grande adendo: o comportamento verbal enquanto campo de disputas teóricas.... | 6 |
| 2.3. A importância de se estudar racismo na Análise do Comportamento..... | 10 |
| 2.4. Operacionalização do racismo na Análise do Comportamento e paradigmas de pesquisa relevantes..... | 11 |
| 2.4.1 Paradigmas de pesquisa sobre racismo na Análise do Comportamento..... | 15 |
| 2.4.1.1 O reforçamento diferencial..... | 15 |
| 2.4.1.2 O Paradigma de Equivalência de Estímulos..... | 17 |
| 2.4.1.3 A Teoria das Molduras Relacionais (RFT)..... | 18 |
| 2.4.1.3.1 O Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA)..... | 21 |
| 2.4.1.3.2 Mas o que são, afinal, as molduras relacionais?..... | 23 |
| 2.5. Racismo e RFT - possibilidades de pesquisa..... | 24 |
| Capítulo III..... | 27 |
| Percurso metodológico para analisar um discurso à luz da análise do comportamento..... | 27 |
| 3.1. Análise do comportamento e discurso: uma breve revisão bibliográfica..... | 27 |
| 3.1.1 Palavras de busca..... | 28 |
| 3.1.2 Resultados..... | 28 |
| 3.1.2.1. Seleção dos dados..... | 28 |
| 3.1.2.2. Análise das metodologias encontradas..... | 31 |
| 3.1.2.3 A escolha pelo método Reno e as adaptações metodológicas feitas para a investigação pretendida..... | 33 |
| 3.2. Narrativas de vida como possibilidade de produção de conhecimento científico: uma proposta ético-política..... | 36 |
| 3.4. Tempo e narrativa: a tríplice mimesis como proposta analítica..... | 39 |
| 3.5. Percurso metodológico..... | 42 |
| Capítulo IV..... | 44 |
| Análise de dados..... | 44 |
| 4.1. Estabelecimento de categorias para o discurso e descrição do próprio analisar..... | 45 |
| 4.2. Agrupamento dos segmentos verbais de interesse, Inferência dos operantes essenciais e Análise das variáveis..... | 45 |

| | |
|--|-----|
| 4.2.1 Análise entrevista 1 - Renata: | 47 |
| 4.2.2 Análise entrevista 2 - André: | 51 |
| 4.2.3 Análise entrevista 3 - Flávia: | 57 |
| 4.2.4 Análise entrevista 4 - Marcus: | 64 |
| 4.2.5 Análise entrevista 5 - Vinícius: | 68 |
| 4.2.6 Auto-análise da entrevistadora: | 76 |
| 4.3. Molduras relacionais no discurso: | 80 |
| Considerações finais: | 87 |
| Referências bibliográficas: | 92 |
| ANEXO 1 - TERMO DE COMPROMISSO: | 97 |
| ANEXO 2 - FOLHA DE ROSTO CEP: | 98 |
| ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): | 99 |
| ANEXO 4 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP: | 101 |
| ANEXO 5 - TABELAS LIVREMENTE TRADUZIDAS DE GUERIN (2005): | 105 |
| APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA: | 109 |

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus e à minha família, que sempre me deu forças para perseguir meus sonhos e ambições — sem vocês, eu não estaria aqui.

Agradeço também à minha amiga, que é praticamente uma irmã, Áurea, que sempre riu e chorou comigo. Não poderia deixar de mencionar minha gratidão às novas amigas que ganhei neste programa de mestrado e que espero cultivar para o resto da vida: Candace, Tatiane, Geovana e Monara.

Separo um agradecimento especial à Jessyca, antiga chefe e amiga que incentivou meus estudos num contexto em que ninguém a encorajaria a tomar essa decisão de me ajudar. Se hoje completo esta dissertação, é porque você não me deixou desistir antes mesmo de tentar.

Agradeço também à Kaoma, por persistir incansavelmente ao me fazer confrontar e enfrentar as minhas dificuldades em meu percurso acadêmico, mesmo quando eu me recusava sistematicamente a falar sobre o assunto — a vitória do seu acolhimento sobre as minhas esquivas sempre aquecerá meu coração.

Agradeço às professoras Livia e Maíra, também do programa, que me ajudaram infinitamente com pequenos gestos, fundamentais para a conclusão da minha dissertação.

Não poderia deixar de mencionar meu agradecimento à banca examinadora, sobretudo à professora Elisa, que sempre exercerá um papel fundamental na minha formação analítico-comportamental.

Por fim, deixo meu último agradecimento, mas não menos importante, à minha professora orientadora, Priscilla, por sua enorme paciência e por ter acreditado em mim e no meu potencial, mesmo quando eu não acreditei em mim mesma. Espero, algum dia, ter essa mesma crença em mim enquanto pesquisadora e me orgulhar com produções futuras.

“Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história, sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.”

Chimamanda Adichie¹

¹ Traduzido por Erika Rodrigues e revisado por Belucio Haibara.

Considerações Iniciais

Implicar-se em qualquer tipo de pesquisa acadêmica certamente configura-se enquanto desafio num ambiente onde há ampla difusão de uma postura neutra e imparcial. Num mundo onde há uma suposta busca pela verdade em que o único caminho para encontrá-la perpassa os discursos cientificistas, esta proposta de pesquisa se coloca firmemente contra tal postura. Desde o título desta dissertação, não há espaço para dúvidas quanto ao recorte temático pretendido: uma pesquisa analítico-comportamental sobre racismo no contexto brasileiro. Logo, cabe aqui já desvelar ao leitor que as pesquisadoras presentes se autodeclaram brancas, e essa sinalização deve ser feita não só por um compromisso ético-político contra a ideia de neutralidade, mas também para apontar ao leitor possíveis vieses que perpassam a pesquisa, por mais rigorosos que sejam seus procedimentos metodológicos e analíticos.

A escolha pela epígrafe da literata Chimamanda Adichie (2009) deve-se justamente ao alerta feito pela autora do que ela nomeia “perigo da história única”. Em termos gerais, Adichie (2009) centra a noção de que as histórias, num todo, são intimamente contadas por quem possui poder para ditá-las, independentemente da origem do narrador ou seu conhecimento sobre o objeto narrado. Ela argumenta que esse fenômeno, além de comum ao cotidiano de todos, é perigoso por ser uma ferramenta de redução da realidade a estereótipos cujas consequências afetam em maior medida os estereotipados. Entre tantos exemplos que Adichie (2009) cita, destaca-se sua própria experiência literária ainda na infância, fortemente marcada por romances britânicos e norte-americanos:

Eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido. Agora, isso, apesar do fato que eu morava na Nigéria, nunca havia estado fora da Nigéria. Nós não tínhamos neve, nós comíamos manga e nós nunca falávamos sobre o tempo porque não era necessário. (...) A meu ver, o que isso demonstra é como nós somos impressionáveis e vulneráveis face a uma história (...). Porque tudo que eu havia lido eram livros nos quais as personagens eram estrangeiras, eu estava convencida que livros, por sua própria natureza, tinham que ter estrangeiros e tinham que ser sobre coisas que eu não podia me identificar.

Apesar de Adichie reconhecer a importância da leitura dos livros norte-americanos e britânicos em sua formação, ela ressalta que só foi a partir do seu contato com a literatura de

autores africanos que ela pôde mudar sua percepção sobre o que é a literatura, passando a se reconhecer em histórias e podendo escrever histórias as quais se identifique também. Algo interessante a respeito dessa reflexão a partir de sua própria experiência é o fato de ela trazer à tona, como algo aparentemente inócuo, a denúncia do impacto do imperialismo em sua vida. A partir do exemplo sobre os tipos de livros literários comumente disponíveis em seu país à época, Adichie expõe como não eram livros de autores nacionais — ou mesmo de autores do mesmo continente —, que moldavam suas primeiras experiências identitárias, mas de autores estrangeiros e brancos. No excerto citado anteriormente, Adichie retrata sutilmente como o imperialismo possui reflexos não somente em questões macrosociais da Nigéria, mas também em questões individuais; conforme ilustrado no exemplo da autora, nota-se como, na formação literária de uma criança, a dominação ideológica dos países com maior poder se concretiza na formação identitária dos colonizados: ela gostava de escrever e escrevia sobre o que lia.

O mesmo pode ser dito das ciências, sobretudo as ciências humanas — formuladas de maneira geral, a partir do século XIX no oeste europeu. Inúmeros são os exemplos de como as ciências sociais como a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia nasceram não só à sombra das ciências naturais, mas também com o intuito de racionalizar e justificar a dominação das potências socioeconômicas sobre seus dominados. Almeida (2019) ilustra esse movimento a partir de uma análise histórica sobre o conceito de raça e seu caráter intrinsecamente político, dado o contexto mercantilista e burguês da Europa do século XVI em que surgiu. A partir das diferentes categorias de seres humanos, o europeu, conforme expandia sua dominação político-econômica sobre outros povos, pôde criar o que se consolidaria, na modernidade, como sua identidade enquanto homem universal. Noção essa de universalidade que serviria como modo de diferenciação e subjugação de todos aqueles que não se encaixassem nessa concepção.

Ainda na análise da categoria raça, Schwarcz (2013) também comenta acerca do projeto europeu de classificação e diferenciação dos seres humanos em raças, salientando como desde o século XVIII esse ensejo europeu encontrava ecos em elaborações filosóficas (por ex., Rousseau e a noção do “bom selvagem”), históricas (por ex., debate acerca do caráter paradisíaco ou infernal do Brasil e concepção de inferioridade de seus nativos a partir do olhar eurocêntrico de Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio ou Gândavo), ou mesmo populares (por ex., história infantil da Rosa Negra², propagando o branqueamento como ideal

² A autora refere-se ao conto “A princesa negrina”. Segundo Bignotto (2021), temos que: “O conto ‘A princesa Negrina’ é exemplar da associação entre pele negra e maldição. A narrativa integra os Contos para crianças

de felicidade). Todavia, seria somente a partir do século XIX que esse projeto de raça estabeleceria sistematizações em discurso supostamente científico para legitimar valores historicamente presentes, fazendo dos atributos externos e fenotípicos “elementos definidores de moralidades e do devir dos povos” (Schwarcz, 2013, p. 17).

Percebe-se, portanto, como o perigo da história única é um fenômeno narrativo presente nos mais diversos campos da vida, de modo a criar aparatos ideológicos para justificar o status quo, seja ele qual for, em qualquer contexto. Nesse sentido, pensar a Psicologia enquanto ciência, requer uma reflexão crítica a respeito de sua própria história e de como não deixar que seus esforços se voltem unicamente para a construção de racionalizações da subjetividade humana visando a manutenção dos discursos dominantes. Por conseguinte, esta pesquisa volta-se para uma proposta de investigação que priorize um novo compromisso ético-político na Psicologia, de modo a subverter essa lógica da história única.

Contudo, cabe explicitar o recorte dentro da própria área da Psicologia proposto para a discussão posterior: a escolha da Análise do Comportamento como pano de fundo ontológico e epistemológico. Esse recorte é dado tanto por ser a visão de mundo adotada pela autora quanto por verificar, em pesquisa anterior, o caráter ainda incipiente das produções analítico-comportamentais acerca da temática do preconceito racial (Cavalcanti, 2022). Além disso, faz-se necessário explicitar um conceito-chave para a presente pesquisa, haja vista a própria raça das pesquisadoras (tanto autora principal quanto orientadora identificam-se como mulheres brancas) e a investigação pretendida dentro da temática racial: o conceito de fragilidade branca (Robin, 2018), que será detalhado em seção posterior.

Os objetivos desta dissertação de mestrado visam investigar o fenômeno do preconceito racial, com ênfase na intersecção desse fenômeno com o conceito de fragilidade branca, sob a perspectiva analítico-comportamental. Para isso, a pesquisa utilizará entrevistas narrativas com pessoas autodeclaradas brancas e pretas/pardas do curso de psicologia da UFG. O objetivo geral é compreender como o preconceito racial se manifesta no discurso dos participantes e de que maneira a fragilidade branca influencia essa dinâmica.

Para atingir esse objetivo geral, a pesquisa delineou objetivos específicos que orientam a investigação. Primeiramente, busca-se verificar a viabilidade de investigar o

(1906), de Chrysanthème, pseudônimo de Maria Cecília Bandeira de Melo Vasconcelos (1870-1948). No conto, uma rainha é amaldiçoada por desejar muito uma filha, mesmo que ‘escura como a noite’. O pedido é atendido: a princesa nasce negra e terá de passar por terríveis provas para se tornar branca. O livro teria sido a primeira obra infantil brasileira traduzida para o inglês: foi publicado na Inglaterra em 1916 com o título *The Black Princess and Other Fairy Tales from Brazil*. Uma segunda edição saiu em 1929.”

racismo por meio do comportamento verbal, utilizando a Teoria das Molduras Relacionais (RFT) para analisar os relatos obtidos nas entrevistas narrativas. Em segundo lugar, a pesquisa se propõe a descrever os contextos nos quais a fragilidade branca emerge no discurso de indivíduos de diferentes raças, bem como as consequências que essa fragilidade pode acarretar. Por fim, pretende-se verificar as (im)possibilidade(s) de elaboração de relações funcionais e a identificação de molduras relacionais nos discursos expressos nas entrevistas, permitindo uma compreensão mais aprofundada das interações e dos padrões de comportamento que sustentam o preconceito racial.

No entanto, antes de abrir mão deste lugar de tamanha pessoalidade e dar início à pesquisa propriamente dita, cabe aqui mencionar como a presente autora elaborou, em seu percurso acadêmico, sua visão de mundo acerca do tema e como esta influenciará a elaboração da pesquisa atual. Venho de uma formação generalista, como bem aponta a própria Universidade Federal de Goiás (s.d.)³ em sua descrição sobre a orientação da Psicologia em si, e da graduação que oferta como um todo, voltada para

a construção e o aprimoramento do conhecimento científico dos processos psicológicos em toda a sua abrangência e em suas interfaces com o biológico e o social, mediante a compreensão de suas numerosas e variadas abordagens teórico-metodológicas. Orienta-se também para a formação profissional em distintos setores e contextos sociais, visando à promoção da saúde mental e qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades, o que requer procedimento ético e responsável, com discernimento crítico dos processos sociais, culturais e políticos.

Contudo, por mais precisa que seja esta descrição, é inegável como sua abrangência não diz muito acerca de como esse caminho será traçado por seus futuros psicólogos individualmente. Claro que não cabe à instituição, no escopo de uma apresentação sobre um curso ofertado — seja ele qual for —, descrever qual ou como será o futuro profissional por ela formado, mas trago esse ponto aqui para explicar que, apesar de uma formação generalista, foram em suas lacunas que pude me encontrar enquanto pesquisadora.

No meu segundo ano de curso, conforme matriz curricular à época, comecei a ter maior contato com disciplinas específicas das ciências psicológicas. Nesse contexto, na disciplina de “Psicologia Social I”, pude experienciar meu primeiro grande choque enquanto futura psicóloga branca quando um colega negro expressou, em uma fala, seu sentimento de

³ Universidade Federal de Goiás. (s.d.). Apresentação - Curso de Psicologia. Faculdade de Educação. Recuperado em 06 de outubro de 2025, de <https://fe.ufg.br/p/6819-apresentacao-curso-de-psicologia>

incômodo em face ao seu “não-lugar” ou ao seu “não-pertencimento”. Meu choque se deu não pela fala do meu colega em afirmar “não ver o próprio rosto em outros rostos” naquele contexto acadêmico; nem mesmo pelo fato dele se sentir assim e estar certo em sua descrição (afinal, o perfil discente e docente do curso era majoritariamente branco); mas pelo silêncio absoluto após sua fala e como aquele silêncio fez parecer a fala dele tão deslocada que soou como algo descontextualizado ou que não deveria ser dito.

Esse pequeno episódio foi o primeiro contexto em que pude experienciar, em primeira mão, numa fala aparentemente simples, ecos de uma denúncia há muito discutida por diversos outros acadêmicos(as) negros(as). Claro, também fui responsável por aquele silêncio, mesmo tendo alguma noção teórica acerca do racismo — mas de nada serve esse conhecimento uma vez que, quando confrontado pelo fenômeno em sua materialidade, a única resposta emitida é o silêncio, especialmente quando balizado num estranho e improdutivo sentimento de culpa. Estranho porque apesar de não ter sido nenhuma novidade a observação feita pelo meu colega, foi a primeira vez que notei como a “disposição racial” do meu curso causava sofrimento nele; Improdutivo porque, em face daquele sofrimento real, literalmente no mesmo espaço físico que o meu, não encontrei palavras ou gestos para expressar qualquer coisa — e não interpreto aquele silêncio coletivo, ou o meu próprio silêncio, como alguma espécie de escuta ou de acolhimento.

Esse primeiro choque, no contexto acadêmico, somado a muitos outros de outros contextos diversos, possibilitou, em minha história, três ensejos: o primeiro, de me tornar uma pessoa com um letramento racial mais decente e a noção de que isso é algo a ser feito para o resto da minha vida; o segundo, de entender o fenômeno do preconceito racial à luz da psicologia, mais especificamente, à luz da análise do comportamento; e o terceiro — talvez o mais íntimo —, de entender como seria possível a construção de novas aprendizagens não só modeladas por vieses antirracistas, mas também como concretizá-las e reproduzi-las de forma eficaz.

Isso tudo para dizer que, assim como se deu em minha formação acadêmica, a construção desta pesquisa reflete os percursos que tive. Primeiro tive que ter meus olhos abertos para o racismo estrutural e como ele estava presente em meu próprio curso, ou seja, experienciar o que outrora configurava-se apenas como noção teórica; depois, tive que, a partir daquele incômodo, buscar compreender o fenômeno do preconceito racial pela Psicologia; em sequência, buscar conceituações próprias do meu olhar teórico-epistemológico e por fim, numa escolha pessoal, tentar produzir algum conhecimento científico sobre.

Sendo assim, a presente pesquisa divide-se em quatro capítulos, os quais serão tecidos à semelhança de minha trajetória acadêmica: a partir de apropriações teóricas de autores de áreas afins à Psicologia (por ex., Sociologia, Antropologia, Filosofia etc.) que serão posteriormente traduzidas para um embasamento filosófico behaviorista e em seguida operacionalizadas em categorias próprias à análise do comportamento.

Capítulo I

Embasamentos teórico-conceituais relacionados ao racismo

“[Segregation] was disestablished because ordinary people became collectively aware of themselves as potential agents of social change, as holding within their collective hands the power to create a new world”⁴.

Angela Davis (2006/2013)

1.1 Historicidade do racismo no Brasil e sua possibilidade temática de pesquisa em Análise do Comportamento

O racismo no Brasil possui raízes profundas que permeiam a estrutura social e cultural do país, manifestando-se tanto de maneiras explícitas — embora não institucionalizadas (como foi na África do Sul com a política do *apartheid*) — quanto de maneiras sutis nas interações cotidianas e nas instituições. Nesse sentido, o racismo no Brasil não pode ser compreendido apenas como um conjunto de ações discriminatórias, mas como um fenômeno estruturante que permeia e organiza as relações sociais, históricas e políticas, criando uma hierarquia racial que marginaliza e subjuga os negros. A abolição da escravidão, por exemplo, não significou a erradicação do racismo, mas apenas uma reconfiguração das formas de exclusão e opressão dos negros, que, em muitos aspectos, continuaram a ser tratados como cidadãos de segunda classe (Nascimento, 2016; Schwarcz, 2013). Dessa forma, compreender o racismo no Brasil exige uma análise que aborde tanto suas manifestações históricas quanto suas formas contemporâneas, levando em consideração os contextos culturais e estruturais que sustentam a desigualdade racial (Nascimento, 2016; Schwarcz, 2013).

À título de exemplo: o Brasil tem enquanto especificidade histórica a sua política de embranquecimento — ou miscigenação — populacional; política essa que falhou em seu projeto biologicista e pseudocientífico, uma vez que não é possível separar os seres humanos em categorias raciais biologicamente, mas que se tornou bem-sucedida ideologicamente para defender uma supremacia branca, e, portanto, existindo enquanto categoria social, antropológica e cultural (Munanga, 2003).

⁴ Traduzido livremente para: “[A segregação] foi desmantelada porque pessoas comuns se tornaram coletivamente conscientes de si mesmas como potenciais agentes de mudança social, como detentoras, em suas mãos coletivas, do poder de criar um novo mundo.”

Neste cenário, a Análise do Comportamento pode oferecer uma perspectiva funcional para entender como o racismo se perpetua em diferentes níveis, desde as interações individuais até as práticas sociais e culturais mais amplas. Segundo Skinner (2007), comportamentos são moldados e mantidos por suas consequências, o que implica que as atitudes discriminatórias, mesmo que inconscientes⁵, podem ser reforçadas e perpetuadas ao longo do tempo através de práticas sociais e culturais. A análise do comportamento permite, então, investigar como os comportamentos racistas são reforçados, tanto em nível individual quanto coletivo, e como tais padrões são sustentados pelas contingências de reforço que operam nas relações de poder e privilégio (Hayes e colaboradores, 2001). Assim, ao aplicar uma abordagem analítico-comportamental ao estudo do racismo, é possível identificar os processos pelos quais as atitudes e práticas discriminatórias são reforçadas e como elas se reproduzem dentro das estruturas sociais que continuam a marginalizar os grupos racializados.

Schwarcz (2013) salienta a particularidade histórica excepcional do Brasil, que desde o marco legislativo do fim da escravatura (instauração da Lei Áurea de 1888 por pressões político-econômicas tanto internas quanto externas), reestruturou-se socialmente. Era necessária a construção de um discurso que não só unificasse o povo brasileiro enquanto república, mas que apagasse literal e figurativamente as diferenciações existentes entre as diversas raças presentes no território. Além disso, objetivou-se o apagamento das violências exercidas sobre os que não caíssem sob o rótulo de brancos, de modo a se difundir uma noção de unidade forjada a partir da condução e da superioridade da raça branca sobre as demais, em prol do desenvolvimento do país.

Nesse sentido, Schwarcz (2013) aponta como, historicamente, no Brasil, diversos teóricos do darwinismo social apontavam para o caráter degenerativo da miscigenação das raças, indicando uma espécie de condenação do país a não ser por um projeto consistente de branqueamento de sua população. Ainda historicamente, a autora discute como esse “Laboratório Racial Brasileiro” alterou seu discurso ao longo da história, moldando-se a partir das concepções e das demandas contextuais específicas de determinados grupos em períodos específicos, culminando, na década de 1930, na constituição do mito da democracia

⁵ Vale ressaltar: “o que o behaviorismo rejeita é o inconsciente como um agente, e está claro que também rejeita a mente consciente como um agente (Skinner, 2006, p. 133).” A partir dessa compreensão, tomemos os termos “(in)consciente” enquanto descrições comportamentais da identificação ou da não identificação de estímulos ambientais que selecionam determinada resposta de algum organismo qualquer. Por exemplo: é comum que pessoas tenham vocábulos racistas em seu cotidiano sem necessariamente saberem identificar o porquê dessa utilização; ou mesmo, de não se acharem reprodutoras de valores racistas por não haver uma intencionalidade em sua fala, independentemente da sua escolha vernacular.

racial no Brasil. O contexto brasileiro de construção identitária de seu povo foi primordialmente embasado em políticas de embranquecimento e de violência sistemática contra aqueles considerados inferiores. Nascimento (2016) relata como a partir de incentivos sistemáticos do governo para a constituição de uma população cada vez mais branca, contribuiu-se para a perpetuação de violências históricas contra o povo negro no Brasil datadas desde o período colonial. Independentemente da natureza do mecanismo coercitivo (por ex., estupro de mulheres negras escravizadas por senhores de engenho, negação da existência de racismo no Brasil etc.), Nascimento (2016) aponta como, ao longo da história, existiu um projeto de genocídio do povo negro brasileiro. Além disso, o autor também argumenta que esse projeto se sofisticou e se complexificou com o tempo, mas que essencialmente manteve a dominância do branco sobre o negro. Munanga (2003) analisa como a brutalidade policial é uma forma contemporânea de expressão sistemática e institucionalizada do racismo no contexto brasileiro — expressão essa que foge às sutilezas do racismo nacional. É possível associar essa crítica feita pelo autor da realidade nacional à noção de sofisticação do racismo de Nascimento (2016), haja vista a facilidade de construções sofistas para defender a brutalidade policial contra pessoas negras, tomando-a como combate ao crime, ignorando diversas nuances dessa complexa situação.

Retomando Almeida (2019), fazem-se necessários esclarecimentos acerca da diferenciação entre preconceito, racismo e discriminação. O autor define o racismo enquanto “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (p. 22). Já o preconceito racial pode ser definido como um “juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (p. 22); e a discriminação racial como “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (p. 23).

Dessa forma, Almeida (2019) descreve o caráter sistêmico do racismo, de modo a compreendê-lo como um fenômeno estrutural complexo que ultrapassa tanto concepções individuais prescritivas ao comportamento quanto questões institucionais, haja vista que todo o preconceito e/ou discriminações diretas ou indiretas, públicas ou privadas, são efeitos de uma sociedade racista. Pelas palavras de Almeida (2019, p. 24), temos que:

o racismo — que se materializa como discriminação racial — é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e

de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas — bairros, guetos, bantustões⁶, periferias etc. — e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos — como escolas e hospitais — como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o *apartheid* sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estadunidense.

A partir dessas considerações, numa perspectiva analítico-comportamental, é possível apreender o racismo enquanto fenômeno relacionado tanto ao nível de seleção ontogenético quanto ao nível de seleção cultural. É possível apreender como o racismo se traduziu e traduz no entrelaçamento extremamente complexo de incontáveis variáveis datadas desde antes da criação humana do conceito raça, e de como as consequências desse fato selecionaram (e selecionam) comportamentos de organismos e de sociedades/culturas, de modo a manter relações funcionais favoráveis ao modelo historicamente construído de Homem Universal, que não atende às pluralidades e variabilidades tanto de organismos quanto de ambientes, mas exerce controle o suficiente para contribuir com a manutenção do racismo enquanto problema social.

1.2 A Fragilidade branca e a implicação da branquitude no combate ao racismo

Robin DiAngelo (2018), em sua obra *White Fragility*, discute amplamente a maneira como pessoas brancas reagem defensivamente quando confrontadas com questões sobre raça e racismo. A autora define a “fragilidade branca” como um estado emocional de desconforto ou de defesa que surge quando indivíduos brancos são expostos a discussões sobre racismo, revelando sua incapacidade de lidar com a questão sem reagir com negação, minimização ou culpa. DiAngelo argumenta que essa fragilidade se manifesta como um mecanismo de proteção para preservar os privilégios da branquitude e evitar o enfrentamento da realidade do racismo estrutural.

A fragilidade branca, segundo a autora, seria produto de um ambiente social que não prepara as pessoas brancas para refletirem sobre sua própria racialidade. As estruturas sociais,

⁶ Territórios segregados criados pelo governo do *apartheid* na África do Sul e na Namíbia para a população negra, servindo como uma ferramenta de segregação racial para manter os negros afastados das áreas brancas e privá-los de cidadania e de direitos.

culturais e políticas ocidentais foram construídas de forma a centrar a branquitude como norma. Este ambiente, que oferece aos brancos o conforto da invisibilidade racial, faz com que qualquer desafio a essa posição privilegiada seja sentido como uma ameaça. Nesse sentido, DiAngelo expõe como a própria “invisibilidade” da branquitude perpetua o racismo, pois, ao se manter fora da análise crítica, a branquitude permanece associada à neutralidade e à universalidade, protegendo-se da responsabilização (DiAngelo, 2018).

Um ponto central que DiAngelo traz à tona é a ideia de que as discussões sobre racismo tendem a focar nas pessoas racializadas, como se fossem elas as únicas afetadas e, portanto, as únicas responsáveis por resolver as questões relacionadas à discriminação racial. No entanto, ao ignorar a implicação dos indivíduos brancos e da branquitude nas dinâmicas de poder que sustentam o racismo, essas discussões permanecem incompletas. DiAngelo (2018) enfatiza que a branquitude não pode ser deixada de fora dos debates sobre racismo, pois ela está intrinsecamente envolvida no sistema de opressão que marginaliza as pessoas negras e outras pessoas racializadas.

A partir dessa perspectiva, a implicação de pesquisadores brancos no estudo do racismo, e especificamente da branquitude, é não apenas relevante, mas fundamental, e é algo que a presente pesquisa objetiva materializar em sua proposta e execução. Ao escrever sobre fragilidade branca, DiAngelo, como uma pesquisadora branca, também está se inserindo na discussão como um exemplo de autorreflexão e de responsabilidade. Isso reflete um compromisso ético de não apenas explorar o racismo como algo externo, mas como uma questão que também envolve a própria identidade e posição de privilégio. A autora demonstra como os pesquisadores brancos têm um papel crítico na luta contra o racismo ao examinar e dismantelar as dinâmicas de poder nas quais estão inseridos. Segundo ela, o silêncio ou a neutralidade de pesquisadores brancos frente às questões de branquitude e racismo equivale a uma cumplicidade na perpetuação do *status quo* (DiAngelo, 2018).

A análise da autora também reforça a importância da branquitude ser estudada não apenas como uma constituinte da identidade racial branca, mas como uma construção social que impacta profundamente as relações raciais. Essa construção, no entanto, não é neutra; pelo contrário, ela se alinha com o poder e o privilégio. A branquitude, ao ser naturalizada, obscurece as formas de violência simbólica e material que mantêm as desigualdades raciais. Assim, é imperativo que a branquitude seja colocada em foco nas pesquisas e intervenções antirracistas, pois sem essa análise, as dinâmicas de opressão racial não serão completamente compreendidas, nem desconstruídas (DiAngelo, 2018).

A relevância desse debate para o contexto brasileiro, marcado por um racismo que muitas vezes é negado ou invisibilizado sob o mito da democracia racial, não pode ser subestimada. No Brasil, embora o racismo seja uma realidade cotidiana para pessoas negras, a branquitude frequentemente é deixada fora das discussões, permanecendo como o ponto cego das análises críticas. A autora nos lembra que as pessoas brancas precisam não apenas reconhecer seu privilégio, mas também tomar uma posição ativa contra ele, responsabilizando-se por seu papel nas estruturas racistas. É nesse sentido que se destaca a importância de pesquisadoras brancas assumirem a tarefa de examinar criticamente a branquitude, contribuindo assim para a luta contra o racismo de forma mais ampla.

Como DiAngelo argumenta, não se trata de um sentimento de culpa paralisante, mas de responsabilidade ativa: “A questão não é se os indivíduos brancos são racistas, mas como eles são socializados dentro de um sistema racialmente estruturado” (2018, p. 22). O reconhecimento dessa socialização é o primeiro passo para que pessoas brancas possam se implicar efetivamente na luta antirracista, desafiando a sua própria fragilidade branca e os mecanismos que sustentam o racismo.

Retomando a descrição inicial da fragilidade branca, atrelando o conceito ao sentimento de desconforto ou de defesa por parte de pessoas brancas, DiAngelo sintetiza que esse sentimento é baseado em formas contraditórias de racionalização do racismo de modo a manter o *status quo*. Ainda de acordo com a autora, estas racionalizações baseiam-se em quatro pilares ideológicos que foram social e historicamente construídos, sendo: 1) O individualismo; 2) A meritocracia; 3) O binarismo bom-mau; e 4) A superioridade internalizada.

O *individualismo* refere-se ao deslocamento do racismo em seu caráter estrutural para o indivíduo, de modo que o indivíduo branco afirma não ser ele, uma pessoa racista, apesar do racismo existir. A *meritocracia* diz respeito à falsa noção de que todos são iguais perante as instituições sociais e a forma de socialização, de modo que o branco entende que seus privilégios sociais não se configuram como tal, e sim, como fruto de seu trabalho e/ou merecimento. O *binarismo bem-mau*, por sua vez, trata-se da maniqueização do racista enquanto pessoa má e do não racista enquanto pessoa boa. A partir do momento que se estabelece o racista enquanto alguém que quer ferir intencionalmente o negro, ou mesmo quando há um questionamento do aspecto sociológico e estrutural do racismo, o branco transforma o debate em questionamento da sua própria moral. Sendo assim, o branco defende-se ao afirmar não ter intenção de ferir o negro, conseqüentemente, não sendo racista. A *superioridade internalizada*, por fim, trata-se da noção instituída desde a socialização da

criança de que ser branco na sociedade é melhor do que ser negro. Nesse sentido, é possível compreender os quatro pilares destacados na conceituação como aspectos de seleção culturais do comportamento das pessoas, especialmente dos indivíduos brancos e dos comportamentos racistas emitidos, sejam verbais ou não (DiAngelo, 2018).

Pesquisas com entrevistas narrativas possibilitam a identificação dessas ideologias, explicitamente expressas ou não por pessoas brancas e negras para a compreensão de como a fragilidade branca ao mesmo tempo se constitui e mantém a supremacia branca em todos os níveis de seleção dos organismos (ontogenético, filogenético e cultural). Espera-se, nesse sentido, que a pesquisa possibilite a identificação e compreensão de como a fragilidade branca comparece nas narrativas das pessoas, e como ela as impacta.

A fragilidade branca, portanto, é um conceito central na discussão contemporânea sobre o racismo estrutural e suas manifestações no comportamento das pessoas brancas, especialmente diante de discussões sobre privilégio racial. Tomando este conceito como descrição da reação defensiva de indivíduos brancos quando confrontados com temas de racismo e desigualdade racial, pode-se observar esse comportamento como um mecanismo de proteção do status social da pessoa branca, que, ao ser desafiada a reconhecer seu privilégio, muitas vezes recorre a reações como negação, minimização ou justificativas do racismo sistêmico — sendo, todas, formas de evitar o desconforto associado à conscientização de sua posição dentro de uma hierarquia racial desigual.

Capítulo II

Contextualização da análise do comportamento no Brasil e operacionalização do racismo enquanto comportamento verbal

“Que uma pessoa seja a favor do trabalhismo, que pretenda votar num determinado candidato, que seja inteligente, liberal ou pragmática, é algo que sabemos, não a partir do que ela sente, mas do que ela diz ou faz.”
Skinner (2006/1974)

2.1. Behaviorismo radical enquanto filosofia e Análise do Comportamento enquanto ciência: uma perspectiva histórica no Brasil

Descrever a Análise do Comportamento tomando como ponto de partida seu fundador, Burrhus Frederic Skinner, não é uma tarefa simples, pois suas ideias e explicações estão distribuídas em várias de suas obras. Dessa forma, autores dedicados a comentar a obra de Skinner buscaram tanto reunir quanto simplificar seus conceitos principais. A Análise do Comportamento é caracterizada por ser uma ciência que examina, de modo sistemático, as interações entre os organismos e o ambiente. Organismo é definido como qualquer ser que tenha a capacidade de interagir com o ambiente por meio de comportamentos, enquanto o ambiente compreende tudo o que influencia os comportamentos dos organismos através de estímulos, podendo estes ser tanto estímulos antecedentes quanto consequências (Baum, 2019; Leonardi & Velasco, 2018; Moreira & Medeiros, 2019; Skinner, 2006/1974; Todorov, 1982).

Antes de explorar os componentes dessa síntese, é essencial entender algumas diferenças fundamentais entre Análise do Comportamento, análise experimental do comportamento e behaviorismo. Como termo genérico, o behaviorismo assume significados variados, dependendo do contexto em que é empregado. Contudo, o behaviorismo radical é uma posição epistemológica desenvolvida por Burrhus Frederic Skinner, que o utiliza como filosofia científica para estabelecer a Análise do Comportamento enquanto ciência (Todorov & Hanna, 2010).

Baseado em observações lógicas, ainda que não sistemáticas, sobre o comportamento humano, Skinner propõe que o comportamento humano pode ser compreendido como um conjunto de relações ordenadas. A análise científica, por sua vez, possibilita o aprofundamento dessa compreensão, o que configura a base para a construção da Análise do

Comportamento — que inclui tanto análises funcionais experimentais, chamadas de análise experimental do comportamento, quanto análises funcionais não experimentais (Todorov & Hanna, 2010).

Na obra *Sobre o Behaviorismo* (2006/1974), Skinner distingue a Análise do Comportamento do behaviorismo radical. A Análise do Comportamento refere-se a uma ciência básica e aplicada, cujo objetivo é explicar, interpretar, prever e controlar o comportamento humano, e que está relacionada ao campo da biologia. Já o behaviorismo radical é uma filosofia científica e constitui a principal estrutura epistemológica para a compreensão do comportamento (Leonardi & Velasco, 2018; Todorov, 1982). Skinner (2006/1974) também realiza uma análise histórica do behaviorismo, descrevendo o behaviorismo metodológico de Watson — apresentado em seu manifesto de 1913 — como uma posição filosófica e política que, à época, era essencial para que a Psicologia fosse validada cientificamente. No entanto, Skinner (2006/1974) aponta que o behaviorismo metodológico, ao ignorar estados considerados como mentais e sentimentos, cometeu erros que culminaram em críticas.

Para Skinner (2006/1974), o behaviorismo radical é uma filosofia que não nega a introspecção, mas questiona a natureza do que é observado ou sentido. Essa abordagem permite a auto-observação e o autoconhecimento, porém distingue o behaviorismo radical de filosofias anteriores ao desafiar o que realmente pode ser conhecido por meio da observação pessoal. Assim, ao propor o behaviorismo radical, Skinner introduz uma epistemologia que, ao contrário das demais, rejeita o mentalismo como explicação causal de fenômenos psicológicos e coloca o foco nas variáveis ambientais. A partir dessa perspectiva, o autor sugere que o behaviorismo radical adota uma postura crítica em relação aos eventos internos e considera os sentimentos e estados ditos mentais sem excluir ou descartar tais fenômenos como irrelevantes. Ele argumenta que, embora o behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico tenham excluído eventos privados, o behaviorismo radical adota uma abordagem que questiona a confiabilidade da observação privada.

Essa visão orienta Skinner a compreender o comportamento como um fenômeno com regularidades, que pode ser estudado de maneira sistemática por meio da observação científica (Todorov, 1982). Entre as características do behaviorismo radical estão seu caráter monista, materialista, determinista, externalista e selecionista (Leonardi & Velasco, 2018; Skinner, 2006/1974; Todorov, 1982). Ele é considerado monista e materialista porque o organismo e o ambiente são entendidos como parte da mesma matéria; externalista por rejeitar o mentalismo como explicação causal; determinista, ao considerar o ambiente como

variável relevante para o comportamento; e seletcionista porque postula que as interações entre o organismo e o ambiente ocorrem de forma ordenada, sendo as consequências dessas interações essenciais para a compreensão do comportamento (Leonardi & Velasco, 2018; Skinner, 2006/1974; Skinner, 2007/1981; Todorov, 1982).

Dessa forma, autores como Leonardi e Velasco (2018), Baum (2019) e Moreira e Medeiros (2019) defendem a Análise do Comportamento como uma linguagem científica, distinta da filosofia, conforme proposta por Skinner no behaviorismo radical. Esses autores reconhecem a existência de diferentes versões do behaviorismo e esta pesquisa adota a proposta da Análise do Comportamento apoiada pelo behaviorismo radical. Como descrito por Todorov (1982): “A Análise do Comportamento é uma linguagem da psicologia que vê seu objeto como o estudo de interações organismo-ambiente. Interessa-se especialmente pelo homem, mas estuda também interações envolvendo outros animais sempre que houver algum motivo para supor que tais estudos possam ajudar no esclarecimento de interações homem-ambiente” (p. 14).

Para o behaviorismo radical, o ambiente não é entendido apenas como um lugar, mas como um conjunto de variáveis complexas que influenciam o comportamento do organismo (Moreira & Medeiros, 2019). Todorov (1982) sugere que o ambiente pode ser dividido em componentes históricos, biológicos, físicos e sociais; e, segundo Todorov e Hanna (2010), o que auxilia os analistas do comportamento a descrever melhor as interações organismo-ambiente. Todorov (1982) também aponta que, embora dividir o ambiente em partes possa ser útil, há riscos de interpretações equivocadas se o todo não for considerado, exigindo um movimento constante entre as partes e o todo.

Para compreender o comportamento, Skinner (2007/1981) propõe a seleção por consequências, que funciona como uma explicação causal das interações organismo-ambiente. Esse processo é restrito aos seres vivos e pode ser analisado em três níveis: filogenético, ontogenético e cultural. Skinner (2007/1981) argumenta que, embora cada nível de seleção tenha uma especificidade para diferentes ciências, há uma característica comum em todos eles: a seleção natural seleciona e mantém comportamentos de acordo com as contingências ambientais. Assim, comportamentos são mantidos e selecionados pelo ambiente de maneira semelhante às características biológicas (Skinner, 2007/1981).

Essa perspectiva sugere que o ambiente seleciona comportamentos, removendo do organismo o papel de agente causal. Entre as implicações dessa abordagem está a consideração das condições ambientais, que podem ser alteradas para resolver problemas comportamentais (Skinner, 2007/1981). A seleção filogenética explica os comportamentos

reflexos, selecionados ao longo da história evolutiva das espécies. Skinner (2007/1981) destaca que o nível ontogenético — relacionado à Psicologia — compreende comportamentos individuais que operam no ambiente, produzindo consequências específicas, e que esses comportamentos são selecionados em resposta às contingências ambientais. No nível cultural, que interessa à antropologia, segundo Skinner (2007/1981), observa-se a seleção de comportamentos compartilhados em um grupo, envolvendo a complexidade das interações entre organismos e promovendo a sobrevivência do grupo. Em resumo, Skinner (2007/1981) considera o comportamento humano como produto conjunto da seleção natural, incluindo contingências filogenéticas e ontogenéticas em níveis social e cultural.

Em *Sobre o Behaviorismo*, Skinner (2006/1974) expressa sua opinião de que a ciência do comportamento é mal compreendida, particularmente por seus resultados, que permanecem restritos a especialistas e “raramente fazem qualquer esforço para explicar seus resultados àqueles que não são especialistas” (p. 10). Ele defende que a análise experimental do comportamento usa análises de comportamentos em ambientes controlados para compreender a relação entre comportamento e ambiente, apesar da crítica feita aos especialistas em explicarem isso para outros públicos.

Todorov (1982) sintetiza a análise experimental como uma ciência que utiliza instrumentos de relações funcionais para estudar as interações entre organismo e ambiente. Todorov (1982) também explica que o experimentador manipula contingências para buscar relações funcionais e as condições nas quais são observadas. Didaticamente, Todorov (1982) explica que:

O experimentador manipula contingências em busca de relações funcionais e das condições (variáveis de contexto) nas quais podem ser observadas. Um sistema de relações funcionais constituirá uma teoria útil se vier acompanhado de especificações de onde, no ambiente externo, as variáveis independentes e as variáveis de contexto devem ser encontradas. Interações organismo-ambiente ocorrem sempre no tempo. Nosso objeto de estudo não é uma coisa, mas um evento, e para entendê-lo, devemos observá-lo (p. 41).

Em suma, a Análise do Comportamento, a Análise Experimental do Comportamento e o behaviorismo radical formam um arcabouço teórico e prático robusto para compreender as complexas interações entre o organismo e o ambiente. Essa perspectiva, ao considerar a importância das variáveis contextuais e das consequências, oferece um entendimento mais amplo e profundo dos fenômenos comportamentais.

Contudo, a Análise do Comportamento não é exclusivamente experimental e laboratorial — o próprio *Verbal Behavior* de Skinner é um grande exemplo de como o próprio fundador dessa ciência psicológica não se restringiu às pesquisas experimentais de base, mas também a modelos interpretativos de pesquisa. A Análise do Comportamento começou a ganhar destaque no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, quando as ideias de Skinner começaram a ser adotadas e adaptadas por pesquisadores e profissionais da área (Todorov & Hanna, 2010). Este movimento foi impulsionado pela formação de grupos de estudo e pesquisa em diversas universidades, que buscavam não apenas compreender os princípios da Análise do Comportamento, mas também aplicá-los em contextos práticos, como educação e saúde mental. Autores como Todorov e Carolina Bori desempenharam papéis fundamentais na consolidação dessa abordagem, promovendo um diálogo entre a teoria skinneriana e as particularidades da cultura brasileira (Todorov & Hanna, 2010).

Entretanto, a trajetória da Análise do Comportamento no Brasil não foi isenta de desafios. Críticas ao behaviorismo, que o consideravam uma abordagem excessivamente reducionista, ainda permeiam o debate acadêmico (Moreira & Medeiros, 2019). No entanto, defensores dessa ciência argumentam que essa crítica ignora a riqueza das interações complexas que podem ser estudadas a partir dessa perspectiva. A ênfase na observação e na experimentação rigorosa permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos comportamentais, contribuindo para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e éticas (Skinner, 2006/1974; Todorov, 1982).

O futuro da Análise do Comportamento no Brasil parece promissor, à medida que o interesse acadêmico e prático por essa abordagem continua a crescer. A crescente aceitação da terapia comportamental em ambientes clínicos e educacionais indica uma mudança na percepção sobre a eficácia e a relevância dessa abordagem (Leonardi & Velasco, 2018). Além disso, a integração de novas tecnologias, como a análise de dados e a inteligência artificial, pode enriquecer ainda mais a pesquisa e a prática comportamental, oferecendo novas ferramentas para a intervenção e a compreensão do comportamento humano (Baum, 2019). Assim, a Análise do Comportamento não apenas enriquece o campo da Psicologia, mas também proporciona intervenções valiosas em diversas áreas da sociedade. A história da Análise do Comportamento no Brasil ilustra um percurso de crescimento e adaptação, demonstrando como essa abordagem pode ser moldada para atender às necessidades locais e culturais (Todorov & Hanna, 2010).

Com um futuro promissor e novas oportunidades para pesquisa e aplicação, a Análise do Comportamento está bem posicionada para continuar a impactar positivamente a

sociedade brasileira. É a partir desse contexto que a presente pesquisa se propõe a investigar o fenômeno do preconceito racial expresso em discursos numa perspectiva de entrevistas narrativas, diferenciando-se das demais pesquisas experimentais prevalentes na área.

2.2. Um grande adendo: o comportamento verbal enquanto campo de disputas teóricas

Um ponto fundamental para esta dissertação diz respeito ao que os behavioristas nomeiam por comportamento verbal. Contudo, por mais importante que seja sua definição, vale ressaltar a existência de uma disputa teórica entre “skinnerianos e RFTistas”, por assim dizer (Abreu & Hübner, 2012; Perez, 2022). Nesse sentido, nesta seção serão apresentados os principais pontos dessa discussão, de modo a explicar, ainda que superficialmente, o que é o comportamento verbal — até porque, sem ele, não seria possível adotar a proposta de operacionalização do racismo na análise do comportamento — e a justificar a escolha de uma postura integrativa entre ambas as propostas⁷.

No campo da comunicação, Skinner se propôs a pensá-la em termos coerentes com sua própria proposta filosófica, ou seja, como poderia ser compreendida a linguagem a partir de um paradigma monista, funcional e contextualista? O autor defende que a linguagem é frequentemente encarada como uma entidade ou um sistema que os indivíduos adquirem ou possuem, carregando um caráter de “coisa” separada da ação (Skinner, 2006/1974). Por outro lado, o comportamento verbal seria tratado funcionalmente como qualquer outra categoria de comportamento operante, sendo uma ação que gera consequências e está sujeita aos mesmos processos de seleção (Skinner, 2006/1974). Para que o comportamento verbal se manifeste, é indispensável a presença de um falante e de um ouvinte (Skinner, 1957/1978), mesmo que ambos sejam a mesma pessoa (Baum, 2019). A comunidade verbal é definida pelo conjunto de organismos que exercem o papel de ouvinte e que já foram também falantes e por isso reforçam seletivamente o comportamento verbal do falante. Assim, qualquer agrupamento de indivíduos que interaja por meio de trocas verbais constitui uma comunidade verbal (Baum, 2019).

Assim como qualquer operante, o comportamento verbal é modelado ao longo do tempo. Um mesmo comportamento verbal pode experimentar variações em sua frequência e consequências dependendo da comunidade verbal em que é emitido, pois o processo de modelagem é sensível às contingências de reforçamento locais (Baum, 2019). Embora seja

⁷ Concordamos com a ponderação de Perez (2022, p. 70): “Obviamente, uma visão integrativa também apresenta limitações. A primeira delas diz respeito à resolução de diferenças conceituais inconciliáveis. Embora tal conciliação não seja necessária a uma visão integrativa (e.g., De Houwer & Hughes, 2020) [...]”

um comportamento operante, o comportamento verbal possui uma característica distintiva: ele exige a mediação de outro organismo (o ouvinte) para produzir as consequências desejadas no ambiente (Skinner, 1957/1978). A função do comportamento verbal, nessa lógica, é alterar o comportamento do ouvinte de modo a produzir um efeito específico para o falante.

Skinner descreveu seis operantes verbais clássicos ao longo de toda sua obra *Verbal Behavior*, mas para fins didáticos, apresentamos a sistematização desses operantes feita por Abreu e Hübner (2012) na tabela a seguir:

| TABELA 4 - Sistematização de Operantes Verbais Skinnerianos (Abreu & Hübner, 2012) | |
|--|---|
| Operantes verbais sobre controle formal (topografia) | Citação direta |
| Ecóico | “Um som de um estímulo verbal produz uma resposta vocal do ouvinte com correspondência ponto a ponto com o som do estímulo. Considere como exemplo uma criança que repete a emissão vocal ‘mamãe’ após a mãe tê-la dito. O ecóico pode acelerar o processo de modelagem de outros operantes verbais, pois o operante ecóico de uma criança pode ser emitido para evocar novas unidades de resposta sobre as quais o reforço do outro poderá tornar-se contingente. Operantes ecóicos são fundamentais na geração de outros comportamentos verbais. Por isso é interessante que, em um primeiro momento, a comunidade verbal insista no reforçamento da correspondência precisa. Um repertório adequado poderá ser aplicado com sucesso a novos padrões. No ecóico fica nítida a emissão verbal sob o controle de uma verbalização de outra pessoa. Mesmo na explicação do auto-ecóico observamos uma análise ouvinte-orientada, pois quando uma pessoa repete um número de telefone para não esquecer, por exemplo, o faz enquanto ouvinte de si mesma.” (p. 370) |
| Textual | “O comportamento vocal pode ficar sob o controle de um estímulo verbal não auditivo, no caso, um estímulo desenhado ou escrito. O textual está envolvido no desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e também de escrita. Na transcrição, por exemplo, a resposta escrita depende da correspondência entre a unidade de resposta e de estímulo. Como subtipos, temos a cópia (e.g., estímulo verbal escrito, quando uma criança copia um texto) e o ditado (e.g., estímulo verbal auditivo, quando uma criança responde a um ditado feito por sua professora). A análise do comportamento textual é em grande extensão ouvinte-orientada, pois a sua emissão dependerá do comportamento verbal de outra pessoa ou do produto desse mesmo comportamento, a exemplo do texto escrito na cópia.” (p. 370) |
| Intraverbal | “No comportamento intraverbal uma parte da cadeia verbal controla a outra. Contudo, ressalta-se que qualquer elo de uma cadeia intraverbal não poderá estar sob o controle exclusivo do elo anterior mais próximo. O comportamento de declamar uma poesia em toda a sua extensão é um bom exemplo. Nele o controle múltiplo de estímulos reside nos vários elos de ligação do operante intraverbal. Por esse motivo, se eventualmente o falante incorrer em um lapso durante a declamação, via de regra, precisará retomar o início do texto. De outro modo, o declamar a poesia em toda a sua extensão seria menos provável, pois os elos da cadeia, em isolado, exerceriam fraco controle sobre a emissão verbal.” (p. 370) |

| Operantes verbais que não estão sobre controle formal (topografia) | Citação direta |
|--|--|
| Tato | <p>“Diferentemente de operantes como o ecóico, o intraverbal ou o textual, que possuem como evento antecedente um estímulo verbal, o tato se caracteriza por ser controlado por eventos ou objetos do ambiente, ou ainda por algumas de suas propriedades. Assim, emitimos tatos sobre o ambiente em situações em que, por exemplo, descrevemos os ingredientes de uma comida frente a um apetitoso jantar ou falamos de uma dor de cabeça que subitamente nos acomete. No tato, a relação com a privação, ou qualquer estimulação aversiva, é enfraquecida através do reforçamento diferencial da resposta verbal sob o controle de um estímulo não verbal. Frequentemente o tato é consequenciado por muitos diferentes reforçadores ou por um reforçador generalizado. O reforçamento é provido por uma dada comunidade verbal interessada na instalação desse operante.” (p. 371)</p> |
| Mando | <p>“Discursos do falante tomados como ordens, comandos ou pedidos seriam mandos por especificarem um reforçador que será mediado pelo comportamento do ouvinte. O mando é, portanto, um tipo de operante verbal caracterizado pela relação única entre a forma da resposta e o reforçamento característico mediado por uma comunidade verbal. O efeito do reforçamento mediado será tanto maior quanto o forem os estados de privação ou as contingências aversivas sob as quais o falante se encontra (Skinner 1957/1992). Assim, um falante com sede pode pedir um copo de água ou exigir silêncio em meio a um ambiente barulhento, sendo reforçado por meio da mediação do ouvinte que lhe traz a água ou desliga o rádio.” (p. 371)</p> |
| Autoclítico | <p>“Parte do comportamento dos organismos pode se tornar variável de controle para outra parte. Nesse sentido, há dois sistemas de resposta, sendo um baseado no outro. O sistema superior só pode ser entendido com relação ao sistema básico (Skinner, 1957/1992). O autoclítico é uma unidade de comportamento verbal que depende das relações verbais básicas para sua ocorrência (e.g., tato, mando, intraverbal, textual, ecóico), e que altera o controle que estas exercerão sobre o comportamento do ouvinte (Skinner, 1957/1992). Pode, devido a essa particularidade, ser classificado como um operante verbal de ordem superior. Contudo, diferentemente dos operantes verbais como o ecóico, o textual ou o intraverbal, que também dependem de outro comportamento verbal, os processos autoclíticos requerem a discriminação de propriedades do comportamento do falante pelo falante no momento em que este compõe seu comportamento verbal. Os autoclíticos dividem-se principalmente em autoclíticos descritivos, qualificadores e quantificadores. Os autoclíticos descritivos caracterizam-se por serem respostas verbais que especificam as relações de controle sobre o comportamento do próprio falante. [...] Os autoclíticos qualificadores exercem sua função de qualificação do tato intensificando ou modificando a direção do comportamento do ouvinte. [...] Os autoclíticos quantificadores afetam o ouvinte por indicarem propriedades relativas à quantidade do operante básico emitido pelo falante.” (p. 373)</p> |

A partir desses operantes básicos, muitos pesquisadores puderam se debruçar experimentalmente em pesquisas sobre o comportamento verbal; e essas definições tornaram-se muito úteis para uma compreensão behaviorista da comunicação como um todo. Contudo, autores como Barnes-Holmes e colaboradores (2000) e Hayes e colaboradores (2021) apontam que, apesar das proximidades conceituais entre a proposta skinneriana e a

proposta RFTista, suas unidades de análise e propostas de pesquisa não estão integradas, “permanecendo como ilhas de conhecimento e de pesquisas dissociadas nas práticas da área” (Perez, 2022, p. 48).

As principais críticas à definição skinneriana de comportamento verbal dizem respeito ao chamado “condicionamento especial do ouvinte” pelo autor. Skinner (1957/1978) aponta, em duas instâncias distintas em sua obra, que

Uma definição do comportamento verbal como comportamento reforçado pela mediação de outras pessoas precisa, como veremos, de maiores esclarecimentos. Além do mais, tal definição não nos diz muito sobre o comportamento do ouvinte, mesmo que houvesse pouco comportamento verbal a considerar se alguém ainda não tivesse adquirido respostas especiais para os padrões de energia gerados pelo falante. Essa omissão pode ser justificada, pois o comportamento do ouvinte, ao servir de mediador para as conseqüências do comportamento do falante, não é necessariamente verbal em nenhum sentido especial. Na verdade, não podemos distingui-lo do comportamento em geral e uma descrição adequada do comportamento verbal precisa cobrir apenas aqueles aspectos do comportamento do ouvinte necessários para explicar o comportamento do falante (pp. 16-17).

e, também, que

O condicionamento especial do ouvinte é o x do problema. O comportamento verbal é modelado e mantido por um meio verbal — por pessoas que respondem de certa maneira ao comportamento por causa das práticas do grupo do qual elas são membros. Essas práticas e a interação resultante entre o falante e o ouvinte produzem os fenômenos aqui considerados sob a rubrica de comportamento verbal (p. 270)

A partir dessa conceituação, muitos autores notaram que Skinner falhou em definir o que seriam essas práticas reforçadoras da comunidade verbal, apropriando-se de vernáculos mentalistas (como o termo “língua”) para explicar direta e inversamente sua influência sobre o comportamento verbal (Perez, 2022). Outro ponto que os autores chamam a atenção como crítica à definição skinneriana de comportamento verbal diz respeito ao foco da definição na mediação do reforço (Perez, 2022; Abreu e Hübner, 2012).

Essa ênfase excessiva na contingência social de três termos, um ponto que os autores (Perez, 2022; Abreu e Hübner, 2012) apontam como críticas que foram feitas, acaba por generalizar demais, abrangendo comportamentos que não são tipicamente verbais, e,

crucialmente, omite uma característica particular aos humanos: a sua natureza simbólica e relacional.

Ao integrar a RFT, autores como Perez (baseado em Tourinho) propuseram a compreensão do comportamento verbal em um continuum de complexidade. Essa perspectiva conceitual é importante porque reconhece que o comportamento verbal não é uma categoria dicotômica, mas sim uma hierarquia de complexidade funcional. No extremo menos complexo do continuum, o comportamento é estritamente controlado por contingências diretas e se assemelha mais à definição skinneriana (dependente de reforçadores sociais imediatos). No entanto, à medida que se avança, o comportamento torna-se crescentemente controlado pelo responder relacional derivado, sendo menos dependente de contingências de reforço diretas e mais determinado pelo sistema simbólico do indivíduo, que foi historicamente aprendido.

Portanto, a RFT permite tratar o comportamento verbal como um conjunto de habilidades que varia em complexidade, sendo a habilidade de derivar relações arbitrárias a característica que confere ao comportamento sua natureza simbólica e o diferencia do comportamento operante não verbal. Isso capacita o analista de comportamento a examinar não apenas o que é dito, mas como as palavras se relacionam e por que essas relações (molduras arbitrárias) controlam o comportamento, mesmo na ausência de mediação social imediata.

2.3. A importância de se estudar racismo na Análise do Comportamento

A pesquisa sobre racismo no Brasil é de fundamental importância, dado o histórico e as dinâmicas sociais que perpetuam desigualdades raciais no país. Estudos apontam que a população negra enfrenta não apenas discriminação racial, mas também uma série de desigualdades sociais e econômicas que impactam suas vidas cotidianas. Dados como do Atlas da Violência (Cerqueira e colaboradores, 2021) que se baseia em dados do ano de 2019, ao mostrar que 77% das vítimas de homicídio no Brasil eram pessoas negras (autodeclaradas pretas e pardas), ilustram essa realidade violenta em contexto nacional. A Psicologia, em suas diversas abordagens, tem um papel crucial na compreensão dos fenômenos sociais e na promoção de mudanças significativas. A Análise do Comportamento, em particular, oferece ferramentas para investigar como o racismo é aprendido, mantido e modificado por meio de interações sociais e contextos culturais.

A Análise do Comportamento volta-se para as interações entre organismo e ambiente de modo a focar nas relações funcionais que as sustentam, permitindo que pesquisadores compreendam como os indivíduos aprendem e reproduzem preconceitos raciais. Por meio de abordagens qualitativas, como entrevistas narrativas, é possível explorar as experiências de indivíduos em diferentes contextos e como esses contextos moldam suas percepções e atitudes em relação ao racismo. Essa metodologia é especialmente eficaz para captar nuances do discurso e da vivência, possibilitando um entendimento mais profundo das dinâmicas de poder e de opressão que caracterizam as relações raciais no Brasil. Assim, o estudo do racismo não apenas enriquece o campo da Psicologia, mas também contribui para a formação de intervenções que visam, por exemplo, reduzir a discriminação racial e promover uma sociedade mais justa e igualitária — por mais que este não seja o foco da presente pesquisa.

A utilização de entrevistas narrativas com pessoas brancas e negras permite um diálogo crítico sobre a experiência racial no Brasil, possibilitando que os participantes compartilhem suas vivências e percepções sobre o racismo. Essa abordagem não apenas enriquece a compreensão do fenômeno, mas também cria um espaço para que os indivíduos brancos reconheçam suas próprias posições privilegiadas e o impacto que isso tem nas dinâmicas raciais. É imprescindível que os estudos continuem a se desenvolver nessa direção, oferecendo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais e comportamentais que sustentam a discriminação racial e buscando maneiras efetivas de combatê-la; especialmente porque o fenômeno do racismo deve ser estudado em múltiplas frentes com metodologias diversas, para além de estudos de caso no contexto clínico ou na redução de vieses raciais negativos no contexto experimental. Contudo, para que isso se torne algo possível, devemos entender como a análise do comportamento investiga o discurso (ponto a ser discutido no capítulo III), bem como a escolha do paradigma da Teoria das Molduras Relacionais (ou em inglês, Relational Frame Theory - RFT) para esta pesquisa.

2.4. Operacionalização do racismo na Análise do Comportamento e paradigmas de pesquisa relevantes

O racismo como fenômeno complexo é frequentemente abordado, sob a perspectiva analítico-comportamental, na sua interpretação enquanto atitude. Embora algumas propostas explorem o racismo em sua dimensão cultural, com foco em conceitos como racismo institucional e metacontingências (Mizael & Sampaio, 2019), a literatura nacional existente é escassa, carecendo de investigações mais profundas e sistemáticas sobre essas relações

funcionais e o que há é uma prevalência de pesquisas com foco interpretativo do fenômeno em nível ontogenético.

Na análise ontogenética do racismo, como explorado por Mizael, Santos e de Rose (2016), e em estudos subsequentes, surgem direções que propõem formas de operacionalizar o racismo como um comportamento verbal. Bernard Guerin (1994) foi pioneiro na análise das atitudes e crenças através de uma lente analítico-comportamental — entendendo que as atitudes “podem ser consideradas respostas avaliativas emitidas de acordo com a história prévia de aprendizagem” (Mizael, Santos & Rose, 2016, p. 124).

Podemos apontar Bernard Guerin (2005) como a principal referência internacional para a discussão do racismo em termos analítico-comportamentais, haja vista seu pioneirismo operacional em traduzir a “atitude racista” para comportamentos, especificamente, comportamentos verbais. Em seu artigo “*Combating Everyday Racial Discrimination Without Assuming Racists or Racism: New Intervention Ideas From a Contextual Analysis*”, o autor defende a noção de que para se combater a discriminação racial — especificamente a cotidiana e não ostensivamente violenta —, é preciso concentrar a atenção na análise e experimentação de intervenções específicas com base em análises funcionais/contextuais.⁸

Guerin (2005) argumenta, como explicitado desde a escolha do título do artigo, que não é produtivo abordar o problema por meio de conceitos e definições generalistas como “racistas” ou “pessoas em posse de racismo” numa espécie de justificativa causal. A crítica do autor baseia-se em dois pontos: o primeiro, é a própria negação do mentalismo como explicação causal de fenômenos; o segundo, é a arguição de que formulações mentalistas e generalistas não produzem intervenções eficazes. Contudo, por mais lógica que seja a crítica do autor, afirmar que

A fim de ampliar o leque de intervenções disponíveis, é necessário desafiar alguns pressupostos nesta área. Uma característica comum da maioria das tentativas atuais de intervenção é a presunção de que o discurso ou a discriminação racista derivam de uma propriedade inerente às pessoas, denominada **racismo**, e que tais indivíduos são chamados de **racistas**. Embora nem todos os modelos atribuam explicitamente a causa a isso, ela é inerente na maioria dos modelos atuais (ver Verkuyten, 2003). [...] É importante esclarecer neste ponto que, para aqueles que vivenciam o racismo, é provável que seja assim que experimentam tais eventos, visto que as atribuições cotidianas estão fortemente focadas em atribuições internas (Miller, 1984). Tais

⁸ Ver Anexo 5, no qual há uma tradução livre das três tabelas feitas por Guerin (2005), nas quais o autor ilustra seu ponto.

atribuições internas são úteis estratégica ou discursivamente para a conversa cotidiana, por exemplo, ao permitir a referência a um grupo externo negativo, ao permitir uma concepção do problema para além de uma causa social/estrutural abstrata, ao transferir a responsabilidade pela mudança para a outra pessoa, ou ao dificultar que alguém desafie suas declarações (Edwards & Potter, 1993; Guerin, 2003a). Portanto, há boas razões pelas quais as pessoas vivenciam as coisas dessa maneira. O argumento também **não está dizendo que, se nos abstermos de explicar tais práticas em termos de um “racismo internalizado”, as pessoas que as realizam possam ser desculpadas de alguma forma**. O argumento afirma que tais práticas são prejudiciais e precisam ser mudadas, mas que **explicá-las conceitualmente** (verbalmente, discursivamente) **como causadas por racistas ou racismo não ajuda** (Guerin, 2005, pp. 47-48, livremente traduzido, grifos da autora).

pode se configurar num problema, sobretudo em se tratando da divulgação das pesquisas comportamentais para o grande público, ou mesmo para especialistas em Psicologia de abordagens epistemológicas distintas. Combater práticas comportamentais racistas sem implicar a compreensão de que as pessoas são, sim, racistas é traçar um argumento complexo em termos simplistas que podem recair justamente na individualização da problemática racial — como apontado por DiAngelo (2018); ou ainda, na negação do racismo estrutural como parte do ambiente das pessoas, e conseqüentemente, apagamento da noção de que ele vai modelar aprendizagens de organismos e de valores culturais. Certamente, uma ideia de racismo estrutural generalizado ou de “racismo internalizado” como causalidade não são úteis, todavia, cabe um debate delicado em compreender esses termos mentalistas como constituintes ambientais históricos que influenciam, sim, comportamentos racistas.

Trazendo a discussão para o contexto brasileiro, temos como principais referências na área pesquisadores como Mizael e de Rose⁹. Esses pesquisadores começaram a integrar a ideia de que comportamentos discriminatórios em relação a pessoas negras podem ser vistos como atitudes preconceituosas — que podem ser objeto de previsão, controle e intervenções analítico-comportamentais, mesmo que de forma incipiente. A proposta deles, apoiada em revisões bibliográficas, defende a utilização do paradigma de equivalência de estímulos e, posteriormente, da Teoria das Molduras Relacionais (RFT) como instrumentos para

⁹ Essa afirmação é feita meramente por uma questão temporal: a primeira pesquisa analítico-comportamental com recorte temático específico ao racismo foi a dissertação de mestrado de Mizael, orientada por de Rose em 2016.

investigar empiricamente o racismo no nível ontogenético.

Ambas as linhas de pesquisa permitem entender como atitudes preconceituosas podem ser aprendidas indiretamente, e Mizael e colaboradores (2022) afirmam que

A grande importância da investigação funcional das atitudes se deve tanto à precisão do modelo explicativo comportamental quanto ao impacto social dessa variável. Atitudes impactam amplamente na nossa sociedade e disseminam-se rapidamente, sendo variáveis relevantes para a compreensão de comportamentos como preconceitos (sejam estes étnicos, raciais, religiosos, de gênero etc.) e preferências (por marcas, estética, moda etc.), mesmo na *ausência de uma história direta de aprendizagem* (Kohlenberg e colaboradores, 1991; Watt e colaboradores, 1991; Dixon e colaboradores, 2003). Este último ponto é o que impossibilita a partir de um modelo comportamental skinneriano, compreender esse fenômeno (p. 208).

No entanto, por mais revolucionária que seja essa nova compreensão de aprendizagem indireta, o comportamento verbal segue dependente de aprendizagem direta, similaridade formal ou variabilidade — o que mantém, portanto, o desafio aos pesquisadores analistas do comportamento em explicar comportamentos verbais novos, especialmente em se tratando de uma temática complexa como a do racismo.

Assim como a Análise do Comportamento foi introduzida no Brasil por Keller na década de 1960, a pesquisa de Táhcita Medrado Mizael se destaca como uma das principais referências no estudo do preconceito racial. As suas publicações estabelecem um ponto de ligação entre a operacionalização analítico-comportamental do racismo e as investigações que têm sido realizadas, refletindo uma abordagem que busca integrar a ciência do comportamento com a luta contra o racismo. Mesmo em estudos como o de Tavares e Kuratani (2019), que examinaram os efeitos do racismo em contextos clínicos sem citar Mizael explicitamente, é evidente a influência de suas ideias, que sugerem a possibilidade de desenvolvimento de uma prática clínica antirracista dentro da Análise do Comportamento.

De forma geral, existem caminhos diversos para a investigação do racismo sob a perspectiva analítico-comportamental, abrangendo desde experimentos controlados até revisões de literatura e relatos de experiências clínicas. A análise da literatura nacional da última década revela, todavia, que as pesquisas analítico-comportamentais ainda estão ligadas a um número restrito de autores, refletindo tanto o potencial quanto as limitações dessa abordagem (Cavalcanti, 2022).

As limitações se tornam evidentes pela falta de proposições operacionais que se distanciem das ideias dos autores principais, pensando em propostas que abordem os demais

níveis de seleção dos comportamentos. Enquanto o potencial, por sua vez, reside na necessidade de responsabilizar a Análise do Comportamento por seu histórico de silêncio em relação ao racismo; responsabilização essa que pode impulsionar a criação tanto de intervenções eficazes, quanto à construção de novas possibilidades de pesquisa para analistas do comportamento que se interessem pela temática.

Portanto, a exploração analítico-comportamental do racismo abre um campo promissor para a pesquisa, permitindo que os profissionais do comportamento desenvolvam abordagens mais abrangentes, enquanto se comprometem com a promoção da justiça social e da equidade. As investigações futuras nesse âmbito devem considerar não apenas a operacionalização do preconceito racial, mas também a responsabilidade ética da Análise do Comportamento na luta contra o racismo, refletindo criticamente sobre suas práticas.

2.4.1 Paradigmas de pesquisa sobre racismo na Análise do Comportamento

Mizael, Gomes e Silva (2019) traçam três grandes paradigmas de pesquisa na área comportamental em se tratando do recorte temático pertinente à negritude, seja em contexto nacional ou internacional, sendo: 1) Reforçamento diferencial; 2) Equivalência de Estímulos e 3) A Teoria das Molduras Relacionais (RFT). A presente pesquisa se pauta nesse delineamento temporal das autoras, e por mais que *negritude* e *racismo* sejam problemas temáticos distintos, ao filtrar a discussão das autoras com a análise integrativa da literatura de Cavalcanti (2022), é possível notar essa linha temporal de paradigmas também em produções nacionais mais recentes — excetuando pesquisas de casos clínicos. Sendo assim, a seguir serão apresentados cada um dos três paradigmas, justificando a escolha pelo paradigma da RFT para a presente pesquisa ao final deste capítulo.

2.4.1.1 O reforçamento diferencial

O procedimento de reforçamento diferencial é uma estratégia de intervenção comportamental que opera pela aplicação simultânea de dois princípios: o reforço de respostas desejáveis e a extinção de respostas inadequadas (Moreira & Medeiros, 2019). Enquanto o reforçamento é mobilizado para elevar a frequência de comportamentos-alvo, a extinção atua reduzindo a emissão de comportamentos indesejados pelo rompimento da relação de contingência vigente. Assim, no reforçamento diferencial, os comportamentos considerados inapropriados deixam de ter eficácia na produção de reforçadores, direcionando

o indivíduo para a emissão de respostas alternativas. Além disso, os comportamentos mantidos sob um esquema de reforçamento intermitente — ou seja, aqueles que são reforçados apenas ocasionalmente em certas situações (Skinner, 1953/1978) — demonstram maior resistência à extinção. Conforme pontuam Moreira e Medeiros (2019), essa história de reforçamento variável torna o comportamento mais persistente, dificultando a sua eliminação completa.

Em contrapartida, o uso de controle aversivo, como na punição ou no reforçamento negativo, revela-se uma tática menos eficiente em longo prazo, visto que tende a eliciar respostas de contracontrole, fuga e esquiva por parte do organismo (Catania, 1999). Num exemplo prático no contexto da presente pesquisa, particularmente na execução de uma entrevista narrativa, a aplicação de consequências punitivas por parte do pesquisador aos relatos verbais do narrador poderia resultar no afastamento ou esquiva deste em relação ao ambiente¹⁰, logo, a postura da entrevistadora deve ser o mais acolhedora possível. Catania (1999) argumenta que a utilização de estímulos reforçadores é preferível para o manejo do comportamento verbal, pois não provoca as reações defensivas associadas ao controle aversivo. Dessa forma, o reforçamento diferencial emerge como uma alternativa mais eficaz e ética às práticas coercitivas, capitalizando a vantagem de evitar as consequências adversas ligadas ao controle aversivo (Catania, 1999)¹¹.

Como aplicação prática, Mizael e colaboradores (2019) citam o estudo de Hauserman, Walen e Behling (1973), que utilizou o reforçamento diferencial para promover a integração social de crianças negras em uma sala de aula majoritariamente branca. A intervenção instruiu a professora a reforçar (por meio de elogios) os alunos que interagissem com colegas negros, notavelmente sentando-se com eles durante o lanche, inicialmente sob instruções “indiretas” (a professora não encorajou diretamente que os colegas interagissem especificamente com colegas negros, mas sim que interagissem com colegas que normalmente não interagem de maneira geral), e posteriormente, apenas mantendo o reforço. O resultado foi um aumento significativo na interação. Além disso, as crianças brancas generalizaram esses novos comportamentos de socialização para outros contextos da escola, como na sala de aula. Mizael e colaboradores (2019) ressaltam quão promissor foi o resultado desse experimento, mas também apontam que, como foi o único encontrado em sua revisão

¹⁰ Isso sem considerarmos que a própria pesquisadora e sua raça branca não podem ser tomadas como estímulo neutro — independentemente da raça de seu entrevistado.

¹¹ Todavia é possível argumentar que, em face aos efeitos negativos da extinção (por ex., aumento de agressividade na topografia de respostas), o reforçamento diferencial não pode ser considerado como uma prática totalmente livre de coerção.

bibliográfica, sem quaisquer replicações, nota-se a negligência temática de pesquisadores analistas do comportamento.

2.4.1.2 O Paradigma de Equivalência de Estímulos

O paradigma de equivalência de estímulos, como descrito por Sidman (2009), refere-se a um fenômeno em que o aprendizado de certas relações entre estímulos pode produzir a emergência de novas relações, não diretamente ensinadas. Essas novas relações emergem de uma forma que não podia ser prevista com base apenas nos conceitos de discriminação, processo em que o reforçamento de uma classe de respostas depende dos estímulos antecedentes presentes (Azoubel, Leite & Micheletto, 2024). A constituição dessas relações de equivalência é feita experimentalmente através do procedimento de discriminação condicional, ou *matching-to-sample* (Azoubel, Leite & Micheletto, 2024). Nesse procedimento, a formação de uma classe de equivalência é atestada quando as relações emergentes satisfazem três propriedades matemáticas: reflexividade, simetria e transitividade (Azoubel, Leite & Micheletto, 2024).

Tomando-se um conjunto de estímulos arbitrários (A, B e C), o pesquisador treina primeiramente as relações de linha de base, como A-B e A-C. A demonstração da equivalência se dá por meio de testes não reforçados: a reflexividade é verificada quando o indivíduo seleciona um estímulo idêntico ao modelo (A-A); a simetria é comprovada quando a relação se inverte (o indivíduo seleciona A quando B é o modelo, ou seja, B-A); e a transitividade é estabelecida quando o participante parecia dois estímulos (B e C) que nunca foram diretamente conectados, mas que compartilham o estímulo A como um mediador (Azoubel, Leite & Micheletto, 2024). A ocorrência bem-sucedida dessas três propriedades estabelece que os estímulos A, B e C pertencem à mesma Classe de Equivalência, tornando-os funcionalmente intercambiáveis (Azoubel, Leite & Micheletto, 2024).

Na educação, a aplicação do paradigma é notável. O estudo conduzido por De Rose, Souza e Hanna (1996) investigou a aquisição de habilidades de leitura e escrita em crianças não-leitoras, utilizando uma metodologia baseada nos princípios de exclusão e equivalência de estímulos. A principal conclusão do trabalho é que o programa de ensino demonstrou ser altamente eficaz, levando todas as crianças participantes a aprenderem a ler as palavras que foram indiretamente ensinadas.

Esse resultado reforça o modelo da equivalência de estímulos como uma explicação comportamental robusta para a aquisição da leitura. Adicionalmente, a pesquisa destacou a

importância de um componente de ensino específico: a construção de palavras (cópia e nomeação de palavras escritas com letras móveis). No primeiro experimento, onde essa tarefa foi incluída, a maioria das crianças (cinco de sete) não só aprendeu as palavras de treino, mas também demonstrou uma significativa generalização da leitura para novas palavras e progresso na escrita (soletração). Já no segundo experimento, quando essa tarefa foi removida, a capacidade de generalização da leitura foi observada em apenas um dos quatro participantes.

Portanto, os autores concluíram que, embora o procedimento baseado em exclusão seja suficiente para ensinar a leitura das palavras específicas de treino, a generalização da leitura para um repertório mais amplo é substancialmente favorecida quando o programa de ensino integra a prática de construção de palavras.

Sendo assim, é importante entender o paradigma de equivalência de estímulos, haja vista a sua prevalência em experimentos analítico-comportamentais já na temática do preconceito racial. Tanto que Mizael e colaboradores (2019, p. 127) sintetizam:

Nos estudos que utilizaram o paradigma de equivalência de estímulos (Sidman, 1994; Sidman & Tailby, 1982), o preconceito racial foi visto como a formação de classes de equivalência entre pessoas negras e atributos negativos, envolvendo também a transferência de funções, geralmente negativas, para essas pessoas (cf. Mizael & de Rose, 2017). Duas pesquisas encontradas utilizaram o paradigma de equivalência de estímulos com o intuito de reverter ou reorganizar tais relações e, assim, reduzir o preconceito racial.

O paradigma de equivalência de estímulos oferece, portanto, uma base sólida para a Análise do Comportamento, permitindo que pesquisadores e profissionais compreendam melhor a aprendizagem e as interações sociais (Mizael, Santos & de Rose, 2016; Mizael e colaboradores, 2019).

2.4.1.3 A Teoria das Molduras Relacionais (RFT)

A Teoria das Molduras Relacionais (RFT), desenvolvida por Steven C. Hayes e seus colaboradores, representa um avanço significativo na ciência analítico-comportamental, especialmente no que se refere à compreensão do comportamento verbal e da linguagem. A RFT sugere que as experiências humanas são organizadas e interpretadas por meio de relações que as pessoas estabelecem entre diferentes eventos e estímulos. Essas relações

moldam não apenas a comunicação, mas também a maneira como as pessoas interagem com o mundo ao seu redor.

Central à RFT é a ideia de que os indivíduos não apenas respondem a estímulos, mas que sua experiência é profundamente influenciada pela forma como estabelecem conexões entre diferentes elementos. Hayes e colaboradores (2012) argumentam que a maneira como construímos essas relações impacta nossas ações e reações. Por exemplo, a relação entre a palavra “cachorro” e a ideia de “animal de estimação” não se limita a uma simples associação, mas envolve uma rede complexa de experiências e significados que orientam como uma pessoa reage a essa palavra em diferentes contextos.

As relações que os indivíduos estabelecem podem ser classificadas em várias categorias, como coordenação, distinção, causalidade e temporalidade. A coordenação implica que dois ou mais eventos são percebidos como equivalentes, facilitando a formação de categorias. A distinção, por outro lado, permite que as pessoas reconheçam diferenças entre eventos, como a separação entre “cachorro” e “gato”. Já a causalidade relaciona eventos de forma que um pode ser visto como influenciando o outro, enquanto a temporalidade ajuda a organizar experiências em uma sequência lógica. Essas relações têm um impacto direto no comportamento. Por exemplo, a forma como uma pessoa percebe uma situação pode ser influenciada por suas experiências passadas e pelas relações que formou ao longo do tempo. Assim, a RFT propõe que para compreender o comportamento humano, é crucial considerar as molduras que as pessoas estabelecem em suas interações.

A RFT também pode se traduzir em práticas terapêuticas eficazes. A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), que se baseia nos princípios da RFT, busca promover a flexibilidade em como as pessoas se relacionam com suas experiências. Em vez de evitar ou lutar contra experiências difíceis, a ACT incentiva os indivíduos a aceitá-las e a se comprometer com ações que estejam alinhadas com seus valores. Essa abordagem se mostrou eficaz no tratamento de questões como ansiedade e depressão, ajudando as pessoas a encontrarem significado em meio a dificuldades. Hayes e colaboradores (2012) destacam que essas intervenções podem resultar em uma redução significativa de sintomas de ansiedade e depressão, além de facilitar habilidades sociais e promover aprendizado. Esses resultados reforçam a importância da RFT na prática clínica, evidenciando seu potencial para ajudar indivíduos a navegar por experiências desafiadoras. Além de suas aplicações na terapia, a RFT também pode oferecer contribuições para o campo educacional: ao considerar como as relações entre conceitos são formadas, educadores podem, por exemplo, desenvolver currículos que incentivem conexões significativas entre diferentes áreas do conhecimento.

A Teoria das Molduras Relacionais, proposta por Hayes, Barnes-Holmes e Roche (2001), amplia o entendimento do paradigma de equivalência ao incluir relações mais complexas entre estímulos, como hierarquias e relações de causa e efeito. A RFT sugere que a linguagem humana se baseia na habilidade de relacionar estímulos de formas flexíveis e contextualizadas. A principal diferença entre a Teoria das Molduras Relacionais (RFT) e o paradigma de equivalência de estímulos está no tipo de relações que cada uma considera. O paradigma de equivalência de estímulos, conforme Sidman (2009), foca exclusivamente nas relações em que os estímulos aprendem a ser considerados equivalentes, ou seja, os sujeitos associam estímulos entre si com base na equivalência. Por exemplo, no contexto do paradigma de equivalência, se um sujeito aprende que o estímulo A é igual ao estímulo B ($A = B$), e que o estímulo B é igual ao estímulo C ($B = C$), ele pode, portanto, derivar que o estímulo A também é igual ao estímulo C ($A = C$), sem a necessidade de reforçamento adicional para essa nova relação. Esse tipo de relação, conforme o paradigma de equivalência, é essencialmente simétrica, transitiva e reflexiva — embora a RFT se utilize da descrição de outras propriedades, que serão explicitadas posteriormente — e é classificada, na RFT, como uma relação coordenada.

Por outro lado, a Teoria das Molduras Relacionais (RFT), desenvolvida por Hayes, Barnes-Holmes e Roche (2001), propõe um modelo mais abrangente e flexível de aprendizado relacional. Quando comparada com o paradigma de equivalência de estímulos, a RFT permite uma maior complexidade na formação de relações, permitindo que os indivíduos se relacionem com estímulos de maneiras que não se limitam à coordenação (Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001). Quer dizer, a RFT não se limita a relações de coordenação, mas considera uma variedade de “relações relacionais”, como disjunção, oposição, distinção, causa-efeito e comparação. Em outras palavras, a RFT argumenta que a capacidade humana de estabelecer relações entre estímulos vai além da equivalência, englobando uma gama mais ampla de interações relacionais entre os estímulos. Por exemplo, enquanto no paradigma de equivalência, a relação é focada na igualdade entre estímulos, na RFT, as relações podem envolver diferenças ou contrastes entre estímulos, como o caso em que um estímulo X é “maior que” um estímulo Y, ou o “oposto de” um estímulo Z.

Uma característica importante da RFT é que ela enfatiza o papel da linguagem e dos contextos sociais no estabelecimento dessas relações (conforme discutido na seção 2 do presente capítulo). Para a RFT, os indivíduos não apenas formam relações baseadas em propriedades físicas diretas dos estímulos, mas também criam significados e entendem relações complexas com base em convenções sociais e culturais. Isso implica que, enquanto o

paradigma de equivalência se concentra em relações que podem ser descritas puramente por suas propriedades observáveis (como tamanho, cor, forma), a RFT leva em conta a linguagem e o contexto social, permitindo a formação de relações mais abstratas e complexas.

Logo, enquanto o paradigma de equivalência de estímulos se limita a relações de coordenação e trata os estímulos como equivalentes ou não, a RFT oferece um modelo mais abrangente, em que diferentes tipos de relações entre estímulos podem ser aprendidos, e onde a linguagem e os contextos sociais desempenham um papel fundamental na formação dessas relações. Essa abordagem mais ampla e inclusiva da RFT reflete a complexidade do comportamento humano e a diversidade de interações relacionais possíveis.

Em suma, a Teoria das Molduras Relacionais representa um importante avanço na compreensão do comportamento humano, oferecendo um quadro abrangente que pode ser aplicado em diversos contextos práticos. Com a continuidade da pesquisa e do desenvolvimento da RFT, é provável que suas contribuições se expandam, beneficiando não apenas a psicologia, mas também outras disciplinas relacionadas ao comportamento humano.

2.4.1.3.1 O Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA)

O conceito de Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA) é um dos pilares fundamentais da Teoria das Molduras Relacionais (RFT), que propõe um modelo comportamental para entender como os seres humanos estabelecem relações entre estímulos. Ao contrário das relações não arbitrárias, onde a associação entre os estímulos é baseada em propriedades físicas ou sensoriais diretas, as relações arbitrárias são baseadas em convenções ou significados que não têm uma conexão intrínseca (Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001).

No contexto da RFT, responder relacional arbitrário refere-se à habilidade de relacionar estímulos de maneiras que não são determinadas pelas características físicas ou sensoriais deles. Por exemplo, um indivíduo pode aprender a associar a palavra “cachorro” (um estímulo verbal) com a imagem de um cachorro (um estímulo visual) e também pode aprender que o som de um latido (outro estímulo auditivo) é relacionado a esse mesmo animal. Nesse caso, a relação entre os estímulos não é baseada em semelhanças físicas, mas sim em um entendimento verbal e conceitual que transcende a percepção imediata (Hayes & colaboradores, 2001). Um exemplo clássico de responder relacional arbitrário envolve o treinamento de crianças em um contexto educacional. Quando uma criança aprende a associar

letras do alfabeto com sons específicos, essa relação é arbitrária. Não há nada na forma da letra “A” que a conecte diretamente ao som “a”.

Como último exemplo desse responder arbitrário, tomemos as cédulas do real brasileiro: todas possuem propriedades físicas distintas (por ex., cor e tamanho), mas nem por isso significa que a maior nota em tamanho corresponde ao maior valor monetário. Uma nota de R\$100,00 possui como dimensões (comprimento x altura) 156 x 70 mm, enquanto uma nota de R\$200,00 possui 142 x 65 mm; logo, por mais que a nota de duzentos reais seja fisicamente menor que a nota de cem reais, aprendemos convencionalmente que a nota de duzentos reais vale mais do que a nota de cem.

A RFT argumenta que essa habilidade de responder de maneira relacional é uma característica própria de organismos humanos, uma vez que outros organismos não ultrapassam o responder a relações entre estímulos com base em propriedades físicas (de Rose, Perez & Almeida, 2022). A partir do momento em que um indivíduo aprende a estabelecer relações arbitrárias entre estímulos, ele é capaz de desenvolver uma gama ampla de comportamentos complexos, incluindo raciocínio, resolução de problemas e interações sociais. Além disso, a RFT sugere que a capacidade de estabelecer relações arbitrárias é essencial para a formação de significados e para a construção de narrativas sobre a experiência (Hayes e colaboradores, 2001).

Essa capacidade de responder relacionalmente de maneira arbitrária é influenciada por múltiplos fatores, incluindo o contexto social e cultural. A linguagem desempenha um papel crucial, pois permite que os indivíduos comuniquem e compartilhem significados de forma flexível. Por exemplo, a expressão de sentimentos complexos, como amor ou tristeza, muitas vezes depende de metáforas e analogias que estabelecem relações entre conceitos que podem não ter uma conexão direta (Matsuda e colaboradores, 2020).

Em resumo, o conceito de responder relacional arbitrário dentro da RFT é fundamental para entender como os seres humanos estabelecem relações complexas entre estímulos, que vão além das associações físicas ou sensoriais. Essa habilidade, conceituada pelos autores como um operante puramente funcional¹² (ou seja, o ato de relacionar em si com base em convenções arbitrárias), permite não apenas o desenvolvimento da linguagem,

¹² Reconhecemos que há uma divergência fundamental entre Sidman e Hayes a respeito da aprendizagem indireta de relações não diretamente treinadas, com Sidman defendendo a equivalência de estímulos como produto direto das contingências de reforçamento enquanto Hayes defende a aprendizagem por comportamentos operantes generalizados historicamente aprendidos (Azoubel, Leite & Micheletto, 2024); contudo, não nos debruçaremos sobre essa questão; até porque fez-se a escolha pela RFT como base para a análise discursiva pretendida e não se intenciona aqui o debruçamento acerca do porquê ou como essa aprendizagem indireta ocorre, simplesmente a tomamos como possível e experimentalmente embasada.

mas também a construção de significados e a realização de comportamentos complexos, destacando a importância das relações arbitrárias na cognição e no comportamento humano (Hayes e colaboradores, 2001; Perez e colaboradores, 2022).

2.4.1.3.2 Mas o que são, afinal, as molduras relacionais?

Molduras relacionais são essencialmente um padrão de comportamento de relacionar estímulos que é aprendido através da interação com uma comunidade verbal e pode ser aplicado a estímulos arbitrários, ou seja, estímulos que não possuem relação física inerente (Hayes & colaboradores, 2001; Perez & colaboradores, 2017). O que distingue o RRAA de outros tipos de comportamento de relacionar é que ele apresenta três propriedades definidoras que são subprodutos de um extenso processo de aprendizagem (Hayes & colaboradores, 2001; Perez, 2021):

- 1) Implicação Mútua (Mutual Entailment): Caracteriza a natureza bidirecional das relações arbitrárias. Se uma relação é estabelecida em uma direção (exemplo: se A está relacionado a B), a relação na direção oposta é automaticamente implicada (logo, B está relacionado a A), independentemente de treino direto (Hayes e colaboradores, 2001). Por exemplo, se $A < B$ (A é menor que B), a implicação mútua garante que $B > A$ (B é maior que A) (Perez, 2021; 2022).
- 2) Implicação Combinatória (Combinatorial Entailment): Permite que relações mutuamente implicadas se combinem, formando redes maiores de relações (Hayes e colaboradores, 2001). Se A está relacionado a B, e B está relacionado a C, então as relações entre A e C, C e A, A e B, B e A, etc., são derivadas (Perez, 2021; 2022).
- 3) Transformação de Função de Estímulo: Significa que as funções comportamentais (como função reforçadora, punitiva ou discriminativa) de um estímulo são transferidas e transformadas para outros estímulos dentro da mesma moldura relacional, mesmo sem treino direto (Hayes & colaboradores, 2001). Por exemplo, se a palavra “fogo” (estímulo C) está relacionada a uma chama real (estímulo B) e a chama evoca medo (função), a palavra “fogo” também passará a evocar o medo (Perez e colaboradores, 2017).

Existem diferentes tipos de molduras relacionais que os humanos aprendem, como as relações de Coordenação (igualdade ou equivalência), Oposição, Diferença, Comparação (maior que, menor que), e relações Hierárquicas, entre outras (Hayes & colaboradores., 2001;

Perez & colaboradores, 2017). Em resumo, a moldura relacional é o operante generalizado que permite aos seres humanos relacionar eventos de forma arbitrária — o cerne da linguagem e cognição, segundo os estudiosos da área. O comportamento de relacionar seria, então, modelado e mantido pelas contingências de reforçamento mediadas pela comunidade verbal, sendo a base para a explicação do comportamento verbal humano (Hayes & colaboradores, 2001; Perez, 2021; 2022).

2.5. Racismo e RFT - possibilidades de pesquisa

Como discutido anteriormente, a Teoria das Molduras Relacionais (RFT) atua como um complemento essencial ao paradigma de equivalência de estímulos na Análise do Comportamento, especialmente ao elucidar o impacto das relações verbais e contextuais sobre atitudes e condutas. De acordo com Hayes, Barnes-Holmes e Roche (2001), a linguagem não se limita a descrever a realidade; ela a constrói e, nesse processo, é crucial para a gênese de preconceitos. Isso ocorre porque as associações verbais formadas podem expandir-se, numa aprendizagem indireta, para abarcar valores, julgamentos e estereótipos, tornando as atitudes profundamente influenciadas por contextos linguísticos e culturais.

Nessa perspectiva, a RFT é valiosa para entender como o racismo é perpetuado. A linguagem utilizada em narrativas e discursos sobre grupos raciais e étnicos possui um poder significativo, pois constrói molduras que, se associadas arbitrariamente a características negativas, podem reforçar estereótipos prejudiciais e levar a respostas “automáticas” de preconceito e discriminação (Mizael e colaboradores, 2016). As relações que os indivíduos formam entre palavras, conceitos e experiências — como a associação de um grupo racial a comportamentos indesejáveis — não são neutras, mas são moldadas por contextos sociais e históricos. Essa aprendizagem de atitudes racistas pode gerar um ciclo vicioso, onde indivíduos de grupos marginalizados têm suas experiências limitadas por estereótipos negativos que selecionam seus comportamentos.

Portanto, a Análise do Comportamento, utilizando a RFT como lente, oferece uma estrutura robusta não apenas para compreender a dinâmica do racismo, mas também para intervir nele. Intervenções baseadas em RFT têm o potencial de modificar a forma como as pessoas se relacionam com questões de raça, ensinando-as a examinar criticamente suas próprias molduras e relações. Estudos indicam que abordagens focadas na flexibilidade psicológica, como as sugeridas por Hayes, Strosahl e Wilson (1999), podem resultar em atitudes mais inclusivas e na redução de preconceitos, pois trabalham na reestruturação das

relações que sustentam tais atitudes (por exemplo, *Applying acceptance, mindfulness, and values to the reduction of prejudice: a pilot study* de Lillis & Hayes, 2007). Contudo, é fundamental reconhecer a complexidade do racismo, que exige abordagens multifacetadas, incluindo a colaboração entre diversas áreas para dismantelar as estruturas sociais e culturais que alimentam o preconceito e promovem a desigualdade.

As atitudes racistas podem ser consideradas respostas avaliativas que se desenvolvem a partir de experiências e histórias de aprendizado (Mizael, Santos & Rose, 2016). O paradigma de equivalência (ou a moldura de coordenação, como trataremos daqui em diante) fornece uma estrutura conceitual para entender como essas atitudes são indiretamente adquiridas e mantidas ao longo do tempo. A Análise do Comportamento sugere que a formação de preconceitos está frequentemente ligada a reforços sociais que validam essas crenças. Por exemplo, em ambientes onde estereótipos raciais são normatizados, os indivíduos podem aprendê-los em seu repertório comportamental, ou tomar essas associações como regra, levando a um ciclo de reforço que perpetua o racismo (Mizael & Sampaio, 2019).

Estudos indicam que a aprendizagem de crenças racistas pode ter sérias consequências para a saúde mental e o bem-estar emocional de indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Mulheres negras, por exemplo, frequentemente enfrentam o duplo fardo de discriminação racial e de gênero, o que pode afetar sua autoestima e saúde mental (Gouveia & Zanello, 2019). A Análise do Comportamento, portanto, oferece não apenas uma explicação para a formação de atitudes racistas, mas também destaca a necessidade de intervenções mais específicas que possam dismantelar essas associações prejudiciais (Guerin, 2005).

Intervenções, por exemplo, têm mostrado potencial para desafiar e modificar atitudes racistas. Por meio de técnicas como a exposição às contingências (por ex., exposição a informações que contradizem estereótipos negativos), é possível criar novas associações que competem com as associações preconceituosas existentes. Ilustrativamente, a implementação de programas educacionais que promovam a diversidade e a inclusão pode ajudar a reformular a percepção de indivíduos sobre grupos raciais diferentes, oferecendo modelos positivos que desafiam preconceitos (Mizael e colaboradores, 2016).

Além disso, reitera-se que o racismo não é apenas uma questão individual; ele também é estruturado social e institucionalmente. O conceito de racismo estrutural refere-se a um sistema de políticas, práticas e normas que perpetuam, institucionalmente, as desigualdades raciais (Bonilla-Silva, 1997; Almeida, 2019). A Análise do Comportamento

pode ser utilizada para entender como esses sistemas operam e como comportamentos racistas são reforçados em contextos sociais. Instituições, como escolas e locais de trabalho, podem perpetuar comportamentos racistas através de políticas discriminatórias e culturas organizacionais que validam o preconceito (Matsuda e colaboradores, 1993).

Essa ciência também pode mapear esses processos e ajudar a desenvolver intervenções que desafiem as normas sociais prejudiciais. A educação e a sensibilização — se planejadas com intento, e não como intervenção genérica, conforme critica Guerin (2005) — são essenciais para transformar ambientes que tradicionalmente perpetuam a discriminação racial. Isso inclui treinar indivíduos para reconhecer e questionar suas próprias crenças e preconceitos, bem como fomentar um diálogo aberto sobre as consequências do racismo (Gouveia & Zanello, 2019). Em conjunto com outras disciplinas, também pode desempenhar um papel vital na construção de um futuro mais inclusivo, onde as atitudes racistas são desmanteladas e a diversidade é celebrada. Por meio da educação e da conscientização, é possível não apenas modificar comportamentos individuais, mas também transformar as estruturas sociais que sustentam o racismo. Dessa forma, a presente pesquisa opta pelo paradigma das Molduras Relacionais justamente por abarcar nuances mais complexas dentro da aprendizagem de atitudes racistas, considerando a possibilidade de outras formas de associações de valores, para além da coordenação (equivalência).

Capítulo III

Percurso metodológico para analisar um discurso à luz da análise do comportamento

“Suponho que seja melhor ser gentil do que perverso, mas gentileza não é o mesmo que coragem. A gentileza não porá o racismo na mesa e não o manterá ali quanto todo mundo o quer fora. De fato, chamar a atenção das pessoas para o racismo é quase sempre visto como desagradável, e ser visto como desagradável aciona a fragilidade branca.”

Robin DiAngelo (2018)¹³

3.1. Análise do comportamento e discurso: uma breve revisão bibliográfica

Para essa revisão, foram escolhidos como bases de dados o SciELO, o PePSIC, a versão de assinantes do Portal de Periódicos CAPES disponibilizado para a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás, o Banco de Teses e Dissertações (BDTD) e os principais periódicos da área de Análise do Comportamento de acesso gratuito (Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva; Revista Brasileira de Análise do Comportamento; Perspectivas em Análise do Comportamento e Acta Comportamentalia).

Na busca inicial, utilizamos da associação entre os descritores “Análise do Comportamento” e descritores relacionados ao tema, como: “análise comportamental do discurso”, “discurso” e “narrativa de vida”. Foram definidos como critérios de inclusão e exclusão os seguintes critérios: (a) os trabalhos devem estar publicados em português; (b) trabalhos publicados nos últimos dez anos; (c) se desenvolver no âmbito da Análise do Comportamento; e (d) serão excluídas resenhas, resumos e textos em linguagem não-acadêmica, além de artigos que tratem de outros recortes temáticos específicos, mesmo que fronteiros às questões discursivas, e artigos com evidente desenvolvimento em outras correntes teóricas.

Após o resultado das pesquisas e separação dos trabalhos, atestamos, por intermédio da leitura dos resumos e identificação das revistas e periódicos em que foram publicadas, quais as publicações se encaminharam para uma análise posterior a respeito das metodologias encontradas no campo. Posteriormente, realizamos a leitura e produção de fichamentos de cada um dos trabalhos selecionados. Para a sistematização e extração dos dados de interesse

¹³ Tradução de Marcos Marcionilo à edição brasileira da obra de DiAngelo (2018): “Não basta não ser racista, sejamos antirracistas”.

serão elencadas as seguintes categorias: (a) tipo da publicação e método; (b) concepção de discurso; (c) referências em destaque; (d) principais conceitos; (e) classificação da pesquisa em teórica, experimental ou mista e (f) observações importantes. Os dados serão organizados de modo a possibilitar análises comparativas que serão apresentadas mais a fundo em seção posterior deste capítulo.

3.1.1 Palavras de busca

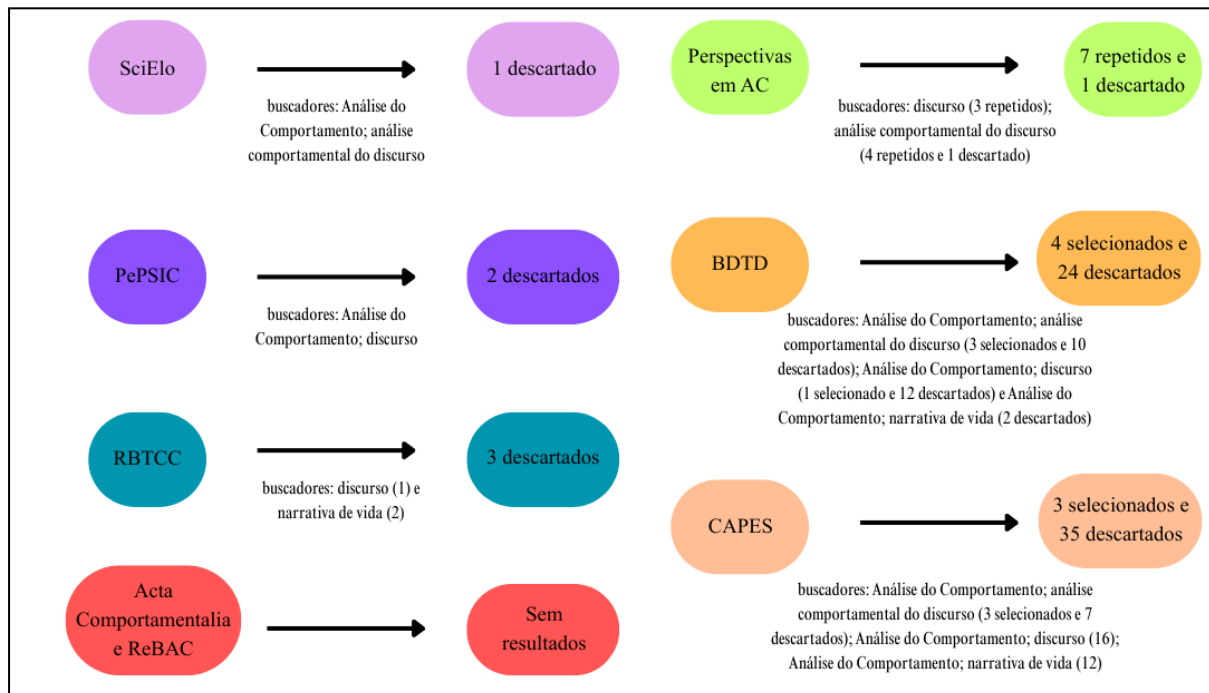
Para que se pudesse fazer a pesquisa nas plataformas de busca previamente citadas, foram elencadas 4 palavras de busca, divididas em duas categorias: Fundamentação Teórica de Interesse e Temática de Interesse. A categoria Fundamentação Teórica de Interesse (FTI) foi composta por um termo de busca: “Análise do Comportamento”. A categoria Temática de Interesse (TDI) foi composta por três termos de busca: “análise comportamental do discurso”, “discurso” e “narrativa de vida”. A busca foi feita por intermédio da associação dos termos de buscas entre as duas categorias, num total de 4 combinações possíveis. Os termos foram conectados pelo operador booleano “AND”; garantindo-se, portanto, a presença de ambos os termos nos materiais encontrados em cada busca. A busca na plataforma CAPES foi operada de forma distinta: a busca foi feita a partir dos operadores “SAME” para a FTI e “AND” para a TDI. Além disso, foram utilizados filtros temporais e de idioma, restringindo a busca para publicações feitas nos últimos dez anos (2014-2024) em língua portuguesa. As buscas feitas nos periódicos da área de Análise do Comportamento foram feitas a partir dos buscadores de cada revista, de modo a abarcar publicações feitas desde janeiro de 2014 até a edição mais recente disponível nos arquivos. Considerando-se a especificidade da área em cada periódico, foram utilizados somente os termos da TDI em cada buscador de cada periódico. Por fim, as buscas feitas no BDTD incluíram filtros adicionais que a plataforma possui para refinar a busca sem ferir os critérios de inclusão-exclusão pré-definidos: para todas as publicações encontradas, foram aplicados filtros quanto a área do conhecimento relacionada, reservando as buscas para a área específica de “Psicologia”.

3.1.2 Resultados

3.1.2.1. Seleção dos dados

Feitas as buscas em todas as plataformas selecionadas, foram encontrados de um total de 93 resultados. Após a leitura dos resumos de cada publicação (descartadas as incidências de repetição nos resultados das buscas, entre outros critérios de descarte implicados na etapa de seleção dos dados¹⁴) foram selecionadas sete publicações de interesse:

Figura 1. Relação de publicações selecionadas



As sete publicações selecionadas foram quatro artigos e três dissertações, sendo os artigos:

1. Análise do discurso religioso sobre a ansiedade (França e colaboradores, 2022);
2. O papel do mentalismo na produção de sofrimento e seus impactos na psicoterapia (Marques & Rodrigues, 2023);
3. PEI: processos, etapas e elaboração (Sousa, 2024);
4. Método Reno: uma proposta para análise comportamental do discurso (Xavier e colaboradores, 2017).

E as dissertações foram:

1. Riscos, vulnerabilidades e HIV/Aids entre homens que fazem sexo com homens: uma análise verbal (Lima Neto, 2019);

¹⁴ Por exemplo, o artigo “Análise comportamental do discurso: uma entrevista com uma paciente oncológica” emerge na busca feita na CAPES como publicação do ano de 2017, mas na verdade a publicação é de 2012. Sendo assim, devido ao critério de tempo, o artigo em questão foi descartado.

2. Arte e Análise do Comportamento: diálogos possíveis entre o behaviorismo radical e a prática artística (Pires, 2022);
3. Planejamento Estratégico em uma Organização Religiosa, aplicando o Modelo de Engenharia de Sistemas Comportamentais (Anunciação, 2020).

A princípio, nota-se a quantidade pequena de publicações relacionadas à temática de análise de discurso. Neste processo de seleção de material, observamos que dentre os materiais fundamentados em Análise do Comportamento, existem muitas pesquisas que “tangenciam” a proposta de investigação que temos interesse, uma vez que os objetivos dessas pesquisas tangentes se voltam mais para um caráter metalinguístico, traçando comparações e/ou operacionalizações entre a Linguística e a Análise do Comportamento¹⁵. Esse fator foi um dos principais, além dos critérios de inclusão e de exclusão estabelecidos, para a contribuição de tantos descartes de publicações. Apesar de existirem pesquisas extensas e diversas em Análise do Comportamento no que diz respeito ao comportamento verbal, a presente revisão bibliográfica aponta para um caráter relativamente incipiente quando o foco da pesquisa é a análise discursiva feita a partir de comportamentos verbais emitidos.

Partindo do pressuposto que o ato de se analisar um discurso é o mesmo que interpretá-lo sistematicamente a partir de uma metodologia específica, nota-se que pouco se discute em pesquisas publicadas na área sobre como se faz essa interpretação, apesar de todas as pesquisas no campo não negarem essa possibilidade. Nesse sentido, a partir dessa revisão, escolhemos criar um modelo de análise adaptado do Método Reno, de modo a buscar uma proposta de análise discursiva que possa abarcar a RFT. Supomos que, a partir de entrevistas narrativas, o conteúdo gerado pelos narradores pode aportar uma análise que busque encontrar molduras relacionais relacionadas ao preconceito racial.

3.1.2.2. Análise das metodologias encontradas

Os textos analisados apresentaram diferentes abordagens metodológicas dentro do escopo da análise do comportamento e da análise comportamental do discurso. A seguir, foi realizada uma descrição detalhada e comparativa das metodologias empregadas em cada trabalho, destacando semelhanças, diferenças e lacunas.

¹⁵ Por exemplo, a dissertação descartada “Produção e compreensão da ironia: aproximações conceituais e empíricas entre a linguística e a Análise do Comportamento” (Messa, 2016).

Lima Neto (2019) adota uma abordagem qualitativa empírica centrada na Análise Comportamental do Discurso (ACD), utilizando entrevistas semiestruturadas para compreender práticas discursivas relacionadas ao HIV/Aids entre homens que fazem sexo com homens. A análise se concentra na identificação de contingências sociais e culturais presentes nos relatos, explorando como o discurso influencia práticas de risco e vulnerabilidade. Em contraste, Pires (2022) utiliza uma metodologia teórico-conceitual, conduzida por revisão bibliográfica e análise interpretativa, sem coleta de dados empíricos. O autor explora o diálogo entre o behaviorismo radical e a prática artística, aplicando conceitos como reforçamento e modelagem à produção e apreciação da arte, destacando aspectos teóricos em vez de aplicações práticas.

Por outro lado, Anunciação (2020) apresenta uma abordagem prática e aplicada ao adotar o Modelo de Engenharia de Sistemas Comportamentais (MESCo) para intervenções em uma organização religiosa. Este estudo combina dados qualitativos e quantitativos, coletados por meio de observações sistemáticas e registros organizacionais, a fim de mensurar os efeitos de estratégias comportamentais sobre o desempenho da organização. Uma abordagem semelhante à de Lima Neto (2019) no uso de dados empíricos pode ser encontrada em França e colaboradores (2022), que também empregam a ACD para analisar discursos religiosos relacionados à ansiedade. O estudo utiliza materiais textuais e audiovisuais de líderes religiosos para identificar padrões de reforçamento e contingências verbais que moldam a percepção e o manejo desse problema, oferecendo uma análise detalhada de como o discurso religioso pode influenciar comportamentos.

Marques e Rodrigues (2023), em uma abordagem distinta, realizam uma análise teórico-conceitual para discutir o impacto do mentalismo na produção de sofrimento e nas práticas psicoterapêuticas. A metodologia é fundamentada na revisão da literatura e interpretação crítica, destacando como explicações mentalistas perpetuam o sofrimento por meio de abordagens internalistas e não funcionais. Da mesma forma, Sousa (2024) combina revisão teórica e estudo de caso ao descrever as etapas e processos na elaboração de Planejamentos de Ensino Individualizado (PEI). Este trabalho, por sua vez, oferece uma sistematização prática, fundamentada na análise funcional do comportamento, com foco na aplicação em contextos educacionais.

Por fim, Xavier e colaboradores (2017) introduzem o Método Reno como uma proposta estruturada e replicável para a análise comportamental do discurso. A metodologia é detalhada em etapas específicas para identificar contingências verbais em diferentes tipos de discurso, ilustrada a partir do estudo de Leigland (1989). Este método se diferencia por sua

estrutura formalizada, oferecendo um passo a passo para elaboração de pesquisas analítico-comportamentais que pretendam inter-relacionar o método experimental ao método interpretativo sem fugir ao escopo filosófico behaviorista.

Ao comparar os trabalhos, observa-se que Lima Neto (2019), França e colaboradores (2022) e Xavier e colaboradores (2017) compartilham o interesse pela análise de práticas verbais em contextos distintos, embora com níveis variados de formalização metodológica. Já Pires (2022) e Marques e Rodrigues (2023) se destacam pela exploração teórico-conceitual, sem coleta de dados empíricos, o que limita a aplicabilidade prática de suas proposições. Sousa (2024) e Anunciação (2020), por outro lado, trazem contribuições práticas e híbridas, combinando dados qualitativos e quantitativos para abordar contextos organizacionais e educacionais, respectivamente.

Uma diferença marcante entre os estudos é o nível de sistematização das metodologias. Trabalhos como o de Xavier e colaboradores (2017) se destacam por oferecer métodos formalizados e facilmente replicáveis em outros contextos experimentais, enquanto outros, como Lima Neto (2019) e França e colaboradores (2022), apresentam abordagens mais flexíveis. Essa diversidade metodológica reflete a amplitude do campo da análise de comportamento, possibilitando tanto reflexões teóricas quanto aplicações práticas. Entretanto, a ausência de dados empíricos em trabalhos como os de Pires (2022) e Marques e Rodrigues (2023) representa uma limitação que poderia ser superada em estudos futuros.

Considerando os objetivos da presente pesquisa, a única publicação que se aproxima metodologicamente do que se pretende investigar é o artigo de Xavier e colaboradores (2017). Contudo, a utilização do método Reno, como proposto pelos autores, terá adaptações das presentes pesquisadoras, de modo a manter a essência do método Reno (associação entre método experimental e método interpretativo), mas também centrar-se em formulações que façam mais sentido para a investigação aqui pretendida, uma vez que os autores conceituam e descrevem cada um dos passos a serem seguidos no método Reno a partir de um estudo

específico feito a partir de dois experimentos¹⁶ e que não se relaciona com a proposta investigativa presente.

3.1.2.3 A escolha pelo método Reno e as adaptações metodológicas feitas para a investigação pretendida

Sendo assim, esta pesquisa já parte do pressuposto de que é possível se fazer uma associação entre métodos interpretativos e métodos experimentais, extensamente explicada por Xavier e colaboradores (2017). Portanto, a seguir citaremos quais são os oito passos (e suas respectivas descrições)¹⁷ para se fazer uma Análise Comportamental Discursiva (ACD)¹⁸ baseada no método Reno, de acordo com os autores, e em sequência, quais foram as adaptações metodológicas feitas na presente pesquisa. Segundo Xavier e colaboradores (2017), temos:

1º passo: Arranjo das condições experimentais — Exige a criação de um ambiente experimental controlado onde variáveis independentes (manipulações ambientais) possam ser alteradas, a fim de medir seu efeito sobre o comportamento verbal dos participantes (variáveis dependentes). O foco é estabelecer relações indivíduo-ambiente, e não apenas avaliar as ocorrências de respostas do próprio indivíduo;

2º passo: Transcrição das respostas verbais vocais — Consiste na transcrição detalhada do material verbal gravado, seja por áudio ou vídeo. No caso de respostas faladas, é crucial registrar fielmente não só o conteúdo, mas também topografias como ênfases, pausas, hesitações e outros elementos que modifiquem o discurso;

¹⁶ O experimento em questão é o estudo de Leigland (1989) intitulado “A functional analysis of mentalistic terms in human observers”, livremente traduzido para “Uma análise funcional de termos mentalistas em observadores humanos”. Xavier e colaboradores (2017) resumem o estudo da seguinte forma: “[Leigland (1989)] buscou identificar as relações entre variações em esquemas de reforçamento sobre respostas de bicar de um pombo (*Columba sp.*) — variações ambientais — e o uso de termos mentalistas pelos participantes para explicar as respostas do pombo (variações de respostas verbais). Ele organizou dois experimentos, com a participação de sete estudantes universitários (no total), que assistiam a cada um desses experimentos executados ao vivo e forneciam explicações, por escrito, sobre o comportamento do pombo. Nos diferentes experimentos, o pombo era submetido a diferentes esquemas de reforçamento. Para ser possível identificar as respostas do pombo que teriam controlado a resposta verbal do participante, o último recebia um interruptor de mão que apertava sempre que fosse registrar uma explicação para o comportamento observado. Assim, buscou-se identificar e relacionar as variáveis ambientais que controlavam as respostas verbais do participante (p.126).”

¹⁷ Vale ressaltar que Xavier e colaboradores (2017, p. 126) afirmam que “algumas das fases dispostas são executadas concomitantemente, porém, por questões didáticas, foram divididas e descritas separadamente em passos e em uma ordem específica.”

¹⁸ De acordo com Leigland (2014), “a fenomenologia comportamental (ou Método Reno) é mais uma estratégia metodológica ou domínio metodológico do que uma abordagem tática específica” (p. 37). É a partir dessa compreensão que a presente pesquisa justifica a necessidade de adaptações do método em questão.

3º passo: Isolamento/Agrupamento dos segmentos verbais de interesse — Após a transcrição, o pesquisador deve selecionar, isolar ou agrupar trechos do material verbal com base no impacto que causam em seu próprio repertório. Segmentos que compartilham uma função comum ou que são relevantes para a questão central da pesquisa devem ser agrupados para facilitar uma análise concisa;

4º passo: Inferência dos operantes essenciais, elos intraverbais e estrutura autoclítica do discurso — Envolve a identificação das unidades funcionais do comportamento verbal (operantes verbais) e de suas relações (intraverbais e autoclíticas). Esta etapa permite uma compreensão inicial das variáveis antecedentes e consequentes que exercem controle sobre o discurso do falante;

5º passo: Estabelecimento de categorias para o discurso — O pesquisador, em um processo contínuo influenciado por sua história e pelo foco da pesquisa, cria categorias para classificar o material verbal. Este passo enfatiza a postura interpretativa do cientista, que agrupa as verbalizações conforme os efeitos funcionais ou topográficos semelhantes que elas exercem sobre seu comportamento de leitor;

6º passo: Análise das variáveis (históricas e atuais) que atuam no controle funcional do discurso — Corresponde à fase de aprofundamento na identificação das variáveis ambientais. O significado do discurso é desvendado ao se analisar as combinações de fatores atuais (audiência, manipulações experimentais) e históricos (reforçamento cultural) que o controlam, permitindo formular hipóteses sobre as funções que mantêm as verbalizações;

7º passo: Descrição do próprio analisar — O pesquisador deve realizar uma autoanálise funcional de seu próprio comportamento de interpretar e categorizar. O objetivo é discriminar e descrever verbalmente as fontes de controle (bases teóricas, experiência, observação) que influenciaram suas decisões analíticas, permitindo que a interpretação seja corroborada por outros analistas¹⁹;

8º passo: Exposição repetida aos dados — É uma prática que ocorre em todas as fases do processo, não apenas no final. Consiste na leitura e escuta repetida dos segmentos verbais para refinar o comportamento discriminativo do pesquisador. Esta repetição é essencial para moldar novas discriminações e garantir que a análise final seja responsiva e fidedigna ao que foi observado.

A primeira adaptação a ser feita na presente pesquisa diz respeito justamente ao primeiro passo do método Reno. Apesar da importância do arranjo experimental de condições

¹⁹ Esse passo está alinhado com a proposta ético-política da presente pesquisa que será discutida em detalhes na seção seguinte deste capítulo.

experimentais, essa não se faz possível em sua totalidade num cenário de experimento único — como foi feito na presente pesquisa. Certamente é um ponto de atenção ou de falha metodológica a ser posteriormente explorada na seção de conclusão da presente pesquisa, mas que pode ser justificada aqui como impossibilidade de reprodução numa pesquisa de mestrado — cujo tempo é limitado e não aporta a execução de múltiplos experimentos com diferentes arranjos experimentais.

A segunda adaptação, por sua vez, refere-se ao fato de que os autores (Xavier e colaboradores, 2017) só discutem a Análise Comportamental do Discurso numa perspectiva interpretativa skinneriana sobre o comportamento verbal. Considerando o que foi previamente discutido no capítulo anterior desta dissertação e a escolha da RFT como operacionalização conceitual para estudo do comportamento verbal pretendido, é preciso tomar a metáfora da moldura relacional (independentemente de qual seja a moldura) como categoria pré-definida de análise.

Em termos mais práticos, temos que: o primeiro passo do método Reno não pôde ser seguido fidedignamente — quer dizer, há a opção por uma etapa qualitativa de investigação, desenhada a partir da escolha metodológica de entrevistas narrativas como fonte de geração de dados; os demais passos (2º ao 8º) foram seguidos de maneira a respeitar a coerência epistemológica entre as pesquisas da orientadora e orientanda. Para isso, adianta-se aqui as relações entre os demais passos e escolha pela entrevista narrativa de Bertaux (2010) e o ciclo hermenêutico da tríplice *mimesis* de Paul Ricœur (2010).

3.2. Narrativas de vida como possibilidade de produção de conhecimento científico: uma proposta ético-política

Com o intuito de estabelecer um diálogo com a proposta de Adichie, escolhemos a narrativa de vida como proposta investigativa, não somente para a geração de dados, mas também para apresentar e aplicar um novo caminho para a construção do conhecimento científico nas ciências psicológicas. A expressão “narrativa de vida” nasceu do sociólogo Bertaux (2010) desde a década de 1970 na França, em contraposição à noção de “história de vida” dos autores estadunidenses. O francês introduziu essa ideia de modo a distinguir entre a história que determinada pessoa viveu e a possibilidade de narração e/ou discurso que ela pode ter sobre sua própria vida. Apesar de sutil, essa diferença possibilita uma nova ótica às metodologias das ciências humanas, uma vez que alguns fatores não anteriormente considerados passam a ganhar maior notoriedade em se tratando da subjetividade humana.

Além disso, Bertaux (2010) explicitamente define as narrativas de vida como produto de um tipo específico de entrevista, na qual o pesquisador solicita ao sujeito narrador que lhe conte sobre toda ou parte de sua experiência vivida a partir de uma pergunta disparadora.

Bertaux (2010) parte da noção de que as narrativas de vida são a interface entre a subjetividade do narrador e o contexto social e cultural em que está inserido. Dessa forma, torna-se mister a compreensão desde a epistemologia à metodologia narrativas, de que as histórias dos indivíduos são moldadas por estruturas sociais amplas, com determinantes históricos, culturais e interpessoais que influenciam tanto as vivências do indivíduo quanto sua própria percepção e capacidade narrativa sobre eles. Todavia, essa interface não se configura numa reprodução do social no indivíduo (Bertaux, 2010; Lima & Santos, 2021), haja vista a própria agência do narrador em seu ato narrativo e conseqüentemente suas escolhas para fazê-lo. Justamente, é a partir da concepção de indivíduo não como categoria abstrata, mas como produto das relações sociais em que estabelece nos mais diferentes grupos/coletividades os quais faz parte, que é possível investigá-lo ou compreendê-lo a partir de aspectos ligados ao contexto social em que faz parte. Cabe ao pesquisador apreender, em sua investigação, essa dinâmica dialética entre a subjetividade do narrador e seu nível de agência, bem como seus determinantes sociais, de modo a construir um conhecimento cientificamente rigoroso e, sobretudo, ético. Essa noção dialoga diretamente com a análise do comportamento, haja vista a compreensão de interação entre organismo e ambiente expostas no capítulo II desta pesquisa.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa é a tentativa de responder a uma pergunta, tratando-se da pesquisa acadêmica, essa tentativa possui especificidades de forma e de procedimentos a serem seguidos que explicitam como o fazer científico não é, por natureza, neutro (Lima & Santos, 2021). Toda pesquisa relaciona uma amálgama de fatores que influenciam, em maior ou menor medida, sua execução — desde financiamento, escolhas epistemológicas, metodológicas etc., até visões de mundo dos pesquisadores em si e escolha da própria pergunta a ser respondida pela pesquisa etc. (Lima & Santos, 2021). Nesse sentido, reconhecer e desvelar a não neutralidade no fazer científico, especialmente no fazer científico acadêmico, coincide com o reconhecimento do aspecto político da ciência em seu sentido mais amplo²⁰. Logo, explicitar que a ciência não é uma abstração, mas sim uma construção feita por humanos, possibilita uma reflexão crítica a respeito de todos os processos e etapas de construção e de execução da pesquisa científica (Lima & Santos, 2021).

²⁰ Nota-se em diversas instâncias dessa pesquisa a pretensão ativa desse desvelar, desde as Considerações Iniciais até as proposições analíticas descritas pelo método Reno.

Segundo Lima e Santos (2021), “a narrativa enquanto metodologia de pesquisa emerge como uma das possibilidades de fazer pesquisa (...) como uma alternativa para garantir o direito de voz das pessoas que não participam dos centros do poder, os excluídos.” (p. 86). Portanto, uma ciência psicológica política reflete na escolha de seus temas de investigação, de seus sujeitos etc. O compromisso ético-político da pesquisa em Psicologia diz respeito aos desvelamentos presentes em sua construção ao mesmo tempo em que se preocupa com o rigor teórico-metodológico de sua execução.

Dessa forma, de modo a buscar novas formas de contribuição para a construção de conhecimentos acerca da temática do preconceito racial, optamos pela escolha da utilização das narrativas de vida como forma de geração de dados proposta por Bertaux (2010), apoiada na filosofia de Ricœur (2010) para estruturação de uma proposta investigativa coerente tanto à nível metodológico quanto à nível epistemológico e de análise — que será executada pela adaptação da proposta do método Reno desenhada por Xavier e colaboradores (2017).

E essa discussão é muito pertinente não só para subverter paradigmas cristalizados da ciência como sua suposta neutralidade, mas também para pensar-se em novas possibilidades de pesquisa em análise do comportamento em contextos diferentes aos da pesquisa básica. Como anteriormente exposto, não existem metodologias amplamente disponíveis e sistematizadas acerca da análise do discurso em entrevistas num contexto analítico-comportamental. Configura-se, assim, um desafio metodológico para a investigação do racismo em sua operacionalização verbal para além de experimentos que verifiquem a existência ou não de vieses raciais em humanos e suas respectivas manipulações experimentais — por mais importantes que sejam essas pesquisas —, mas sim na busca de uma Análise Comportamental do Discurso (ACD).

3.4. Tempo e narrativa: a tríplice *mimesis* como proposta analítica

Paul Ricœur (2010) desenvolveu o conceito de tríplice mimese como uma estrutura para compreender o processo de interpretação e compreensão na experiência humana. Dividida em três momentos distintos, podemos compreender a tríplice mimesis como diferentes etapas espaço-temporais que se entrelaçam para compreensão de um objeto de interpretação qualquer — no presente artigo, toma-se a narrativa textual como esse objeto de interpretação.

A mimesis 1, ou Prefiguração, se refere à primeira fase da tríplice mimesis, em que a narrativa se apresenta como prefiguração de possíveis significados. Esta fase centra-se,

primordialmente, no primeiro contato do leitor/ouvinte com a narrativa/texto e nas primeiras impressões que decorrem deste encontro. Segundo Ricœur (2010), nossa compreensão de uma narrativa não é puramente subjetiva, mas sim fortemente influenciada por quadros de interpretação pré-existentes que se constituíram ao longo de nossa história no contexto sociocultural em que nos inserimos²¹. Nesse sentido, o primeiro momento de análise da narrativa diz respeito ao contato inicial com a narrativa em sua materialidade, de modo a se criar a primeira interlocução entre a narrativa e seu ouvinte, na qual é necessária haver abertura por parte do ouvinte-leitor, segundo Ricœur (2010), para a pluralidade de significados presentes na narrativa proposta.

Trazendo esse conceito de modo a dialogar com a perspectiva analítico-comportamental, pode-se tomar o momento de prefiguração como uma instância de interação inicial entre organismo e ambiente; logo, o organismo (aqui definido como ouvinte/leitor) encontra-se em contato com um novo estímulo em seu ambiente (aqui definido como narrativa), e essa interação entre ambos é descrita pela fase de prefiguração. No que diz respeito à pesquisa narrativa, na qual o pesquisador é o próprio ouvinte inicial, cabe o desafio de manter-se aberto para as mais diversas pluralidades expressas na narrativa pelo narrador e não deixar que suas impressões historicamente constituídas atravanquem ou enviesem a sua escuta. Ricœur (2010) nomeia esse movimento como suspensão do julgamento final, já que esta abertura permite a exploração de múltiplas perspectivas e evita limitar prematuramente a interpretação. Esta postura propõe ao pesquisador um papel de escuta ativa de modo a estabelecer um diálogo entre o intérprete e o texto, onde o texto sugere significados e possibilidades com os quais o intérprete se envolve. Nesse sentido, a principal marca da mimesis 1 é justamente a elaboração de uma exploração profunda das nuances, dos símbolos e dos temas da narrativa, sem tirar conclusões precipitadas em movimento dialógico.

²¹ Cabe relacionar essa noção do autor também com a Teoria das Molduras Relacionais, definidas por seus autores como “metáfora que se refere a certas características de uma classe de respostas” (Hayes e colaboradores, 2001, p. 27) ou como “classe específica de respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis” (Hayes e colaboradores, 2001, p. 33), haja vista a possibilidade de tomar a prefiguração como espaço para o pesquisador começar seu processo de apropriação narrativa. Uma vez que a mimesis I diz respeito ao leitor/pesquisador, é necessário que este tenha consigo alguma aprendizagem prévia — mesmo na ausência de uma história direta de aprendizagem (vide Kohlenberg e colaboradores, 1991) — que foi construída em seu ambiente ao longo de sua história e será a base para que aquela narrativa seja inteligível. Por exemplo: nas entrevistas dessa pesquisa, discute-se explicitamente acerca do racismo/preconceito racial; é preciso que a pesquisadora/entrevistadora já possua, minimamente, alguma definição própria e prévia do que é o racismo, por mais que esta possa vir a divergir das noções historicamente construídas de seus narradores/entrevistados. Nesse sentido, na mimesis I, o que há é um espaço aberto para que o pesquisador/entrevistador confronte e expanda seus próprios Responderes Relacionais Arbitrariamente Aplicáveis (RRAs) a partir do contato com a narrativa oferecida e a certeza de que existem diferentes construções de significados e sentidos entre narrativa e leitor.

A configuração, ou mimesis 2, por sua vez, se refere ao avanço do processo interpretativo, saindo de seu caráter exploratório e passando para a formação de uma compreensão coerente e integrada do texto; ou seja, há uma síntese de significados (Ricœur, 2010). Aqui, o pesquisador-ouvinte deve organizar e sintetizar os diversos significados e perspectivas sugeridos na etapa anterior de modo a discernir padrões, relações e temas abrangentes que conectam os vários elementos da narrativa. Ricœur (2010) emprega, também nesta etapa, o conceito de círculo hermenêutico, em que a compreensão do enredo em si e o próprio tecer da narrativa em partes contribuem para a compreensão da narrativa em seu todo e vice-versa. Esse movimento de ir e vir entre todo e partes, auxilia na configuração de uma interpretação abrangente que busque alcançar tanto a coerência quanto a integridade interpretativa, em que os diversos elementos constituintes da narrativa sejam compreendidos em uma interpretação unificada.

Por fim, a mimesis 3 ou Reconfiguração é a fase final da mimesis, quando o pesquisador-ouvinte reflete criticamente acerca do que foi construído em sua interpretação nos dois processos dialógicos anteriores (Ricœur, 2010). Nessa etapa final, cabe um movimento contínuo de reavaliação e revisão de modo a acrescentar às interpretações feitas novos insights e perspectivas críticas. Um aspecto interessante a se destacar no processo de reconfiguração é a dualidade presente, para o narrador, de transmissão da sua narrativa: é na reconfiguração que a narrativa alcança o seu sentido pleno para o leitor, ouvinte ou pesquisador, é na reconfiguração que a narrativa é restituída para o público; todavia, a interpretação feita sobre ela não está sob controle do narrador.

Nesse sentido, pensando-se uma pesquisa narrativa, é justamente na etapa de reconfiguração que o pesquisador pode explicitar a natureza dinâmica e aberta das suas interpretações. Além disso, Ricœur (2010) discute como na etapa de reconfiguração tem-se o envolvimento de uma dimensão ética, na qual compete ao intérprete a consideração das implicações das suas interpretações para preocupações éticas e sociais mais amplas. Portanto, o conceito de tríplice mimese de Ricœur (2010) fornece uma descrição abrangente do processo de interação que há entre organismo e ambiente no que ele nomeia por processo interpretativo. Ao delinear as fases de prefiguração, configuração e reconfiguração, destacando a importância da abertura, da coerência e da reflexão crítica na construção de interpretações significativas de textos e experiências, este autor oferece um direcionamento analítico para o pesquisador que se utiliza de narrativas como fonte de geração de dados.

Traçando uma relação entre os passos do Método Reno (Xavier e colaboradores, 2017) e as mímeses de Paul Ricœur (2010), temos que o método Reno busca identificar as

variáveis funcionais que controlam o comportamento verbal; esse objetivo estabelece um forte paralelo com o ciclo hermenêutico da Tríplice Mimesis de Ricœur (2010), no qual a experiência temporal é configurada em narrativa e, finalmente, ressignificada. O processo se inicia na Mimesis 1 (Prefiguração) — fase que delimita o mundo da ação e os esquemas culturais que permitem a existência de sentido — o que se reflete nos Passos 1 e 2 do Reno. O Passo 1 (Arranjo das Condições Experimentais) cria o ambiente controlado que dará origem à experiência observável, e o Passo 2 (Transcrição das Respostas) captura o fluxo bruto e temporal desse discurso. Em conjunto, essas etapas fornecem a matéria-prima da experiência, pronta para ser configurada.

A etapa central, a Mimesis 2 (Configuração), é o ato de transformar essa matéria-prima desorganizada em uma trama analítica coerente, correspondendo aos Passos 3, 4, 5 e 6. A configuração começa no Passo 3 (Isolamento/Agrupamento), onde o analista seleciona e organiza os segmentos verbais, impondo uma primeira estrutura ao material. O Passo 4 (Inferência dos Operantes) e o Passo 5 (Estabelecimento de Categorias) aprofundam essa estruturação, ao classificar o discurso com base em unidades funcionais e categorias interpretativas, utilizando o arcabouço teórico da Análise do Comportamento. O ápice da configuração é atingido no Passo 6 (Análise das Variáveis), onde o pesquisador estabelece as conexões funcionais entre as variáveis ambientais (atuais e históricas) e o comportamento verbal, dando um sentido explicativo e causal à narrativa do sujeito.

Por fim, a fase de apropriação e efeito, a Mimesis 3 (Refiguração), é representada nos Passos 7 e 8, que fecham o ciclo interpretativo. O Passo 7 (Descrição do Próprio Analisar) obriga o pesquisador a explicitar as fontes de controle que moldaram seu processo de análise (Mimesis 2), identificando-se como o primeiro receptor e refigurador de sua própria interpretação. Ao descrever as mediações de seu repertório, ele valida a análise. Paralelamente, o Passo 8 (Exposição Repetida aos Dados), que permeia todo o processo, atua como uma disciplina de refinamento discriminativo, garantindo que o sentido configurado seja rigoroso e, assim, acessível para a apropriação e refiguração por outros analistas do comportamento, pela comunidade científica como um todo e também ao público comum.

3.5. Percurso metodológico

Para execução da presente pesquisa, a partir da metodologia de Bertaux (2010), foram elaborados dois roteiros de entrevista narrativa (Apêndice A), cada qual com uma pergunta disparadora específica. A escolha por diferentes roteiros se refere à diferença da pergunta

disparadora feita para pessoas autodeclaradas negras/pardas e brancas, de modo a convidar — diferentes em forma, mas similares em objetivo — propostas narrativas para abordar como o racismo, e mais especificamente, a fragilidade branca e seus mecanismos de defesa impactam a vida do narrador.

Foram selecionados cinco discentes voluntários vinculados ao curso de Psicologia da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)²². A escolha pelo local (Goiânia-GO) deu-se pela facilidade de acesso por parte da pesquisadora aos possíveis entrevistados e a escolha pela Psicologia deve-se ao fato de que recentemente houve uma comoção no curso por questões relacionadas a preconceito racial de docentes, tornando esse ambiente propício para a investigação pretendida.

Para os critérios de inclusão dos entrevistados, elencamos as seguintes características necessárias:

- a) Possuir idade igual ou superior a dezoito anos;
- b) Estar matriculado em algum curso vinculado à Faculdade de Educação da UFG;
- c) Deve autodeclarar sua raça antes de iniciar a entrevista;
- d) Deve se autodeclarar branco ou preto e/ou pardo;
- e) Deve assinar o TCLE antes de iniciar a pesquisa.

Para os critérios de exclusão dos entrevistados, além dos inferidos a partir dos critérios de inclusão previamente estabelecidos, destaca-se também a questão da autorização, por parte do participante, tanto da gravação quanto transcrição da entrevista narrativa para fins de pesquisa. Desta forma, participantes que não autorizarem a gravação da entrevista não serão selecionados para participar ou terão a sua entrevista desconsiderada para análise dos dados.

Os entrevistados foram informados de antemão sobre a participação voluntária, os objetivos e o método da pesquisa. As entrevistas foram conduzidas de forma a propiciar um ambiente acolhedor com relação às histórias de vida narradas. A respeito dos fatores de risco na participação da pesquisa, temos que durante as entrevistas, emoções podem ser mobilizadas causando choro ou angústia. Caso isso ocorresse, a entrevista seria interrompida e o(a) narrador(a) acolhido(a) pela pesquisadora. Caso fosse necessário e o(a) participante quisesse, ele(a) seria encaminhado(a) a um serviço de atendimento psicológico público e gratuito ou atendido(a) pela pesquisadora em outro espaço. Já os fatores associados aos benefícios na participação da pesquisa dizem respeito à possibilidade de escuta acolhedora

²² Vale ressaltar aqui que tanto a escolha pela UFG quanto a do curso de Psicologia representam vieses institucionais que limitam a atuação das pesquisadoras no contexto desta pesquisa.

em um espaço seguro. A divulgação e convite aos potenciais voluntários foram feitas por meio da rede social Whatsapp, especificamente no grupo de discentes e egressos do curso de Psicologia da UFG. Na divulgação foram informados os objetivos da pesquisa, os critérios para participação e os contatos (telefone e e-mail) da pesquisadora.

Apesar desta pesquisa propor metodologicamente a entrevista aberta com narrativas de vida, foi importante a elaboração de um roteiro ou tópico guia que auxiliará tanto na escuta quanto nas transcrições e processos de análise posteriores. Esse roteiro (Apêndice A) foi elaborado conforme leituras e estudos anteriores, e passou por constantes revisões, podendo ser modificado conforme necessidades que surgirem no decorrer da pesquisa. Além do roteiro foram elaborados os seguintes documentos: a) Termo de compromisso conforme os requisitos da Resolução CNS n.º 466/12 e/ou da Resolução CNS nº 510/16 (Anexo 1); e b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3), de modo a evidenciar a confirmação do sigilo durante todo o momento de desenvolvimento da pesquisa, evitando a exposição de dados pessoais ou qualquer outra informação compartilhada que possa dar margem para a identificação de qualquer um dos voluntários envolvidos no processo de entrevista.

Assim, metodologicamente, os procedimentos de pesquisa seguiram as seguintes etapas:

1. Construção do projeto de pesquisa e contextualização de estudos preliminares;
2. Submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás (CEP/UFG);
3. Divulgação da pesquisa e convite aos possíveis colaboradores;
4. Realização das entrevistas, transcrição das entrevistas gravadas e análise teórica dos dados;
5. Elaboração da dissertação, qualificação e defesa.

Capítulo IV

Análise de dados

“Pessoas Brancas: Não quero que vocês me entendam melhor, quero que se entendam a si mesmos. A sobrevivência de vocês jamais dependeu do seu conhecimento da cultura branca; na verdade, foi exigida a sua ignorância.”

Ijeoma Oluo (2018)²³

A partir de toda a discussão feita nos capítulos anteriores, este capítulo foi desenvolvido de modo a fazer uma interlocução conforme os oito passos propostos pelo método Reno (Xavier e colaboradores, 2017). As entrevistas narrativas foram realizadas em sala privada da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Goiás. A escolha por esta sala se deu por questões de conveniência, haja vista que: os participantes voluntários são todos discentes do curso de Psicologia da UFG — evitando dificuldades de deslocamento; a sala possui uma boa estrutura, com cadeiras confortáveis, mesa para apoiar equipamentos de gravação da pesquisadora, entre outras amenidades, como ar-condicionado. Nesse sentido, em se tratando do primeiro passo do método, o arranjo das condições experimentais falha na criação de um ambiente experimental controlado onde variáveis independentes (manipulações ambientais) possam ser alteradas, a fim de medir seu efeito sobre o comportamento verbal dos participantes (variáveis dependentes).

Já o segundo passo do método foi completamente seguido. As cinco entrevistas feitas foram transcritas integralmente e de modo a registrar o mais fidedignamente possível as topografias tanto da pesquisadora (Entrevistadora) quanto dos voluntários (Narradores). Em todas as entrevistas a pesquisadora é identificada como “Entrevistadora” e os voluntários foram identificados somente como “Nome fictício”²⁴.

O oitavo passo do método, como discutido anteriormente, não se trata de um passo final a ser seguido, mas sim um movimento feito ao longo de toda a construção analítica pretendida, então não há uma forma específica de ilustrá-lo como cumprido tal qual os demais passos; sendo assim, cabe apenas mencionar que este foi seguido desde o início das transcrições das entrevistas até a elaboração final da dissertação como um todo. Os demais passos serão desenvolvidos a seguir em seções específicas, mas estas não seguirão

²³ Tradução livre.

²⁴ Iniciais dos participantes foram evitadas, pois os participantes poderiam ser facilmente identificáveis por suas iniciais e nomes de terceiros citados pelos entrevistados também foram omitidos nas transcrições.

necessariamente a ordem conforme sugerida pelos autores Xavier e colaboradores (2017). Essa mudança na ordem dos passos deve-se justamente ao caráter flexível proposto pelos próprios autores e às adaptações necessárias feitas para atender a proposta de pesquisa desta dissertação.

4.1. Estabelecimento de categorias para o discurso e descrição do próprio analisar

Esses passos dependem, como discutido anteriormente, do próprio repertório comportamental do pesquisador. Dessa forma, considerando o objetivo desta pesquisa e de toda a discussão feita tanto nas Considerações Iniciais quanto no Capítulo I, é importante destacar que as categorias estabelecidas dependem inteiramente do próprio letramento racial de pesquisadoras brancas e das formulações epistemológicas da Análise do Comportamento. Portanto, como há uma ênfase no caráter interpretativo desse passo do método, aliando tanto a história da própria pesquisadora-entrevistadora quanto o seu objetivo de pesquisa, temos um agrupamento de verbalizações baseados inteiramente na tentativa de operacionalização do que DiAngelo (2018) nomeou por *Fragilidade Branca*. Essa escolha deu-se a duas tentativas: a primeira, de discutir a temática do racismo numa perspectiva propositalmente branca, implicando pessoas brancas (sejam as próprias pesquisadoras, sejam os participantes voluntários autodeclarados brancos) numa perspectiva racial; a segunda, de encontrar na narrativa dos voluntários autodeclarados pretos ou pardos, indícios de interferências da fragilidade branca como um todo. Após a realização das entrevistas e leitura das transcrições, chegamos às seguintes categorias de análise para o discurso dos entrevistados(as):

- Fuga/esquiva de abordar a temática racial;
- Exemplos de comportamentos racistas observáveis e não observáveis;
- Efeitos de comportamentos racistas em pessoas brancas;
- Efeitos de comportamentos racistas em pessoas pardas/pretas.

E para a pesquisadora-entrevistadora, temos como categorias para tentativa de auto análise funcional:

- Desconfortos experienciados na entrevista;
- Desconfortos experienciados na análise;
- Outras impressões.

4.2. Agrupamento dos segmentos verbais de interesse, Inferência dos operantes essenciais e Análise das variáveis

A captação de voluntários se deu por divulgação no grupo de discentes e egressos da Psicologia da Universidade Federal de Goiás. Por intermédio, primeiramente, de divulgação de questionário pelo Google Forms, a pesquisadora pôde filtrar num primeiro momento os interessados em potencial. Nesse contexto, 17 pessoas se mostraram interessadas em participar da pesquisa, sendo duas delas descartadas da possibilidade de participação por não se encaixarem nos critérios de inclusão previamente definidos. Dentre as 15 pessoas que foram contatadas em particular pela pesquisadora, apenas cinco candidatos foram selecionados por questões de conveniência (conciliamento de agendas entre pesquisadora e participante em potencial; disponibilidade de horários; ter, de fato, respondido o convite feito em particular para participação por parte da pesquisadora; limite de quantidade de entrevistas a serem feitas etc).

Entre os cinco voluntários, duas foram mulheres (Flávia e Renata), uma autodeclarada branca e outra autodeclarada negra e os demais três foram homens (André, Marcus e Vinícius), sendo um autodeclarado negro/preto e os outros dois autodeclarados brancos. Todas as entrevistas foram transcritas de modo a manter o máximo de fidedignidade à fala tanto da entrevistadora (pesquisadora) quanto dos participantes voluntários (narradores).

A primeira entrevista foi feita com a voluntária autodeclarada branca, Renata, e teve duração de oito minutos; A segunda entrevista, refere-se ao voluntário autodeclarado branco, André, e teve duração de 22 minutos; A terceira entrevista foi com a voluntária autodeclarada negra, Flávia, e teve duração de 31 minutos; A quarta entrevista foi feita com o voluntário autodeclarado negro/preto, Marcus, e teve duração de 23 minutos; e por fim, a quinta e última entrevista refere-se ao segundo voluntário autodeclarado branco, Vinícius, e teve duração de 30 minutos. Todos os voluntários são solteiros, têm o mesmo grau de escolaridade e idades próximas, variando entre 18 e 22 anos.

Retomando a definição de fragilidade branca de DiAngelo (2018) como um estado de desconforto emocional ou de defesa, específica a indivíduos brancos, propomos como primeira grande categoria de análise justamente a operacionalização desse conceito como uma possível fuga ou esquiva de abordar o tema. A autora argui que esse estado emocional de desconforto ou defesa indica uma incapacidade de indivíduos brancos de lidar com a temática racial sem reagir com negação, minimização ou culpa.

Nesse sentido, elencar como primeira categoria de análise justamente uma tentativa de operacionalização desse conceito como “Fuga/esquiva de abordar a temática racial” num contexto de voluntários para uma entrevista narrativa em que estes participantes já sabem, de

antemão, do que se tratará a pesquisa, pode soar contraditório. Contudo, como será discutido a seguir, a pesquisadora identificou, em diversas instâncias das diferentes entrevistas narrativas, como a esquivar ou fuga emergiu em contextos tanto históricos dos narradores quanto em comportamentos da própria entrevistadora, tornando essa operacionalização interessante para a análise. As demais categorias foram elencadas pela pesquisadora por encontrar instâncias similares nas diferentes entrevistas narrativas; e de modo a facilitar tanto a elaboração da análise quanto a compreensão de leitura a ser feita sobre elas, optamos pela discussão de cada uma das entrevistas individualmente, recorrendo a trechos das transcrições para exemplos ilustrativos relevantes.

4.2.1 Análise entrevista 1 - Renata:

Um primeiro ponto de atenção da narrativa dessa participante, diz respeito às múltiplas instâncias em que a narradora se identifica enquanto pessoa branca e, portanto, incapaz de experienciar ou de vivenciar o fenômeno do preconceito racial. Ela começa sua narrativa reconhecendo seu próprio privilégio enquanto mulher branca de uma família que conseguiu conquistar, num recorte socioeconômico, uma boa condição financeira. A narradora entende, e reitera em múltiplas instâncias que ela, enquanto pessoa branca, nunca passou ou vivenciou uma situação de racismo, mas que por ter um irmão negro e já ter tido um namorado negro, pôde testemunhar de primeira mão algumas instâncias em que essas pessoas próximas sofreram racismo.

Considerando que a pergunta disparadora feita pela entrevistadora foi “me conta sobre a sua história de vida enquanto uma pessoa branca e a sua visão acerca do racismo no dia a dia”, e não necessariamente a discussão sobre a pessoa branca ter sofrido racismo ou não, a postura dessa narradora em particular pode indicar justamente o que DiAngelo (2018) descreveu como o movimento de desracialização de pessoas brancas quando o assunto é o racismo, ou raça de maneira geral. Certamente, reconhecer seu lugar de privilégio é um bom ponto de partida para uma discussão mais profícua sobre o tema, mas como essa fala emergiu em diferentes instâncias na fala da entrevistada:

É... eu sou uma mulher branca bem privilegiada. Eu venho de uma família que batalhou muito, mas hoje tem uma condição financeira muito boa e nunca passei por uma situação de racismo.

Além dessa, assim, de racismo que eu vivenciei, que— eu vivenciei, não. Que eu vi outras pessoas próximas a mim vivenciando [...]

Mas nunca vivenciei algo “eu”, mas já vi essas situações assim e sempre me incomodaram, assim.

Aí eu comecei a ter uma visão de-de como era— não como era estar no lugar dele, porque nunca vou saber, mas ter uma percepção acerca do que que ele tava vivendo, né?

Cabe pensar se esse reconhecimento pode ser uma forma de esquiva sobre a abordagem do tema justamente por seu desconforto — sobretudo porque a narradora relata ter testemunhado situações em que pessoas próximas a ela sofreram racismo. Essa reiterada fala de se colocar ativamente como uma pessoa que não pode ser vítima de racismo, por mais correta e lógica que seja, cria um tipo de distanciamento entre ela e o fenômeno. Quando perguntada pela entrevistadora se a narradora se considerava uma pessoa racista, a resposta dada foi:

Ah, devo ser em alguns aspectos, devo ser algumas coisas que eu não devo perceber. Eu tento ao máximo, é... Esses dias vi a Thelma, aquela ganhadora do BBB, falar que tipo, não é que pessoas brancas não podem falar sobre racismo, mas é do lugar que elas falam, né? E aí eu tento me policiar, porque eu, como branca, estou no lugar de opressora nesse caso, né? E eu tento me policiar, mas em algum caso deve ter havido algum comportamento que eu fui racista na minha vida.

O desconforto nesse reconhecimento é esperado, e por mais que a narradora se reconheça enquanto opressora, não sabe identificar quando ou quais comportamentos racistas já emitiu ao longo de sua vida, por mais que não negue essa possibilidade. A entrevistadora viu uma oportunidade nessa resposta em perguntar a respeito desse policiamento, mas a resposta da narradora novamente não traz descrições muito precisas sobre quais comportamentos racistas já emitiu, apenas alguns exemplos genéricos:

Tipo, ver se eu tô fazendo isso pela pessoa, porque é a pessoa que eu não gosto, ou se é porque ela é negra, ou tipo alguma fala. É, esses dias eu— esses dias, não, mas há um tempo atrás, quando houve aquele negócio de palavras, né? Tipo, “que palavras você, é— são racistas” e eu percebia que eu usava palavras que eram racistas, tipo “magia negra”, sabe? Esse tipo de coisa, assim, minúcias, sabe? E aí eu falei: “Não vou mais usar essas palavras, elas têm um contexto pejorativo.”

Outras instâncias de esquiva que podem ser encontradas no discurso da narradora, agora dizem respeito a exemplos que ela citou, seja em sua própria família, como em:

Mas na minha família, eu vejo situações que às vezes me incomodam, tipo propaganda em TV. Às vezes eles olham e ficam tipo: “Nossa, por que que sempre

agora tem que ter uma pessoa preta”, sabe? De pessoas mais velhas da minha família, as pessoas mais novas, não.

ou em estratégias de pessoas brancas de maneira geral que tendem a evitar abordar a temática racial como um todo. A narradora enfatiza uma crítica a pessoas mais velhas também em contextos externos aos de sua família, especificamente quando perguntada acerca das possíveis resistências de pessoas brancas ao discutirem o racismo, ou possíveis estratégias de pessoas brancas para evitarem a temática como um todo; a narradora afirma que enxerga como principais estratégias a minimização do fenômeno via piadas, ou então, quando as pessoas se colocam automaticamente como “não racistas” e, portanto, colocando-se à parte da discussão e do fenômeno, como podemos observar no trecho:

Acho que hoje em dia... principalmente pessoas mais velhas assim, né, tipo, acho que a-a imagem que eles têm é de que isso é uma coisa muito mimimi, que isso não existe, porque eu acho que é tão— tá tão na cabeça deles que eles não percebem o que que eles tão fazendo, assim, eles não têm uma visão crítica. Então, pra eles não é algo que precisa ser discutido, já que eles não veem como um problema.

Tratando-se agora da categoria de exemplos de comportamentos racistas observáveis e/ou não observáveis, temos os exemplos dados pela narradora que ocorreram em lojas de departamento tanto com seu irmão, quanto com o seu ex-namorado: ambos sentiam desconfortos no ambiente, e usaram da proximidade da narradora enquanto pessoa branca para uma espécie de respaldo ou de proteção de que não iriam roubar nada na loja — numa tentativa de esquivar de olhares de julgamento, isso quando não fugiam totalmente, pedindo para a narradora para saírem da loja e irem numa outra, como podemos observar, respectivamente em:

Ai, eu acho que como a gente entrava nas lojas, às vezes íamos só eu e ele, porque como eu era mais velha, eu podia ir só com ele, né? [...] Eu já percebi que assim, às vezes a gente— Americanas, assim, por exemplo, nunca olhavam pra mim se eu tava colocando alguma coisa no bolso. Mas o meu irmão, se ele se afastasse de mim, já via alguém olhar, se ele tava colocando alguma coisa no bolso, sabe? E ele, ele não falava porque ele é bem retraído, mas ele percebia e ele falava tipo: “Ah, vamo embora, vamo em outra loja?” E ele se incomodava, eu num-num— Tipo assim, eu comecei a perceber a partir disso, porque eu ficava: “Ué, tá tudo bem pra mim, por que que ele quer ir em outra loja?”, sabe? Aí eu comecei a ter uma visão de-de como era— não como era estar no lugar dele, porque nunca vou saber, mas ter uma percepção acerca do que que ele tava vivendo, né?

e em:

Além dessa, assim, de racismo que eu vivenciei, que— eu vivenciei, não. Que eu vi outras pessoas próximas a mim vivenciando, é, eu tinha um ex-namorado e ele era negro. E às vezes a gente ia em alguma loja, algum shopping assim, ele ficava tipo: “Fica perto de mim”, como se eu fosse o respaldo branco de “eu não vou roubar, eu não vou fazer alguma coisa assim”.

Outros dois exemplos trazidos pela narradora, também referentes ao seu irmão, diz respeito a: 1) terceiros que os abordam para inquirir se a narradora e seu irmão são, de fato, irmãos, se ambos são filhos do mesmo pai/mesma mãe etc., ilustrado em:

E... meu irmão é negro. E... às vezes, assim, não que eu tenha sofrido com isso, né? Meu irmão sofreu, mas às vezes a gente vai numa loja e as pessoas perguntam: “Ah, é seu irmão? É do mesmo pai, da mesma mãe?” E ele fica desconfortável, porque tipo assim, fisicamente a gente parece muito, só o tom de pele que é diferente.

e 2) quando ouviu seu irmão ser chamado de macaco num servidor de Discord com seus amigos da escola — vale ressaltar que a narradora informa que seu irmão é o único negro de sua turma, e que ele estuda em um colégio particular, mas este trecho em particular será citado posteriormente ainda nesta seção.

Em se tratando da categoria de efeitos de comportamentos racistas em pessoas brancas, temos, tomando a própria narradora, sentimentos de incômodo e de tristeza (explicitamente descritos por ela), sobretudo nos contextos em que viu pessoas próximas a ela como vítimas de práticas discriminatórias. Pensando em termos mais gerais dos exemplos citados de pessoas mais velhas se esquivando ou fugindo da discussão da temática racial, podemos inferir a fragilidade branca como esse fator, por mais que a função dessa fuga ou dessa esquiva não esteja tão clara para além da consequência de evitar abordar o assunto — quer dizer, os antecedentes dessa fuga ou dessa esquiva não estão claros.

Por fim, no que diz respeito a última categoria, notam-se os efeitos de desconforto nas pessoas negras citadas pela narradora; com destaque especial ao irmão dela, que por mais que tenha a irmã como fonte de acolhimento, evita discutir com ela abertamente sobre o racismo que sofre e como se sente com relação a isso. Um último ponto de destaque relevante para a análise diz respeito ao episódio narrado pela participante sobre seu irmão:

A gente já conversou sobre. Ele gosta muito de jogar, e aí ele entrava nesses canais de Discord, essas coisas assim. E aí um dia, ele tava jogando e eu ouvi um menino chamando ele de macaco. Esse dia eu fiquei muito brava, tipo, comecei a chorar de raiva assim. E eu— ele continuou jogando e eu falei: “(Nome), por que você não

saiu? Por que você não fez nada? Pessoas não podem te tratar assim, você tava jogando, você tava em um momento de lazer, tipo, é horrível, você tava querendo se divertir e alguém te chama assim?” E aí foi esse dia que a gente trocou essa ideia assim, porque... na turma dele, ele— por a gente ter uma clas— ter uma condição financeira boa, ele muitas vezes era a única pessoa negra da sala. Então... eu falei para ele: “Isso— foi a primeira vez que isso aconteceu? Você quer falar sobre isso?”, sabe? E ele, ele fugiu assim do assunto, ele não falou comigo sobre, mas eu falei que no momento que ele tivesse aberto, que ele quisesse conversar, eu ia tá lá pra falar sobre.

É muito claro como o episódio mobilizou a narradora quando ocorreu, contudo, seu primeiro ímpeto de cobrar do irmão uma postura de atividade sobre a violência sofrida, pode ser um indicador contextual para a dificuldade dele em conversar sobre o assunto, ocasionando a resposta de fuga mencionada.

4.2.2 Análise entrevista 2 - André:

Diferentemente da entrevista anterior, André — homem branco — não se esquivou tanto da temática racial em se tratando de si mesmo, e pôde exemplificar que em sua criação, de uma família nuclear branca, esteve ligado a discursos racistas em sua criação:

Entendi. Bem, por onde começar? [risada] É... uma pergunta complexa, né? Bem, em relação— sendo uma, sendo uma pessoa branca, né, é inegável que, assim, dentro da minha família, que também é constituída por algumas pessoas brancas, existem pessoas de cor também, mas a minha família nuclear ali é uma família branca, né. Querendo ou não, eu fui atravessado por, por, por discursos racistas, né, por ideias racistas dentro da minha família, mesmo que não explicitamente, mas implicitamente sempre existe, né? É, bem, o que mais que eu posso dizer? [risada]

Contudo, ele não apresentou exemplos mais descritivos de como seriam esses atravessamentos racistas em sua criação, por mais implícitos que relatou serem — somente quando posteriormente solicitado pela entrevistadora o narrador deu mais detalhes — pelo menos, nenhum além da citação do humor como ferramenta para que ocorresse essa expressão; inclusive, o autor faz um recorte similar ao de Renata, apontando em sua família, em parentes mais velhos, a expressão desse racismo pela via do humor:

Em relação aos meus tios, eles são tão antiquados ou até mais, assim, eles são até mais escabrosos do que a minha, minha bisavó em alguns contextos, assim. Pode ser

só, sei lá, pra-pra fazer graça ou só pra escrachar e tal, porque minha família tem uma cul— uma— tem um senso de humor um pouco, um pouco escrachado, assim. E muitas vezes isso é um problema, né? Como nesse caso, outras vezes é só-só um senso de humor, né? Um-um-uma forma de expressar esse senso de humor deles. Mas em-em relação a isso, é— Em relação a esses comentários racistas, é, é-é muito isso, é bem— é bem antiquado. Resumindo, é bem antiquado. Tão antiquado quanto, é, esses comentários feitos por pessoas bem mais antigas que viveram num, num passado em que era— o racismo era bem mais evidente, né? Objetivamente falando.

Podemos tomar essa espécie de minimização da questão racial via humor em contextos familiares predominantemente brancos como uma possível fuga ou esquiva de pessoas brancas em se pensar o racismo enquanto problemática; uma vez que, tornando comentários não socialmente aceitos como piada naquele contexto, as pessoas brancas não entram em contato com os aversivos de se implicar enquanto racista, naturalizando a questão, como André cita no caso de seus tios que fazem comentários tão racistas, ou até piores, do que sua bisavó:

Não, é meio naturalizado, assim, tipo: “Ah, não, ele fala isso só porque ele é doido”, porque é uma piada. Tipo assim, tira, é— meio que passa um pano ali praquele comentário, meio naturalizando o-o comentário, as ideias inseridas no comentário ou na piada de qualquer forma— expressão do racismo que seja, né? É mai— é algo naturalizado, assim, tipo... É, no geral, é naturalizado, assim, tipo... É. Num geral, naturalizado, eu diria, infelizmente.

Em se tratando da categoria de comportamentos racistas observáveis e não observáveis, André ilustra um pouco mais, quando solicitado para detalhar mais, alguns casos em sua própria família, como já havia citado em momento prévio, e como seus familiares utilizam do humor para negar o racismo enquanto problemática completamente:

Não, tranquilo. Não, às vezes alguns membros da família faziam algumas piadas racistas, aquela coisa bem... bem família, né, que cê geralmente tá ali no churrasco de família, entra num assunto ali, às vezes, que aborda até racismo, né? E, e aí essa, essa temática às vezes é meio desconsiderada, às vezes dizendo que não existe racismo, é... e se existe não é tanto assim, etc e tal. Assim, eu fui atravessado por esse— alguns desses discursos, assim, nesse tipo de contexto, principalmente na família, né? Eu acho que família geralmente é o lugar onde cê tá mais exposto a esse tipo de, de “opinião”, né, entre muitas aspas, essas opiniões meio controversas, assim. Mas, no geral, é isso, assim. É, pelo menos dentro da, da minha família,

quando morava com os meus pais, né, com meu pai, minha mãe e meu irmão, não era nada, é, explícito em comparação com o resto da família, né, com alguns tios, alguns avós também, expressavam essas, essas, de novo, “opiniões”, entre muitas aspas racistas. É, dentro da minha família ali nuclear assim, nu-nunca teve nenhuma demonstração explícita desse, desse tipo de caso, né, mas eu s— eu, eu percebo que e-existia, sabe? Pelas, é, pelas, pelas histórias, pelas coisas que a família, a fa— a família tipo, os tios e os avós conversavam, né? Então não tem como cê se desvencilhar totalmente desse, desse racismo estrutural, digamos assim, né? Acho que essa é meu— em relação ao racismo, essa é, essa é minha opinião, né? Que é uma, é uma condição estrutural mesmo, que afeta as pessoas mesmo que elas não percebam, né? Fica impresso ali no, no, na mente da pessoa, por, por assim dizer, né? Fica, fica impresso ali essas, esses discursos, essas narrativas, esses preconceitos mesmo. Acho que no geral é isso.

o mesmo pode ser observado em outro momento da entrevista falando sobre sua família, como em:

Assim... dentro da minha família, eu sempre percebia, por exemplo, alguns tios que são mais... mais extremistas [risada], por assim dizer, são mais maluco. Eles faziam comentários abertamente racistas, assim, sobre— Nessas ocasiões de família, né, como eu tinha comentado, num churrasco ali, numa, alguma discussão de família, quando o assunto passava por racismo ou passava por pessoas, pessoas pretas ou coisas do tipo, eles faziam comentários abertamente racistas, né? É... Eu lembro da minha avó comentar a respeito de falas racistas da minha bisavó, né. E enfim...

ou mesmo, em outro trecho em que André traz o único exemplo em termos comportamentais do que seria uma das falas racistas de sua bisavó que são recontadas pela sua avó como um humor familiar:

A minha vó, ela sempre conta rindo, porque é algo tão, tão absurdo, né? Mas assim, a ponto da minha bisavó emitir essa opinião, é... Revela muita coisa a respeito dessa questão do-do racismo estrutural. Eu lembro que ela comentava comigo, rindo, achando absurdo minha bisavó, muito— há muito tempo atrás, falar que “desde que o Brasil abriu as portas pra África, as coisas começaram a desandar no país”. Ela falou isso, sabe? E assim, minha vó leva na-na brincadeira, né? Porque “ah, ela é sua bisavó, uma pessoa idosa”, é, tipo, mui-muito idosa, muito— de uma época muito preconceituosa e tal, mas o fato da gente não levar a sério que esse tipo de opinião ela— desse tipo de— desse tipo de preconceito, ele vai atravessando as gerações,

né? Mesmo que a gente não perceba ali objetivamente, é... é o— faz parte do problema também, né? A gente levar como: “Ah, não, é só porque é uma pessoa mais-mais velha, que viveu em uma outra época.” Não, essas coisas assim, é-é— Essas coisas atravessam gerações, atravessam sociedades, atravessam relações de, de várias formas, né? Então, e-esse— é, acho que esse comentário ilustra bem, mais ou menos, o que eu tô querendo dizer, né? Tipo, é esse tipo de, de contexto familiar e de comentário que eu vou escutando ao longo da minha vida que, que querendo ou não, é... fica impresso na-na minha— na minha identidade mesmo, enquanto pessoa branca, enquanto membro de uma sociedade que, que é racista, né? Então, existe um processo pra você se identificar com uma pessoa que faz, de novo, parte do problema. Acho que isso.

Além dessas instâncias familiares, André aponta um exemplo próprio de como ele emite comportamentos racistas baseado nessa criação que teve, e como passa a evitar o contato com algumas pessoas negras que se encontram em situação de rua, mesmo sem uma experiência negativa direta:

Boa pergunta! Deixa eu lembrar aqui alguns, alguns episódios, assim. É que às vezes as coisas são tão coti— tão cotidianas, corriqueiras, assim, que a gente nem percebe os motivos pelos quais a gente fez aquilo, né, ou-ou pensou alguma coisa, etc e tal. Eu acho que na minha cidade, eu sou de Anápolis, né? Na minha cidade, ali perto do centro da cidade, é, tem muitas pessoas, muitos moradores de rua, né? E a maioria deles são pessoas negras. Aí, geralmente, quando— assim, cê, cê percebe ali um, um... Ia dizer “padrão”, mas não sei se padrão é a, a melhor palavra. Mas eu vou, vou, vou usar pra, pra não— pra não, não travar aqui na, na, no, no, na falação [riso]. É... quando cê percebe um padrão ali de vestimenta, até um padrão de, de cor também, porque a maioria das pessoas nessas condições, assim, é, são, são pessoas negras, querendo ou não. É... a gente fica com o pé atrás, a gente fica meio de olho demais. Eu, pelo menos, fico, é... eu fico nesse, nesse estado de alerta, assim, quando eu passo pelo centro e eu percebo essas pessoas, assim. Tem muito problema com— de vício com drogas, né? Entre esses moradores de rua lá de Anápolis. E enfim, aí por, por esses motivos, a gente fica ali com o pé atrás. A gente, é... faz a famosa muda de calçada, essas coisas, essas coisas do tipo. E eu acho que muito disso, é, muito disso tá relacionado ao, a, a ideias racistas que a gente tem impresso na nossa, na nossa cabeça, na nossa história, na nossa vivência. Eu acho que, acho que de, de episódios assim, acho que eu diria, diria isso.

Pensando nos efeitos de comportamentos racistas em pessoas brancas, temos na narrativa de André que apesar de seus pais não compartilharem das mesmas opiniões de seus demais familiares, não foi no ambiente familiar que ele teve esses ideais questionados, mas sim na escola:

Assim, eu fui uma pessoa que, apesar de, de ter uma família que emitia opini— é, opiniões, é, ou fazia piadas ou comentários de cunho racista, né? Eu tive um acesso à uma boa educação, assim, meus pais... Meus pais são professores, né? E eles eram professores de inglês. Aí nas, nas escolas que eles trabalhavam, geralmente era escola particular, assim. É... eles acabavam... Às vezes, receb— A gente recebia uma bolsa, eu e meu irmão, né? Às vezes a gente recebia uma bolsa ou um desconto e tal, e a gente teve acesso a uma bo— uma boa educação, né? Eu acho que parte, é, parte do, do... Dessa, digamos assim, dessa consciência, né, de que existe racismo, de que, igual eu falei, faço parte do problema de certa forma, é, veio muito da, da escolaridade mesmo.

Outro ponto interessante a se destacar nesse contexto de efeitos dos comportamentos racistas em pessoas brancas, é a admissão de André de sua dificuldade pessoal em se reconhecer como parte do problema:

Bem, eu acho que essa coisa de, de se situar como uma pessoa racista, né? Ou de se entender como uma pessoa atravessada pelo racismo, mesmo você sendo branco, é, é uma questão meio s— Meio sensível, assim, pra muitas pessoas brancas, né? Eu, eu falo por mim mesmo, tipo assim, o racismo é algo que tem que ser discutido, definitivamente. Mas ainda assim, pe-pelo menos falando pessoalmente, é algo difícil de, de admitir que eu faço parte do problema, digamos assim, né? E me reconhecer como uma pessoa branca, portanto, uma pessoa que é atravessada pelo racismo de, de uma forma ou de outra, acaba atrapalhando um pouco o debate, né? Acaba, é... invisibilizando mesmo essas questões que— esses atravessamentos, né? Como eu tô repetindo várias vezes aqui, né? É... Enquanto pessoa branca, ou— É, enquanto pessoa branca, eu percebo outras pessoas brancas que não reconhecem essa, esse racismo estrutural mesmo, que, que constitui o, o sujeito, a sobrevivência do sujeito. E eu não sei dizer se existem algumas estratégias específicas, mas eu a— eu percebo muito isso, essa, essa coisa da pessoa não, não se reconhecer, não gostar de se reconhecer ou de se situar como uma pessoa racista. Falando assim, de uma pessoa atravessada pelo racismo. Entendeu? Não racista de tipo, xingar pessoas,

pessoas de cor ou coisas do tipo, assim. Uma pessoa explicitamente racista, entendeu?

Além disso, André aponta que foi, além do contexto escolar, a convivência com amigos negros que pôde trazer novas oportunidades de reflexão pessoal a respeito de sua condição de homem branco:

[...] Então, essas coisas, assim, que eu já conversei, que eu já percebi, é... com, com esses amigos e tal, foi, foi algo que me, me botou pra pensar, sabe? Pra rever a, a minha condição enquanto pessoa branca e o contraste disso com a condição que pessoas negras enfrentam na sociedade no geral, sabe? [...]

Tratando-se dos efeitos de comportamentos racistas em pessoas pardas/pretas, na narrativa de André temos dois exemplos que ele cita em contextos distintos, sendo o primeiro o exemplo que traz de seus amigos negros e o contraste que faz com relação a sua própria experiência de vida:

Veio muito também das, é... de algumas vivências, tipo assim, eu tinha amigos, amigos negros, e eu percebia que esses amigos negros passavam por coisas que eu não passava, né? Tipo comentários racistas mesmo. Às vezes a-alguns amigos já foram parados pela polícia, enquanto eu nunca passei por esse tipo de coisa, é, nunca fui alvo de nenhum comentário racista ou, ou coisas do, do, do, do gênero, sabe? [...]

O segundo exemplo, apesar de similar, é mais descritivo, apontando a preocupação de uma mãe negra a respeito da segurança dos filhos que demoravam a chegar em casa, ou como um amigo negro em um mochilão é constantemente parado nos aeroportos, diferentemente das pessoas brancas:

[...] Eu lembro, eu lembro da minha mãe comentar, é, a minha, a minha família era amiga de outra, né? A gente participava da, da... Frequentava a mesma igreja, né? E uma família era amiga da outra. E a minha família tinha amizade com a família dessa mulher, é... e eles eram negros, né? Tanto ela, quanto os filhos, quanto o marido, eram pessoas negras. E um dia, minha mãe tava na casa dessa amiga e o filho dela tava... Ele tinha saído pra, se eu não me engano, pra jogar vôlei. Ele tava demorando pra chegar e ela ficou— Aí a minha mãe com-comentou que essa amiga dela ficou preocupada pensando: “Nossa, o (nome) tá demo— o fulano tá demorando [risadas] O fulano tá demorando, será que, será que aconteceu alguma coisa? Será que ele foi parado pela polícia ou algo do tipo?” Tipo assim, a primeira, primeira preocupação que ela teve é se ele foi parado pela polícia, e não porque, por exemplo, minha mãe tinha muito, m-muita preocupação se eu ou meu irmão, a gente

— tinha— Se a gente tá demorando pra chegar em casa, se a gente tinha sido agredido, se a gente tinha sido assaltado por outra pessoa, a gente tá sendo sempre— Sempre— A gente tá sempre naquela condição de, de vítima, alguém vai agredir a gente, alguém vai assaltar a gente, e essa, e, e esse “a gente” aí nunca é a polícia, por exemplo, né, fazendo esse... Essa relação entre a preocupação dessa amiga da nossa família e a preocupação que minha mãe tem pra comigo e com meu irmão, por exemplo. Aí eu a— Eu achei bem, bem interessante. Eu tinha um amigo também que ele, ele é pardo, né? E ele f— Já fez um mochilão pela Europa. E toda vez que ele chegava no aeroporto, eles checavam ele, faziam questão de checar ele, enquanto, sei lá, outras pessoas que ele... Pelo menos como ele falou, né? Outras pessoas que eram brancas, que não tinham— Não, não eram suspeitas de alguma forma, não eram revistadas, mas toda vez que ele passava pelo aeroporto lá na Europa, ele era revistado, né? [...]

4.2.3 Análise entrevista 3 - Flávia:

Diferentemente de todas as outras entrevistas, Flávia — mulher negra —, ao ser perguntada pela primeira pergunta disparadora do roteiro, iniciou seu relato e falou por dez minutos ininterruptamente. Em seu primeiro relato, a narradora discorre sobre como o racismo se apresentou e se apresenta em sua vida, historicamente. Optamos por citar o relato em sua literalidade, de modo a manter a compreensão de sua fala o mais fidedignamente possível, em vez de quebrá-lo em múltiplas análises, compreendendo-o enquanto parte da categoria de análise proposta de comportamentos racistas observáveis e não observáveis:

É... contar minha história, né, e usar, ok, usar não, me falar... Tá. Tá, eu cresci, é, em uma família pobre, assim, de-de classe média baixa. É, eu convivo muito com a fa— eu convivi muito— convivo e convivi muito na minha infância com a família do meu pai e eles são— minha avó é negra, mas meu avô era branco e acabou que é muito misturada a minha família assim, tem mais gente que se vê como branco, tem-tem pardo, mas eu acho que eles são lidos socialmente como pessoas brancas, do que como pessoas negras. Então acaba que, é— eu tenho, eu e meu primo que somos assim, vistos como negros mesmo na família, mas a maioria assim é visto como branco, inclusive minha prima, ela era um pouco loira quando ela era menor, depois o cabelo dela escureceu, e o da filha dela hoje em dia é loiro, e a pele dela é ainda mais clara. Então minha família assim é bem misturada, tem-tem— a-a cor da

pele da minha avó não-não perdurou, vamos dizer assim. Já na minha mãe é o contrário, só que eu não tive muita convivência com eles. Eu fui conhecer eles já quando eu tinha vinte anos e eles moram em outro estado, então eu convivi mais com a família do meu pai. É... em questão de racismo, eu acho que eu demorei muito pra perceber, eu acho, eu fui perceber depois-depois de grande, assim, coisas, e aí fui relembrando coisas da minha infância que eu pensei que podia ser racismo. Mas na igreja dos meus pais, uma coisa que sempre era muito forte pra mim era que tinha outra— meu nome é meio que muito comum, (Nome), então sempre tem alguma (Nome) em algum lugar e sempre o que mais usavam pra me diferenciar era tipo a cor da minha pele e aí tinha na minha igreja era separado por grupos de idade e tinha essa (Nome) que era da mesma idade que eu e era assim: (Nome) branquinha e (Nome) moreninha e na época eu nunca achei nada demais depois de grande que eu parei para pensar em várias questões não só de diferenciar pela cor, mas também de— do moreninha como uma forma de-de, é, suavizar, sabe? De “ela é morena”, sabe? Essas coisas também é uma coisa muito-muito característica essa coisa do morena assim, na minha— eu crescendo ainda mais porque eu tenho uma irmã que é mais ou menos dez anos mais nova do que eu. Então demorou assim pra-pra minha mãe engravidar de novo e tal, quando ela nasceu eu já era grandinha e ela tem tom de pele muito mais claro do que o meu. E aí, é, quando ela nasceu ficou, tipo assim, meio que ela passou a ser a morena e eu não porque eu era meio que mais escura que ela, sendo que antes eu era mais vista como morena. Isso eu sempre parei pra pensar porque é muito interessante porque antes, é, eu penso, né, que era usado pra suavizar o meu tom de pele, né, tipo nossa ela não é negra ela é morena e depois minha irmã. Eu sempre fico pensando nisso e eu ainda não sei como estruturar isso, mas eu acho isso muito interessante. É... não sei, várias coisas que eu percebo que eu acho que também tem a ver com o tom de pele é, na escola, assim, eu nunca fui vista, eu nunca fui muito vista assim pela-pelas pessoas. Eu sempre, é, frequentei escola pública, mas sempre— eu nunca— eu sempre tinha pessoas, poucas pessoas negras eu acho na turma então, é... não sei explicar, mas tipo essas coisas que cê tem quando adolescente de-de ser bonito e de ter as pessoas mais bonitas eu acho que é o tom de pele sempre influenciou no meu caso porque eu nunca fui— eu sou magrinha, sabe, eu nunca fui muito vista assim e eu acho que o tom de pele tem—teve-teve influência nisso, eu acho. Eu acho que, não sei, se eu fosse branca, se eu tivesse cabelo liso. Ah, o cabelo liso! Nossa, essa é importante! Eu alisei meu cabelo

por muitos anos assim. É... É, eu acho que quando eu— de uns doze até uns dezessete anos, assim, eu alisava o meu cabelo. E aí, é, quando eu comecei a alisar, todo mundo elogiou: “nossa, cabelo muito bonito”. “Nossa...”, várias coisas, eu ouvia muita coisa e aí eu comecei a gostar dele mais depois que eu alisei. Só que era muito ruim assim, era, nossa... era muito ruim. Tinha que ficar a cada três meses, crescia a raiz, você tinha que fazer, passar produto... É, como minha mãe não tinha condição de ficar, é, pagando pra eu ir no salão, a gente usava um produto que não alisava, mas ele... É, tipo relaxamento. Ele rela— ele abria o cacho. Então, como minha tia, às vezes, passava um produto no meu cabelo, que era com formol, ele— eu— minha mãe pra-pra poder demorar mais tempo pra eu passar de novo o formol, ela misturava esse outro produto, que era o de relaxamento. E isso foi horrível, porque como é muita química, começou a machucar meu couro cabeludo, de sangrar mesmo. Então, depois que fazia, meu cabelo grudava assim na cabeça, porque saía sangue, sabe? Nossa, era horrível. E aí foi, foi um tempo assim. Aí até que eu decidi que eu não queria mais. Meu cabelo caiu um pouco também, ficou bem ralinho. E aí eu falei que eu não queria mais, que era muito, muito trampo, muito, muito, muito trabalho só pra eu ficar com o cabelo liso. E aí eu fui e raspei o cabelo pela primeira vez. Foi horrível, eu chorei demais. Mas aí foi lindo assim, depois. Eu resolvi não alisar mais. Depois eu nunca mais alisei, e resolvi manter ele curtinho também, porque eu adorei ele curtinho e, e é, mas o-o cabelo foi muito marcante. Depois, quando eu raspei, foi muitos comentários. Foi tipo: “Nossa, por que você fez isso?” “Nossa, ele era tão lindo antes”, até hoje tipo: “Nossa, você vai deixar seu cabelo crescer? Você vai deixar ele liso de novo?” E é bem incômodo, assim, hoje em dia eu lido melhor, eu acho. Mas antes eu achava bem incômodo, assim, essas questões. É, ficar perguntando isso. Hm, deixa eu ver o que mais. É, eu acho que... depois que eu, que eu tive um pouco mais de consciência sobre racismo, racismo estrutural e tudo mais, que eu comecei a pensar, porque antes eu não, não me ligava muito pra essas questões. Mas aqui na faculdade eu acho que eu... percebo... E aí eu não— às vezes não é diretamente pra mim, mas tipo no, na minha, na minha convivência com as pessoas no geral, que... os professores, às vezes eles tentam ser muito... cuidadosos, eu acho, com isso. E aí, é, por exemplo, aconteceu uma situação recentemente. Minha professora de (matéria) tava dando aula e aí tem esse aluno que chama (Nome colega) e ele é negro. E aí ele foi e falou alguma coisa e tal e ela não falou nada e quando o outro aluno que era branco falou, ela comentou e agradeceu o

aluno. Só que eu acho que deu meio que um start na cabeça dela e ela voltou e agradeceu o (Nome colega) também pela contribuição dele que ela não tinha. Ela tinha agradecido só pela outra e eu achei isso engraçado. Eu acho que isso acontece muito, assim. Ti— Já aconteceu muito comigo antes e eu nunca, nunca tinha parado pra pensar de— é, às vezes parece que a sua opinião não— Ou vo— ou parece que a pessoa fala a mesma coisa que você. E aí— Tipo um mansplaining assim, só que... [risada] E aí o que você falou, como se nada, como se o que você tivesse falado não, não fosse isso. A pessoa fala por você a mesma coisa. Ou... é... parece que não te escuta, assim, e tudo que você fala parece que você não— é meio invisível, assim. Vo— A pessoa te ouve, mas ela não te ouve de verdade. Não sei explicar melhor do que isso, eu acho. É, minha mãe também. Minha mãe é assim. Muitas coisas eu acho dela assim, que ela faz, faz com a minha irmã também, que eu acho muito, muito pesado assim. Coisa do cabelo... Ela, ela é uma— Ela, ela se declara como parda, né? E ela, ela carrega, assim, muitas, muitas coisas, eu acho, da infância dela, que ela não acha. Ela acha que é tudo— que tudo bem. Do cabelo é o mais forte, eu acho, porque ela sempre fala até hoje, “cabelo ruim”, fala que meu cabelo é “ruim”, que o dela é “ruim”, que o da minha irmã é “ruim”. É... eu já tentei conversar com ela sobre isso, mas ela fala que no tempo dela isso era normal, então que “ah, hoje vocês problematizam demais isso”, não sei o quê. E mesmo eu falando tipo, nem, nem colocando racismo, colocando tipo “ah mas eu não gosto que fala isso”, ela, ela continua falando e várias questões também assim de cor de pele. Ela, ela não... ela não cons— ela nunca considera a cor como al-algo que pode ser, é... Não sei. Eu acho que ela normaliza muito quando fazem algo que tá relacionado com seja cor, seja cabelo. Ela fala que é normal, tipo “ah na minha época era assim e hoje em dia é assim mesmo, é assim que funciona” e não, não, ela não vê como se fos— como algo errado. Como um pre— como se ela tivesse sendo— sofrendo um preconceito e passando esse preconceito pra frente com várias questões, assim, em casa. Cabelo eu já conversei com ela, é, quando... é, pessoas— Às vezes, no setor que a gente mora, tem muita gente pedindo comida— Passa, assim, na porta pedindo comida. E, e uma vez eu— Foi, era uma— Foi um comentário que eu fiz, era— Eu não, é sempre pessoas negras, assim, eu sempre reparo. E uma vez era um, era um cara branco. E aí eu achei isso interessante. Aí eu comentei com ela e falei: “Nossa... uma pessoa branca pedindo, não sei o quê... Geralmente é sempre pessoas negras” e ela: “Ah! É qualquer pessoa.” Não sei, pra ela nunca— Ela nunca vê a questão da cor. Eu acho

isso muito interessante e eu acho que ela colocou muito disso em mim, assim. É, antes, antes, quando eu, quando eu era mais nova, eu mesma falava da coisa do cabelo e depois eu percebi que era uma coisa que não era muito legal. E... deixa eu ver, mais coisas... Hum...

É possível observar como a narradora cita diversos exemplos de como o racismo atravessou sua história, desde a sua diferenciação de outra pessoa com o mesmo nome pelo tom de pele — especialmente no contexto em que o termo morena é preferível ao termo negra —, à questão do seu próprio cabelo ser tratado como “ruim” e como o alisamento era tido como algo melhor ainda que trouxesse prejuízos a sua saúde. Além do exemplo da faculdade que deu de sua professora no relato previamente citado, Flávia também acrescenta posteriormente um exemplo mais explícito que passou com um amigo, também relacionado ao seu cabelo:

[...] Nossa! Lembrei de uma coisa. Lembrei de uma coisa que aconteceu aqui na faculdade. É... tava eu e o (Nome colega), que eu falei dele, a gente tava ali no pátio, foi sobre cabelo também. E aí passou essas duas professoras que eu acho que era da pedagogia, porque eu não, não conhecia como da psicologia. E aí elas pegaram assim no meu cabelo, no do (Nome colega) e falou assim: “Nossa, sim”, tipo, puxou um cachinho assim e falou— Sim, eu lembrei disso agora, do nada. E falou: “Nossa, que bonitinho o seu cabelo”, não sei o quê. É, e eu, eu e o (Nome colega), tipo assim... [risada] Aconteceu isso, bem aqui no pátio. E foi isso. E pegou assim no nosso cabelo e falou que era muito bonitinho, que não sei o quê. E foi isso. Nossa, eu tinha esquecido disso. [...]

Ainda falando sobre esse seu amigo, Flávia se lembra de uma outra situação, agora mais diretamente relacionada a ele, e como ele, enquanto homem negro, teve o atendimento negado no Hospital das Clínicas da UFG:

Com o (Nome colega) aconteceu outra situação que ele também não viu. Assim, eu não, eu não, eu não conversei com ele tipo: “Ah, cê já parou pra pensar que isso pode ter sido por causa da sua cor de pele?” Mas foi aqui no HC, ele tava passando muito mal, ele tava sentindo muita dor assim no cor— Ele disse que tava sentindo tipo uns choques no corpo e ele disse que tava quase desmaiando, aí era o— O HC era o lugar mais perto e a gente veio e, na época, a gente achava que alunos poderiam ser atendidos aqui. E ele veio e o segurança não deixou ele entrar e ele não foi atendido. Ele teve que, a gente teve que— Ele teve que entrar num carro aí, alguém levar ele pra outro lugar, porque ele tava com muita dor. E aí, um aluno, um

aluno branco, a gente tava pintando as mesas e ele, eu acho que foi thinner, alguma coisa assim que era inflamável na mão dele e ele acendeu um, um isqueiro. E aí, como ele tava com a mão suja, a mão dele começou a pegar a, a, a, a pegar fogo assim ó, a que— A pegar fogo, não, a queimar. E aí consegui e tal, só que ficou uma, uma queimadura bem feia e ele foi no HC e o segurança deixou ele entrar. S— E, depois a gente descobriu, não, depois a gente teve aula de psicologia e saúde, a professora falou que o HC recebia alunos, só que era só se fosse casos graves. E aí o (Nome colega) ficou: “Ai, então foi por isso que eles me atenderam daquela vez”. Mas uma queimadura não é considerado um caso grave, a não ser que seja uma queimadura assim, do corpo todo, que cê tenha que ficar... E aí não sei se faria tanto sentido ele— Um, uma pessoa conseguir passar pelo segurança e a outra não.

Pensando, então, na categoria de efeitos de comportamentos racistas em pessoas negras, temos diversas instâncias, para além da questão da baixa autoestima relacionada ao cabelo e do quão dolorido era o processo de alisamento por parte da narradora até ela decidir abrir mão daquilo, temos diversas instâncias no relato de Flávia sobre como a afeta negativamente. A respeito do episódio que uma professora desconhecida tocou em seu cabelo sem o seu consentimento, Flávia relata: “[...] sei lá. Foi muito ruim.” Outros grandes efeitos que podem ser apontados, dizem respeito a própria dificuldade de Flávia de identificar se determinada situação foi ou não uma expressão de racismo — sobretudo quando é uma situação pessoal —, ou mesmo, de sentir vergonha ou na própria entrevista, de achar que não estava falando coisas úteis, apesar de ter falado bastante, como ilustrado, respectivamente nas falas:

E eu geralmente não falo, assim, sei lá, eu não sei por que, eu acho que eu tenho vergonha também. E porque eu sempre f-fico, eu não sei, eu sempre fico pensando tipo: “Ah, será que a pessoa não fez por mal? Será que ela nem percebeu? Será que...” Sei lá, porque é muito sutil às vezes. Eu não sei se é uma— Sei lá, não sei porque que eu não falo, mas eu não tenho muita coragem assim. Acho que eu resumiria nisso, eu não tenho muita coragem. Então eu acho que talvez eu nunca fui invalidada porque eu nunca falei sobre, com alguém.

[...] Eu tenho essa dificuldade até hoje de ver comigo, mas eu consigo às vezes ver muito com pessoas de fora. [...]

Eu sinto que eu não tô falando muito, mas acho que não, não tá vindo na minha cabeça agora. [...] Eu sinto que eu não tô falando coisas úteis, sei lá.

Nesse sentido, diferentemente das demais entrevistas até então, Flávia descreve a fuga ou esquivas de abordar a temática racial como uma dificuldade pessoal em conversar sobre o assunto, ou identificar se ela ou algum amigo foi vítima de algum comportamento racista:

[...] Fiquei pensando muito sobre isso depois, mas eu não conversei com ele. E é, e aí eu sempre tenho essa, essa resistência também de tipo: “Ah, e se não foi sobre cor, sabe? E se não foi sobre isso?” E é, eu acho que também é uma resistência de eu não falar sobre.

Quando perguntada diretamente acerca dessa dificuldade de falar mais diretamente sobre o assunto, Flávia novamente retoma para uma questão pessoal:

Eu acho que não, porque eu não falo, eu não falo sobre. [...] Por que que eu não falo sobre? Bom, eu acho que eu sou uma pessoa meio fechada, assim, no geral. E... até, por exemplo, quando aconteceu aqui na faculdade que eles tavam denunciando casos de racismo, eu não, eu não consegui falar sobre, tipo, eu não— Na verdade, eu senti que eu nunca tinha sofrido nenhum, ti-tipo, diretamente comigo, tipo assim, nenhum professor tinha... Eu-eu tinha acabado de entrar na faculdade também, eu tava no primeiro semestre e eu não, não, não senti que eu tinha nenhum relato pra contar, tipo na faculdade [...]

Por fim, no que tange à categoria de efeitos de comportamentos racistas em pessoas brancas, o exemplo mais próximo identificado no relato de Flávia refere-se a um episódio específico com uma professora branca do curso; supostamente essa professora esteve envolvida com algum episódio específico de uma outra turma, mas na turma de Flávia essa professora expressou comoção a respeito do ocorrido, conforme relatado em:

[...] E ela, acontece— e tipo, não foi com a minha— que aconteceu um caso grande, aconteceu pequenos casos que foram denunciados, mas aconteceu um caso grande, específico, com uma turma. E aí, é, semestre retrasado, ela tava dando aula pra nossa turma e ela começou a relembrar esse caso que tinha acontecido e basicamente, tipo assim, pediu— queria que a gente pedisse desculpas pra ela, sendo que nem foi com a nossa turma que é— que aconteceu a situação, e ela tava tipo assim: “Vocês não têm nada a falar?” E eu tá— e tava todo mundo assim [risada]. Tava todo mundo assim: “O que que a gente vai falar? Primeiro, que nem foi com a nossa turma. Segundo, que... Ela não mostra nen— nada, nenhum traço de arrependimento e a gente vai falar o quê?” Foi, foi muito estranho. E começou a chorar mesmo, assim, ela ficou muito emocionada na hora. E todo mundo sem entender nada, assim [risadas].

4.2.4 Análise entrevista 4 - Marcus:

A respeito da categoria de fuga ou esquiva de abordar a temática racial, Marcus apresentou, em sua narrativa, instâncias em que ele mesmo cita não ter sofrido racismo ao longo de sua vida; ou então, como as pessoas brancas são resistentes a discutir a temática racial, ou tendem a se esquivar da temática a partir de minimização do preconceito pela via do humor, como retratado nos trechos:

Eu acho que elas são resistentes sim, e... eu acredito que seja— eu acho que é por um— por considerar racismo um tabu assim, né? Hã, porque tipo, na verdade, não-não que seja um tabu, mas que tipo, é-é— eu enxergo que pras pessoas comuns, né? Pode ser difícil demais, principalmente pras pessoas brancas, né, difícil demais, é... tipo, mudar a forma que elas vivem e a forma que elas veem o mundo e perceber que, tipo, racismo tá em todo lugar, sabe? E, essa resistência não é nem por, é... por ser difícil, assim, né? Eu falo que elas acham difícil, mas não é difícil de mudar suas atitudes, né? É mais por um— assim... é mais porque... eu-eu vejo, né, que... as elites que dominam o país, além da mídia, dessas coisas, elas, é, tentam manter ao máximo essa máquina racista que existe, né? Que nem no caso do Léo Lins esses dias, né? Ele fazia piadas racistas e tipo era considerado piada assim, né? E, justamente pela mídia ser contra esse— essa pena que ele teve, hã, as pessoas que não sofrem com o racismo, né? Veem isso como “ah, besteira”, né? Hã, vai entender por que ele fez uma piada. Piada não é para levar a sério, sabe? Então é resistente pra, pra manter essa manutenção do racismo, e as pessoas comuns elas não enxergam isso como uma manutenção, né? Elas enxergam isso como... é... besteira, tá se vitimizando, “tudo agora é racismo”, essas coisas.

Então, na minha vida eu— vou ser sincero, eu acho que eu nunca senti um racismo escrachado assim, né? E... eu não sei se por, é, por eu não saber, até pouco tempo atrás, não ter um-un conhecimento melhor da questão racial, né? Eu nunca percebi também um racismo mascarado assim, sabe? Comigo assim. Ainda bem, eu nunca senti de acontecer ou vi acontecer mesmo, sabe? É... Na minha vida assim, é, as pessoas que eu convivo também— eu convivo com bastante pessoas pretas, né? Meu pai e minha mãe são pretos. Eu também tenho tias e tios pretos. E, com eles também eu nunca parei assim pra notar alguma, é, atitude racista que eles sofreram ou coisa assim, sabe? E, durante a minha vida eu sempre enxerguei isso como uma coisa

errada. Mas só no ensino médio que eu fui ter um-um— fui aprender mais sobre racismo, né? Fui ver realmente como isso é—é presente todos os dias, né, na nossa vida. E como, assim, até o— antes do ensino médio eu sabia o que que era o racismo e tinha uma visão de que era errado. Mas só no ensino médio que eu fui tipo, pensar, que eu devia ser antirracista, sabe? Que eu devia, é, sempre falar sobre essas questões raciais, sempre falar a favor da igualdade racial, né, essas coisas.

Ou, ainda nas estratégias de esquivas de pessoas brancas, especificamente, Marcus narra a respeito de como certas práticas de preconceito são mascaradas a partir de estratégias de individualização, reduzindo algum comentário racista a uma questão de opinião, por exemplo: “Uhum! É tipo... você... pratica o racismo, mas como ele está mascarado, aí você fala assim: ‘ah, era só um comentário, né?’ ou ‘Era só um elogio’ [...]”.

Contudo, foi muito interessante notar o contraste entre a narrativa de Marcus e a narrativa de Flávia, que, apesar dos dois indivíduos se identificarem enquanto pessoas negras socializadas no contexto racista brasileiro, Marcus não identifica em sua história instâncias que tenha sofrido racismo, ou mesmo que tenha sido invalidado ao abordar a questão racial, por mais que ele consiga, sim, exemplificar instâncias em que sofreu racismo e que foi invalidado; essa aparente contradição pode ser interpretada como uma possível esquivas por parte do narrador:

Assim, eu acho que eu não cheguei a ser invalidado, é—é, por— em-em-em caso de que eu tava contando de racismo, sabe? Como eu falei, eu acho que eu— se eu não sofri nenhum, eu sofri pouco racismo e foi tipo, é, não perceptível assim, sabe? Pelo menos eu não percebi, né? E... eu nunca fui invalidado por pessoas brancas assim ou por qualquer pessoa por falar de racismo, sabe? Na verdade, eu poderia até falar que fui invalidado, mas não necessariamente que foi um caso de racismo meu. Mas tipo, a minha escola era uma escola círculo-militar, né? E tirando as, os meus amigos, o meu grupinho, né? Quase todo mundo na sala e quase todo mundo na escola também era filho de militar, era de direita, era crente, assim, né? É, e na minha sala pelo menos, né, quando a gente trazia alguma pauta assim, seja tipo, ai, é racismo, é, misoginia, essas coisas, sempre tinha uma invalidação geral assim de algumas pessoas da sala, sabe? Tipo assim, falar que: “ai, começou a lacração”, essas coisas, sabe? Então, eu diria que já tive assim invalidação, mas foi meio que uma invalidação do espaço que eu tava, sabe?²⁵

²⁵ Nesta parte da entrevista, a entrevistadora perguntou para Marcus se ele se lembrava da etnia/raça dessas pessoas de seu ensino médio que eram contra discussões raciais, e ele respondeu, sem hesitação: “Branços.

Marcus não apresentou em sua narrativa possíveis efeitos de comportamentos racistas em pessoas brancas. Já, a respeito de exemplos de comportamentos racistas observáveis e não observáveis, temos dois exemplos trazidos pelo narrador, um referente a sua própria história, e que a entrevistadora interpretou como uma possível contradição:

Então, na minha história, eu vejo que, tipo assim, eu nunca cheguei a sofrer racismo assim, mas também eu não fiquei, é... livre de, tipo, alguns comentários meio assim, sabe? Então, um exemplo, assim: o meu vô, ele, ele não é meu avô biológico, sabe? E, ele é branco, né? E tipo, esses dias eu meio que defini o meu cabelo, eu uso ele black power geralmente, mas eu deixei com ele— com os cachos definidos e o meu vô falou que ele prefere assim do que o black power, sabe? E, tipo, eu não levei a mal, mas dá para perceber que, tipo, ele prefere do jeito cacheado porque ele cresceu numa sociedade que, tipo assim, cabelo black power era, tipo— até hoje tem, né, comentário de mandar e é “Esponja de Aço”, né? É “bombril”, é, é “cabelo duro”, por exemplo, né? Hã, e assim, eu... tenho certeza que meu vô não é racista, mas tipo, tem essas pequenas coisas que ainda são racismo e que tipo, não tem muita comoção a respeito, sabe?

É um exemplo midiático, especificamente referente a um clipe que viu de um episódio do apresentador Sílvio Santos, a respeito de uma espécie de concurso de beleza entre mulheres:

Igual, teve— tem um clipe até que famoso, né, que o Sílvio Santos, ele tá num programa que mulheres vão lá para cantar e o auditório escolhe qual que passa para a próxima fase, e uma mulher preta, né, cabelo cacheado, ela— o auditório escolheu ela para passar, mas o Sílvio Santos não quis deixar ela passar porque achou uma participante que era branca mais bonita que ela, sabe? Então, tipo, isso aí dá pra ver sim racismo, mesmo que tipo— aí eu trago, né, consciência de, de... Se— consciente ou não, pode ser que o Sílvio Santos não tenha achado que aquilo era racismo, tipo ele querendo ser racista, sabe? Mas foi uma atitude racista. E fora o Sílvio Santos, né, as pessoas tavam defendendo ele porque não foi racismo, ele só achou a moça mais bonita, né? Mas tipo, por que que ele achou ela mais bonita? Por que ela tinha um nariz mais fino? Que, é, em pessoas negras, com traços negróides, né, geralmente é mais grosso? Ou o cabelo liso, que a moça tinha o cabelo liso, a outra

Era— a-a escola tinha tipo, na minha sala, devia ter umas três ou quatro pessoas pretas e essas pessoas que tipo negavam, falavam mal, eram brancas.”

tinha o cabelo cacheado, né? Tipo... eu, com o conhecimento que eu tenho hoje, eu acho aquilo um claro caso de racismo, né? E, eu acho que pessoas brancas têm, sim, é, meios pra esquivar do racismo, pra, principalmente, negando casos de racismo. [...] Igual, por exemplo, uma pessoa branca pode olhar pro meu cabelo e falar assim: “seu cabelo até que é bonito”, tipo assim, até que é bonito? Então, ele é— Ele podia ser muito feio do jeito que ele tá aqui, sabe? Então... deixa eu ver se eu consigo pensar em mais alguma. [longa pausa] Acho que eu consigo pensar nessas duas agora, sabe?

Por fim, pensando sobre a categoria de efeitos de comportamentos racistas em pessoas pardas e/ou pretas, Marcus narra sobre experiências de sua mãe (que está como imigrante nos Estados Unidos), apontando consequências negativas que sua mãe já sofreu, sofre e que ele tem medo que ela possa vir a sofrer futuramente:

Algo que me afeta bastante também, né? É... eu... gosto muito de videogame, né? E, há algum tempo atrás eu joguei um jogo de videogame que... a história, é, era envolta basicamente... a xenofobia, né, no racismo de pessoas latinas dentro dos Estados Unidos, né? [...] E eu joguei esse jogo, né? E tipo assim, a minha mãe, ela é imigrante nos Estados Unidos, né? E- [...] E quando eu joguei esse jogo, eu ficava pensando tipo... [entrevistado começou a se comover, e a voz ficou trêmula no relato subsequente] Como que, como, é, o ser humano pode ser tão... [estalo de língua] cruel, sabe? E tipo, eu ficava pensando nisso porque, dentro do jogo, é, as questões de xenofobia, né, sempre eram pessoas brancas fazendo, né? E tipo... [estalo de língua] com, com esse aumento da xenofobia nos Estados Unidos, né? Com o governo Trump e deportação em massa, é, eu tenho medo pela minha mãe, sabe? Tipo, é, eu tenho medo que ela possa sofrer alguma coisa assim, sabe, de ruim lá. E, inclusive ela já até falou da possibilidade de eu morar lá, mas... eu não ia conseguir, sabe? Apesar de ainda ter racismo aqui, eu tinha medo de lá ser pior. Então, mesmo que... tenha uma suposta qualidade de vida melhor, hum, essas coisas não, não, eu não tenho coragem, sabe? E-e... acho que, [pequena pausa] pensar o que a minha mãe pode sofrer me afeta bem mais na questão do racismo, sabe? Do que necessariamente o que eu sofri. Sabe? [entrevistado voltou com seu tom de voz normal e não está mais chorando] Ela não menciona tanto, né? Esses dias eu até conversei com ela sobre, é, o governo Trump, principalmente porque... na verdade, ela tocou no assunto, né, que tipo, o Trump e o Elon Musk eles meio que brigaram, né? E a gente começou a conversar um pouco sobre isso, e tipo, é, ela me falou, né,

que... ela tem medo também, né, do que que pode acontecer, se ela pode ser deportada, sabe? Deportada naquelas condições sub-humanas, né, acorrentadas em aviões de carga. E... mas... tirando esse dia, eu não, não me lembro de nenhum outro dia que ela, falou, assim. Eu me le— eu me lembro de uma vez que tipo, ela trabalha lá numa empresa, uma empresa que te contratava pra você fazer serviço de limpeza, né? E ela ia numa loja... é, fixa já, e, as... pessoas que trabalhavam lá, né, eram estadunidenses e não gostavam dela, sabe? Tipo, falavam que ela lavava a loja mal, sabe? Então... esse foi um caso de xenofobia que ela, que ela sofreu, porque elas saíram do curso normal da vida delas pra reclamar da minha mãe. Inclusive, ela teve que parar de limpar essa loja porque ela tava sendo tipo, muito atacada assim, sabe? E... tirando esses... dois momentos que eu me lembro agora, ela não toca muito nesse assunto.

4.2.5 Análise entrevista 5 - Vinícius:

Vinícius, homem branco, traz em sua narrativa, de maneira similar aos demais voluntários brancos da pesquisa, como sua criação foi fundamental para haver, historicamente uma não abordagem sobre o preconceito racial de maneira geral; o que podemos compreender como uma espécie de fuga/esquiva de abordar a temática racial:

Eu acho que... Já que eu vim de uma família que todo mundo é bas-basicamente branco, racismo só foi uma coisa que eu meio que descobri ou que eu percebi depois de muito tempo, porque na minha criação não teve essa questão, nunca foi um ponto.

Entre outros exemplos narrados pelo autor, ele aborda como em um contexto geral as pessoas brancas tendem a aceitar a discussão da temática até certo ponto, mas que há um limite ou resistência para a abordagem da temática; e que a partir desse determinado ponto, estratégias de esquiva começam a emergir, como a transformação de comportamentos racistas em opiniões individuais, por exemplo, nas duas falas a seguir em que ele ilustra:

Eu acho que— eu vou— assim, eu fico com receio de qualquer resposta, porque eu vou falar do ponto da universidade federal, que é, assim, uma bolha de discussões e crítica muito forte. Mas pensando no dia a dia, eu penso que as— o debate acontece, as pessoas não têm tanta resistência até chegar a um certo limite. Por exemplo, as pessoas conseguem debater pra perceber que a escravidão— a escravidão da popu— dos povos escravizados africanos foi ruim. Ok, eles conseguem debater isso, eles conseguem falar porque que a escravidão é desumana, por que que os povos negros

sofrem até hoje. Mas isso acaba no ponto, por exemplo, do exemplo que eu te dei, de falar “eu acho cabelo crespo feio”. Aí você pensa: “Ah, é só minha opinião”. Aí você pensa: “Ah, mas isso é racismo também”. Eu acho que a partir daí, quando chega num limite do que é confortável e a— quando atravessa esse limite, começa a entrar resistência. Então, por exemplo, as questão do, da aparência é muito forte e as pessoas têm resistência de falar que isso é racismo. É... [pequena pausa] sei lá, às vezes a gente pensa foi na faculdade, num lugar, numa boa de crítica, mas se a gente pensa nos movimentos que teve há pouco tempo da denúncia do, do dia da Consciência Negra no ano passado ou retrasado, não lembro aqui, enfim. Teve toda uma questão de professores, é, reproduzindo racismo e não entendendo que isso é racismo. Sendo que esses professores, brancos, são a elite intelectual do Brasil, digamos assim, são quem estudou, são os doutores, pós-doutores. Então, eu acho que as pessoas têm, sim, é— que as pessoas não têm tanta resistência até certo ponto. Chegando em certo ponto, quando passa da conveniência, entra uma resistência muito forte.

[pequena pausa] Eu acho que uma estratégia— sim, elas têm estratégias. E eu acho que uma estratégia muito forte é o— não é, termo técnico, porque, enfim, eu fiquei na cabeça o reforço coletivo, é a coletividade. Então, por exemplo, achar coletivos que apoiam o seu racismo, que reforçam o seu racismo. E isso eu digo, por exemplo, igrejas tradicionais ou até, no meu caso foi família, família muito tradicional, família racista. É... sei lá, fóruns de internet, coisas assim. Eu acho que o reforço coletivo, o apoio coletivo, o mútuo, de tipo: “Ah, eu sei o que você tá falando, você não tá falando coisa— algo errado, você não tá sendo racista”. Esse tipo de apoio mútuo social, eu acho que é o mais forte. Eu acho que é a melhor estratégia pra não ter que lidar com o próprio racismo. Sei lá, “se fulano falou que eu não sou racista, e se ele concorda com o que eu disse, então eu não sou racista, eu não sou uma pessoa ruim”. É, aí quando entra, entra numa pessoa ruim, aí tem milhares de coisas que atravessam, por exemplo: “Ah, pastor é uma pessoa ruim? Não, porque é uma figura, uma figura divina. Se ele comete racismo, não é racismo, porque ele não é ruim”. Então, nessa questão também de pessoa boa ou ruim, tem uma série de atravessamentos. Em termos de estratégia, eu acho que pelo menos a mais forte é a coletividade. Individualmente, tem algumas coisas, por exemplo, alienação, no sentido de ficar o tempo todo no celular, ou, tipo, ou vendo coisas... tá selecionando conteúdos. De vez em quando aparece alguma coi-coisa ou outra de criticar o

racismo ou mostrando a realidade. Sei lá, pesquisa que mostra que oitenta, noventa por cento dos assassinatos no Brasil são de homens negros. Aí não, não é por isso. Não é isso que o jornal tá falando, é outra coisa. Então, eu acho que tem essa... esquivada... [pequena pausa] É, essa coisa de não querer saber, misturado com o reforço da coletividade. Acho que são as duas principais que me vem à cabeça agora.

Essas descrições feitas pelo autor muito refletem como as pessoas brancas tendem a utilizar de estratégias de esquivada para abordar questões específicas relacionadas ao racismo, ou seja, como há uma dicotomia entre compreender o racismo enquanto fenômeno real e prejudicial aos indivíduos negros x negar ou minimizar comportamentos específicos quando estes são denunciados como condutas racistas.

Em se tratando da categoria de exemplos de comportamentos racistas observáveis e não observáveis, o narrador foi o único, dentre os voluntários autodeclarados brancos que trouxe diversos exemplos de comportamentos racistas em sua narrativa; desde experiências pessoais em sua criação, que por mais que não lesse na época enquanto fenômeno de preconceito racial, hoje tem uma nova compreensão e leitura, como em:

Quando eu era criança, na época, eu não entendia como racismo, entendia só como uma história de vida em geral. Mas eu lembro que uma colega minha, que tinha a pele mais escura, não chegava a ser retinta, mas tinha a pele escura, que ela falava quando ela era pequena, ela passava bucha pra tentar limpar. Aí na época, eu não entendi isso como racismo. Eu achava que isso era uma história— ficava triste, por ser minha amiga, mas eu não entendia como uma questão racial propriamente.

Ou ainda, em exemplos de comportamentos racistas que ele mesmo emitiu em sua história:

é, comecei a perceber que eu me inseria— que eu me inseria tanto fazendo o racismo, porque eu lembro que eu tinha alguns colegas bem— mais os meus colegas meninos, especificamente, eram [ruído externo de algum veículo passando] Pardos e retintos, e eu acabava fazendo umas brincadeiras, que na— na minha cabeça, na época, eram brincadeiras, depois eu fui entender que isso era uma reprodução de racismo. Por mais que, pra eles fosse amizade, querendo ou não, era uma reprodução de racismo, tipo, sei lá, apelido, tal.

Vinícius relata, de maneira similar, o que André mencionou sobre possuir um contexto familiar racista, contudo, na narrativa de Vinícius, temos uma ilustração mais descritiva de como isso se deu em sua história:

Mas, de fato, foi— isso tudo só se tornou uma questão na minha vida muito tarde. Por toda a minha família ser branca e também minha família, além de branca, muito tradicional, muito... Muito religiosa também, tem que se dar o atravessamento. Então, além de não ter conhecimento do racismo, do que era racismo, ainda repercutia achando que era engraçado, que era uma coisa “ah, a família acha bonitinho”, então... sei lá, a família achava o cabelo crespo feio, por exemplo. E falei: “Sei lá, é a opinião deles, ok”. Só que depois eu fui entender, não é só porque não tem mais coisa envolvida. Então, eu acho que, no geral, seria essa minha história, mais ou menos.

Além disso, o narrador traz exemplos relacionados ao seu estágio, em que trabalha com adolescentes, conforme ambas as falas a seguir:

Hum, primeiro, o lugar que eu trabalho, ele é uma— ele é um— oferece serviço gratuito. Ele é uma empresa que presta serviço pro Estado e recebe financiamento. Então ele oferece ser-serviço gratuito. Então, tem um público variável. A maioria é público em situação de vulnerabilidade psicossocial, mas também tem uns alunos mais de elite assim, econômica. Eu vejo, por exemplo, tem um ou dois alunos de cabeça, agora que eu lembro, que eles são, ah, estereótipos, todo mundo branquinho, cabelo lisinho, tal. De vez em quando, principalmente, quando eles estão irritados. Quando eles estão irritados, eles soltam muito, tipo, um racismo muito violento. Sei lá, eu lembro que teve caso que o menino comprou um tênis, aí o outro foi lá, pisou no tênis dele, esse outro, era um menino pardo. Aí falou: “Ah, eu comprei justamente pra não ter macaco pisando, aí cê vem e faz isso?” Então isso, num tom de agressividade. Então, eu percebo que tem um pouco disso, de— por parte dos meninos brancos, principalmente, de manifestar essa agressividade. [...]

Ah, tem— sei que eu fazia outro trabalho, teve um que eu lembrei agora, do estágio que eu faço, na verdade, com ado-adolescentes... Que foi, faz eu e uma colega minha que também é estudante aqui da Psicologia. E ela, negra, com cabelo crespo, grandão. Ela deixou o cabelo grandão. Fez, tipo, sei lá, assim, um black, mas aí o cabelo era muito grande, muito bonito. Muito bem cuidado também, ela realmente faz questão de evidenciar. E... aí, a gente foi fazer algumas atividades juntos com os meninos. E tem uma atividade que é de interpretação de papéis, que tem um papel de médico. Aí, por três rodadas— três ou quatro rodadas seguidas, era— sempre ia um médico. Aí depois um menino soltou: “Ah, porque cê tem cara de médico.” Aí eu perguntei: “Ah, e a fulana?” E a colega: “Ah, não, ela tem cara mais de profes— de

área de história e de artes”, alguma coisa assim. Então eu fiquei tipo: “Ó, pô, eu sou o homem branco tem— padrão, eu tenho cara de médico. Ela, não, porque ela é negra, por causa do cabelo, por qualquer outro motivo.” Sendo que ela é literalmente minha colega. Então... isso que os meninos falaram também. É... [pequena pausa] eu acho que foi esse o caso que eu lembrei agora.

Ou, ainda, em seu contexto de faculdade, onde narra alguns exemplos desses comportamentos racistas:

[...] na minha turma teve um caso que ficou bem marcante pra mim, que foi... de— minha turma sempre foi muito problemática, no sentido que tem muitos, muitos conflitos. Talvez porque a gente entrou na pandemia, não teve a integração, então minha turma sempre foi muito separada. Aí tem um aluno que ele é muito... briguento, digamos assim. Gosta de— “ah, não gostou de tal coisa”. No dia seguinte, ele abriu denúncia na ouvidoria. Só que tem uma questão, ele abre a denúncia— só abriu a denúncia quando foi a menina preta que não gostava, que incomodou ele. O que ela fez foi que ela escreveu algumas coisas no Twitter, só falou mal da turma, nem foi— assim, coisa normal, se estressar, falar “ah...” sei lá, “quero— eu odeio a minha turma”, entende? Aí ela escreveu isso, ele printou, mandou pra ouvidoria e realmente fez uma denúncia. Aí outros alunos, eu, por exemplo, eu também— ele também tinha muito problema comigo. Nunca me denunciou, nunca fez nada. Então... teve outro ca— também uma outra menina que incomodou ele. Ele não chegou a abrir denúncia, mas ele chegou a... meio que soltar indiretinha assim, sabe? Quando fazia uma roda de conversa, soltou indiretinha, tal. Então ele só... meio que crescia assim, só... atacava, de certo modo, as meninas negras. Eu, por exemplo, o homem branco, tranquilo. Independente do problema que ele tivesse. E... na minha turma teve esse— tem uns casos que a gente— não lembro um dia específico, mas tem, por exemplo— ah, não, lembro sim. Tem duas colegas minhas que trabalhavam no mesmo— faziam estágio no mesmo lugar, na mesma escola, uma branca e outra negra, a branca passou na disciplina de boa porque chegava atrasada, porque o estágio terminava tarde e tinha que pegar ônibus. Chegava só vinte minutos atrasada. A negra quase reprovou na disciplina por falta. Teve papo com o professor, tal. O professor foi bem flexível, mas... pelo menos ela passou no final. Não, não, não acompanhei, não sei o que ela fez, mas... ela passou. Eu acho que os mais significativos foram esses na minha turma. [pequena pausa] Hum, deixa eu ver se tem algo mais. Ah, tem— ah, o caso emblemático da faculdade, que eu não

sei se você acompanhou do— de, na Semana da Consciência Negra, foi na minha turma, foi— era o dia da Semana da Consciência Negra, então, teve uma série de intervenções aí na faculdade, de— eles criaram, colocaram os muros, as plaquinhas com denúncias, e colocaram música também. Músicas, sabe? Emicida, por exemplo, algumas músicas, Eminência Parda, algumas músicas que ele fala especificamente sobre questões raciais. E... aí, a uma professora especificamente reclamou, falou: “Ai, como pode os alunos atrapalharem as outras aulas por uma coisa externa?” E no dia da... da Consciência Negra, que os alunos anunciaram, uma das denúncias eram contra ela, não só uma. Tinham várias, inclusive cabe, já que falei, cabe também o caso dela, eu trago depois desse. E... aí, ela falava: “Ó, tudo que cês me acusaram é mentira, eu não fiz nada disso.” Eu— o argumento dela foi: “A minha família chegou depois de 1888, então não tem como eu ser escravista. Não tem como eu ser racista, quer dizer, não tem como minha família ser escravista, conseqüentemente, não tem como eu ser racista.” Então... ela— foi esse o discurso dela. Nisso, alguns alunos se desorganizaram muito, eles ficavam gritando no corredor. Depois disso, eles ficaram numa crise de pânico coletiva. É meio assustador. Porque, detalhe, é, isso foi um dia que ela tinha prova e ela se recusou a cancelar a prova, com— mesmo com a gente pedindo, a gente falou: “Não temos estrutura, não é nem questão que a gente não— que a gente não quer—” Quer dizer, “a gente não consegue, a gente não tem estrutura”. Aí foi uma semana muito pesada. Aí ela tinha a prova, no fim ela cancelou a prova, porque tava insustentável, teve que ter professor de fora, vim e intervir.

Com relação à categoria de efeitos de comportamentos racistas em pessoas brancas, temos diversos exemplos ao longo da narrativa de Vinícius de como houve, em sua história, momentos de conscientização que trouxeram incômodos pessoais que lhe ocasionaram mudanças de comportamento posteriormente, conforme pode-se observar nos relatos:

Hoje em dia, sim, porque eu f— é o modo como eu fui criado e é o modo como a sociedade funciona. Eu tento fazer o que eu posso pra não ser, mas eu acabo reproduzindo invariavelmente. Mas também... acho importante enfatizar que isso também não é carta de, tipo, “Ai, eu sou racista mesmo, então tudo bem fazer de vez em quando”. Não, não é isso. É tipo, eu sei que eu faço, se eu fizer— por isso eu acho que a formação da faculdade é muito boa, porque eu faço racismo e tem alguém pra me falar: “Ó, o que cê fez é racismo, muda”. Aí ah, como eu vou mudar?

Então, eu acho que sim e que, sabendo disso, eu posso fazer— eu devo fazer mais, devo mudar, devo tentar combater isso que eu faço.

[...] Quando— às ve— já que... é uma área que eu comecei— que eu estudei, eu acho que foi a área... crítica, uma das áreas que eu mais estudei, porque realmente me incomodava muito. porque... eu percebi muito tarde, eu comecei a olhar pra trás e perceber o tanto de, perdão da palavra, mas o tanto de merda que eu fazia. Então, eu comecei a estudar, aí de vez em quando, quando eu percebo que eu faço, eu... dou tipo um tilt, “ah...” sei lá. Ou então quando eu... não— tá, hmm... [pequena pausa] Não me vem a mente um caso específico, mas sei lá, falei X. Percebi — aí passei um tempo, pensei que foi racista. Aí eu começo a me sentir mal, mas eu tento voltar lá e, ou, é... eu acho que ou explicar a lógica, não no sentido de justificar, mas de, eu acho que entra também um pouco de justificar, porque vem o pacto da branquitude, de achar “ai, não fui racista”. Mas quando eu percebo que eu fui, eu tento pelo menos me reaver com aquilo, eu tento não deixar passar. Aí, tipo, sinto um incômodo, tento reaver, ou... não sei, tentar perguntar o que eu podia ter feito de diferente. E, no geral, é isso. Não me vem um caso específico [pausa longa]. É, o que me vem é muito do passado, do passado, as coisas que eu fazia. Sei lá, porque eu falei, quando eu era pequeno, eu fazia essas coisas com meus amigos, uns colegas, uns apelidos. Aí depois de muito tempo, eu encontrei eles e eu, me senti mal. Eu fiquei tipo: “Pô, não, não sei se eu quero falar com eles, porque eu fiz muita merda com eles, usei muita, muito apelido muito errado”. Aí eu— ok, um em específico que eu lembro, eu conversei, eu falei que eu me sentia mal e tal. Mas... no geral, eu tento meio que me reaver, tento voltar, porque eu sigo nessa lógica, eu sei que eu faço, então eu tento não fazer de novo. E por isso, eu— acho um pouco melhor quando tem alguém, pelo menos pra me falar, que eu posso fazer, reproduzir alguma coisa sem saber que eu reproduzi, alguma coisa mais discreta, digamos assim. Então, nesses momentos, eu gosto quando alguém me fala, me sinto mal, sinto vergonha, mas eu tento reaver.

Foi— a gente fez o fundamental juntos, aí a gente foi conversar, acho que no... [pequena pausa] segundo ano do médio, uma coisa assim, tem um intervalo de ano mais ou menos. Aí eu falei: “Pô...” Na época, eu te chamava muito de— na época, eu chamava ele muito de, acho que era preto, principalmente, só que, em tom meio de, meio num tom bem pejorativo, assim, de apelido. Eu falei: “Pô! Na época, eu te chamava de preto, tal, não— hoje eu sei que isso era errado, foi mal. É, espero, sei

lá, que nossa— que a amizade não acabe por isso. Se... tirar algum— sei lá, alguma outra forma da gente poder se comunicar sem eu reproduzir esse tipo de coisa, me avisa”. Ele só falou tipo: “Ah não, tá de boa. Na época, eu sabia que cê tava falando merda, mas eu ignorei.” Então, ficou por isso, mas eu ainda fico meio... assim, meio— recolher o rabinho entre as pernas pra falar com ele ou com alguns colegas dessa época. Ou até, já que a minha famí— até em família, por exemplo, algumas coisas... Eu vivo um pouco com receio de às vezes, às vezes, deles terem ficado com uma imagem racista minha, pela quantidade de coisas que eu fazia. E o racista eschachado que eu falo, das coisas que eu falava, sendo que hoje é justamente uma coisa que eu tento combater, inclusive com a própria família. Quando eles falarem alguma coisa, eu tento provar o porque eles estão sendo racistas, aí fico com receio deles virarem e falarem: “Ah, mas quando cê era pequeno, você falava coisa muito pior”. Nunca aconteceu de eles falarem isso, mas é um receio. Acho que é isso.

Nesse contexto, temos algumas ilustrações de como os principais efeitos de comportamentos racistas emitidos pelo próprio narrador ao longo de sua história lhe trouxeram (e ainda trazem, porque ele mesmo não descarta a possibilidade de emitir comportamentos racistas atualmente) sentimentos de vergonha, de receio e vontade de corrigi-los; ou seja, de tornar externo um letramento racial teórico de modo que se faça práticas antirracistas para além de um aspecto teórico-crítico.

Por fim, no que tange à categoria de efeitos de comportamentos racistas em pessoas pardas/pretas, na narrativa de Vinícius, podemos identificar especificamente no exemplo de comportamentos racistas observados em seu estágio, com os adolescentes efeitos como baixa autoestima, isolamento social, sofrimentos psíquicos e conformidade, conforme relata:

[...] Por parte dos meninos negros eu percebo um pouco de— não só dos meninos, das famílias também, porque eles têm contato. Um pouco de... não... acho que conformidade seria a palavra. É assim de: “Ai, é isso mesmo, sou negro, tenho que me conformar com o que eu tenho. É isso. Vou— Não acho que eu tenho que combater, não acho que eu deva incentivar outras pessoas a combaterem, eu devo só aceitar calado”. Por exemplo, o menino— lembro do caso de uma menina, sofria racismo, a gente acompanha as turmas, então a gente sabe o que acontece. A menina sofria racismo e ela incomodava, ela não gostava, mas ela achava que era isso mesmo, que os meninos tavam certos. Então... de excluir ela... de não querer interagir com ela e tal. Também tem muito, muito, muito de, é, os meninos se acharem feio, questão de autoestima, se acharem feios pelo cabelo, que já chegam

muitos meninos com cabelo ou ondulado, ou mesmo encaracolado, ou crespo. Todos eles querem cabelo liso, todos. Todos eles se acham feios por ter cabelo diferente do liso. E eu acho que, é, isso é realmente o que mais aparece. Mas eu acho que esse é o quadro mais geral. [...] Ela não nomeou como racismo. Ela identificou como sofrimento, mas... os meninos que tavam isolando— era-eram um grupo de meninos, todos brancos, também em vulnerabilidade, mas brancos. E, o negócio era que ela ficava isolada. Tinha duas mesas na sala, o grupinho todo, e ela isolada, e ela não conseguia interagir. Tipo, os meninos isolavam, faziam chacota, faziam piada. Se— então, ela identificava o sofrimento, não nomeava como racismo, mas identificava como sofrimento. E... a questão é que ela só meio que aceitou. Assim, não era uma menina muito tímida, no sentido de que... ela teria dificuldade pra buscar ajuda. Ela só meio que se conformou. Con-conformou sofrendo? Conformou sofrendo.

4.2.6 Auto-análise da entrevistadora

Em relação à categoria de “desconfortos experienciados na entrevista”, os principais desconfortos da entrevistadora se deram em três instâncias, todas nas entrevistas com os voluntários homens. Com relação a entrevista com Marcus, a dificuldade se deu no manejo da entrevista em si; por diversas vezes o narrador, apesar de ser um homem negro que reconhece o racismo estrutural como parte da sociedade em que se insere, ele negou, ou não identificou, em mais de uma instância, ter sido vítima de racismo alguma vez em sua história de vida. Inclusive, Marcus relata, na interpretação da entrevistadora enquanto contradição, o fato do seu avô não gostar ou não fazer comentários positivos acerca de seu cabelo crespo, mas como ele não lia aquilo enquanto racismo de seu avô, branco.

Nesse sentido, a entrevistadora teve dificuldades em modificar as perguntas do roteiro ou como explorar de maneira mais aprofundada esse aspecto até então, essa aparente contradição. Esperava-se essa contradição com narradores(as) brancos(as), e não necessariamente com os voluntários pardos e/ou negros, por mais que essa expectativa possa ser, em si, uma falha tanto na elaboração do roteiro de perguntas disparadoras para a entrevista com pessoas negras na pesquisa quanto na elaboração de mais perguntas disparadoras improvisadas a partir das próprias narrativas do voluntário.

Outro ponto de desconforto com a entrevista com o Marcus se deu ao fato de ser a única entrevista em que alguém chegou a se comover e chorar durante o relato. Apesar de ser

algo esperado, desde a própria constituição do TCLE, o sentimento de dificuldade em manejar as perguntas somado à própria comoção do voluntário trouxe uma sensação de desconforto na própria entrevistadora, uma espécie de sensação de não saber como ajudar, mesmo reconhecendo que não é necessariamente um espaço para se fazer algo além do acolhimento necessário — que foi feito.

Já nas entrevistas tanto com o André quanto com o Vinícius, os dois homens brancos, o desconforto experienciado nas entrevistas foi o mesmo: a identificação da pesquisadora com suas narrativas; notando, por diversas vezes, como muito da sua história pessoal tem similaridades com as histórias relatadas por eles, sobretudo em se tratando de contextos familiares racistas. Especialmente com relação à narrativa de Vinícius, muito dos incômodos relatados por ele em sua história a respeito de seu próprio letramento racial, suas inseguranças e culpas e inclusive interesse em pesquisar academicamente ou em trabalhar com a intersecção entre psicologia e práticas antirracistas refletem, na interpretação da entrevistadora, sua própria história.

Quanto à categoria “desconfortos experienciados na análise”, o principal desconforto está relacionado às identificações que a entrevistadora teve com narradores brancos em seus relatos. Especialmente ao notar, na entrevista com o André, como deixou de fazer questionamentos relevantes durante a entrevista e que deveriam ter sido feitos, por exemplo:

Não, tranquilo. Não, às vezes alguns membros da família faziam algumas piadas racistas, aquela coisa bem... bem família, né, que cê geralmente tá ali no churrasco de família, entra num assunto ali, às vezes, que aborda até racismo, né? E, e aí essa, essa temática às vezes é meio desconsiderada, às vezes dizendo que não existe racismo, é... e se existe não é tanto assim, etc e tal. Assim, eu fui atravessado por esse— alguns desses discursos, assim, nesse tipo de contexto, principalmente na família, né? Eu acho que família geralmente é o lugar onde cê tá mais exposto a esse tipo de, de “opinião”, né, entre muitas aspas, essas opiniões meio controversas, assim. Mas, no geral, é isso, assim. É, pelo menos dentro da, da minha família, quando morava com os meus pais, né, com meu pai, minha mãe e meu irmão, não era nada, é, explícito em comparação com o resto da família, né, com alguns tios, alguns avós também, expressavam essas, essas, de novo, “opiniões”, entre muitas aspas racistas. É, dentro da minha família ali nuclear assim, nu-nunca teve nenhuma demonstração explícita desse, desse tipo de caso, né, mas eu s— eu, eu percebo que e-existia, sabe? Pelas, é, pelas, pelas histórias, pelas coisas que a família, a fa— a família tipo, os tios e os avós conversavam, né? Então não tem como cê se

desvencilhar totalmente desse, desse racismo estrutural, digamos assim, né? Acho que essa é meu— em relação ao racismo, essa é, essa é minha opinião, né? Que é uma, é uma condição estrutural mesmo, que afeta as pessoas mesmo que elas não percebam, né? Fica impresso ali no, no, na mente da pessoa, por, por assim dizer, né? Fica, fica impresso ali essas, esses discursos, essas narrativas, esses preconceitos mesmo. Acho que no geral é isso.

Logo nesta primeira resposta do narrador à primeira pergunta disparadora, em diversas instâncias o narrador implica uma espécie de compreensão tácita entre ele e a narradora como nos “né?” ou mesmo no “sabe?” e por mais que possa parecer um vício de linguagem, também pode ser tomado como essa espécie de compreensão mútua não dita entre duas pessoas brancas que sabem o que é esse ambiente familiar racista sem necessariamente detalhar mais sobre isso.

Algo similar também ocorreu na fala dele sobre uma suposta resistência de pessoas brancas ao abordar a temática do preconceito racial, e novamente, mais uma oportunidade perdida para possíveis aprofundamentos a partir da fala do próprio narrador, como em:

Resistentes, eu diria que sim, bastante. Assim, geralmente as pessoas quando vão falar a respeito de racismo, elas fa— se colocam na posição de: “Não, eu não sou racista”. É aquela história, eu não sei exatamente de qual pesquisa que é, ou coisa do tipo, mas eu lembro de alguém mencionar uma pesquisa que foi feita onde os participantes— foram, pe-perguntaram pros participantes se eles eram— se eles achavam que existia racismo no Brasil, e se eles achavam que eles eram racistas, né? E tipo assim, noventa por cento das pessoas disseram que existia racismo e, dentre essas pessoas, noventa por cento, mais ou menos, assim, uma coisa aproximada, dizia que não era racista, né? O que é meio inconsistente. Tipo assim, pelo menos dos entrevistados, noventa por cento das pessoas que diziam que existe racismo, é, se dizem não racistas, tem uma incompatibilidade aí, né? Então eu acho que é um assunto que exige, exige alguns cuidados, né? Algumas, é... alguns levantamentos, né? Mas acho que ainda é um debate que é pobremente discutido. Talvez, é, acho que diria isso, pobremente discutido, pelo menos na, na maioria das pessoas, né? Acho que, acho que é isso.

Quando o narrador fala sobre a necessidade de supostos cuidados e levantamentos a serem feitos quando se pretende abordar a temática racial, ele não fala que cuidados seriam estes, ou o porquê dessa necessidade, e a entrevistadora não viu isso como oportunidade de discussão na entrevista. Se o autor reconhece a existência da incompatibilidade que citou, o

mesmo não quebra essa contradição, ou pelo menos não elabora mais acerca dessa questão em seu relato subsequente de como é algo a ser abordado de uma maneira X ou Y.

Referente a categoria “outras impressões”, destacamos um pequeno padrão que surgiu entre a duração da entrevista e o tempo de curso de cada participante; quanto mais tempo de curso do(a) voluntário(a), maior o tempo da entrevista. Claro que, com uma amostra tão pequena, inúmeras variáveis podem estar relacionadas a esse fato, e seriam necessárias múltiplas entrevistas, com múltiplas pessoas de contextos universitários distintos para ser uma característica de análise relevante.

Estudantes de Psicologia que estão há mais tempo no curso tendem a falar mais porque possuem um repertório verbal maior sobre o tema? Por que estão mais confortáveis ou acostumados em contextos de pesquisa ou de entrevistas? Em outros cursos, que não tenham disciplinas específicas ou que não tenham muitos contextos para ocasionar a discussão sobre preconceito racial, isso se repetiria?

Muitas dúvidas surgiram ao notar essa questão com relação a duração das entrevistas com os voluntários; mas também considerando a fluidez da entrevista narrativa e a existência de perguntas diferentes em cada uma delas — apesar de haver perguntas-padrão roteirizadas que se repetem para os narradores —, faz-se necessário, num contexto diferente, ou em pesquisas diferentes, pensar um modelo de entrevista(s) que possa tomar essa relação de tempo de fala x tempo de curso de forma mais controlada para verificar a possibilidade de ser uma variável relevante ou não.

Por fim, um último ponto de atenção, diz respeito a como em todas as cinco entrevistas narrativas, sem exceção, o ambiente escolar — especificamente a partir do ensino fundamental II e Ensino Médio (6º ano em diante) — emergiu como primeiro ambiente de discussão a respeito do preconceito racial. A escola pareceu ser o primeiro ambiente, independentemente da raça, como contexto para as primeiras expressões de socialização que envolvem comportamentos publicamente racistas — sendo estes punidos ou não pela comunidade escolar.

Todavia, à medida que a escola surge como esse novo ambiente para as pessoas brancas e negras, nota-se uma espécie de contradição da aprendizagem: é o primeiro espaço, para as pessoas brancas e pessoas negras, de como a temática racial é importante no contexto brasileiro, ou de como o racismo é presente na sociedade em suas múltiplas formas; mas ao mesmo tempo em que há esse indício de letramento racial, a escola também se configura enquanto ambiente reprodutor desses mesmos comportamentos, sem necessariamente promover mudanças relevantes à curto ou médio prazos, mas sim como base de

aprendizagens posteriores dos indivíduos quando estes já estão fazendo parte do ensino superior.

Essa relação entre idade e reconhecimento/identificação do racismo certamente chamou a atenção da pesquisadora, e pensando em pesquisas exploratórias futuras, o contexto escolar se apresenta como ambiente interessante para novas entrevistas narrativas, ainda que estas precisem ser refinadas.

4.3. Molduras relacionais no discurso

Com exceção da primeira entrevista em que não é possível identificar uma moldura relacional de maneira mais clara — apenas um delineamento de uma possível moldura com base em inferências —, todas as outras narrativas têm instâncias muito claras de molduras relacionais presentes no discurso, em se tratando de preconceito racial. Um ponto de atenção interessante, contudo, é que, de todas as instâncias que se faz possível essa identificação, a maior parte das molduras está relacionada diretamente à atribuição de valores arbitrários de beleza à aparência física; mas a seguir apresentaremos as molduras identificadas por entrevistas. Com relação a primeira entrevista, nota-se a instância que a narradora Renata fala

É, esses dias eu— esses dias, não, mas há um tempo atrás, quando houve aquele negócio de palavras, né? Tipo, “que palavras você, é— são racistas” e eu percebia que eu usava palavras que eram racistas, tipo “magia negra”, sabe? Esse tipo de coisa, assim, minúcias, sabe? E aí eu falei: “Não vou mais usar essas palavras, elas têm um contexto pejorativo.”

Nesse sentido, é possível apenas inferir um possível delineamento de moldura relacional, uma vez que a narradora não atribui nenhum tipo de relação ou de justificativa do porquê existirem “palavras racistas”. Certamente pode-se inferir, por exemplo, possíveis relações de coordenação entre o vocábulo “magia negra” e valores arbitrários de negatividade. Contudo, como a narradora não se debruça em maiores detalhes sobre essa questão, não é possível identificar que tipo de associações são feitas para explicar o motivo da pejoratividade do contexto em que essas palavras são utilizadas.

Já na segunda entrevista, de André, é possível identificar uma série de coordenações feitas pelo narrador para explicar o exemplo de comportamento racista que já emitiu citado na entrevista:

Eu acho que na minha cidade, eu sou de Anápolis, né? Na minha cidade, ali perto do centro da cidade, é, tem muitas pessoas, muitos moradores de rua, né? E a maioria

deles são pessoas negras. Aí, geralmente, quando— assim, cê, cê percebe ali um, um... Ia dizer “padrão”, mas não sei se padrão é a, a melhor palavra. Mas eu vou, vou, vou usar pra, pra não— pra não, não travar aqui na, na, no, no, na falação [riso]. É... quando cê percebe um padrão ali de vestimenta, até um padrão de, de cor também, porque a maioria das pessoas nessas condições, assim, é, são, são pessoas negras, querendo ou não. É... a gente fica com o pé atrás, a gente fica meio de olho demais. Eu, pelo menos, fico, é... eu fico nesse, nesse estado de alerta, assim, quando eu passo pelo centro e eu percebo essas pessoas, assim. Tem muito problema com— de vício com drogas, né? Entre esses moradores de rua lá de Anápolis. E enfim, aí por, por esses motivos, a gente fica ali com o pé atrás. A gente, é... faz a famosa muda de calçada, essas coisas, essas coisas do tipo.

Nesse contexto, o narrador identifica o comportamento de mudar de calçada ao se deparar com uma pessoa negra em situação de rua como um comportamento racista; e pela sequência narrada, é possível a identificação de relações de coordenação em cadeia para criar a aprendizagem final que seleciona o comportamento racista em questão.

Ilustrativamente, tomando a narrativa, podemos aferir algumas implicações mútuas: “moradores de rua” <—> “usuários de droga”; “moradores de rua” <—> “pessoas negras”; “usuários de droga” <—> “pessoas com problema de vício”. Com algumas implicações combinatórias entre essas implicações, não é difícil identificar a relação aprendida “pessoas negras” <—> “moradores de rua” <—> “usuários de droga” <—> “problemas com vício”. E como o próprio narrador relata, ver essas pessoas nesse contexto lhe trazem um estado de alerta, e é possível notar como a pessoa negra ali, em situação de rua, por essa sequência de associações arbitrárias, são o suficiente para o narrador se comportar de modo a fugir ou se esquivar de um possível contato ou interação social com essas pessoas.

Vale ressaltar, também, que por mais que a princípio seja um “comportamento lógico” do narrador, ou pelo menos, que muitas pessoas brancas não classificariam como um comportamento racista, afinal, riscos podem facilmente inferidos da situação descrita; o comportamento de mudar de calçada ou evitar o contato com as pessoas ilustradas não foi selecionado com base em uma aprendizagem direta, a partir de uma experiência negativa com pessoas em situação de rua, mas sim por uma série de associações simbólicas e indiretas feitas pelo narrador que selecionam o que ele nomeou por “estado de alerta”.

Nas demais entrevistas, de Flávia, Marcus e Vinícius, notamos uma particularidade que até então não se apresentou nas entrevistas anteriores: uma aproximação temática das molduras relacionais em contextos relacionados especificamente à aparência fenotípica de

uma pessoa negra. Kilomba (2019) versa um capítulo específico para abordar o que nomeia por “políticas do cabelo”, e nele discute diversas instâncias que sua entrevistada sofreu violências diretamente relacionadas ao seu cabelo, como toques não consentidos; perguntas sobre se/como é lavado e penteado; associação de cabelo black à feiura; associação do cabelo negro à macacos. A autora ilustra por diversas vezes nesse capítulo como o racismo se dá por associações de equivalência no discurso, vide: “O racismo não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes: africano – África – selva – selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco” (Kilomba, 2019, p. 84).

Por mais que Kilomba (2019) valha-se da fundamentação psicanalítica, justificando essas associações de equivalência pelo conceito de deslocamento, tomamos como muito útil à análise do comportamento essa noção de coordenação arbitrária de características de pessoas negras à valores negativos. Especificamente, tratando-se do cabelo, Kilomba (2019) também ilustra:

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos (Banks, 2000; Byrd e Tharps, 2001; Mercer, 1994). Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias (pp. 82-83).

Essa questão do cabelo emergiu em ambas as entrevistas com narradores negros, e na entrevista com Flávia, temos dois relatos dela com relação ao próprio cabelo, incluindo o uso de produtos químicos para o alisamento de seu cabelo que lhe trouxeram prejuízos:

Ah, o cabelo liso! Nossa, essa é importante! Eu alisei meu cabelo por muitos anos assim. É... É, eu acho que quando eu— de uns doze até uns dezessete anos, assim, eu alisava o meu cabelo. E aí, é, quando eu comecei a alisar, todo mundo elogiou: “nossa, cabelo muito bonito”. “Nossa...”, várias coisas, eu ouvia muita coisa e aí eu comecei a gostar dele mais depois que eu alisei. Só que era muito ruim assim, era, nossa... era muito ruim. Tinha que ficar a cada três meses, crescia a raiz, você tinha que fazer, passar produto... É, como minha mãe não tinha condição de ficar, é,

pagando pra eu ir no salão, a gente usava um produto que não alisava, mas ele... É, tipo relaxamento. Ele rela— ele abria o cacho. Então, como minha tia, às vezes, passava um produto no meu cabelo, que era com formol, ele— eu— minha mãe pra-pra poder demorar mais tempo pra eu passar de novo o formol, ela misturava esse outro produto, que era o de relaxamento. E isso foi horrível, porque como é muita química, começou a machucar meu couro cabeludo, de sangrar mesmo. Então, depois que fazia, meu cabelo grudava assim na cabeça, porque saía sangue, sabe? Nossa, era horrível. E aí foi, foi um tempo assim. Aí até que eu decidi que eu não queria mais. Meu cabelo caiu um pouco também, ficou bem ralinho. E aí eu falei que eu não queria mais, que era muito, muito trampo, muito, muito, muito trabalho só pra eu ficar com o cabelo liso. E aí eu fui e raspei o cabelo pela primeira vez. Foi horrível, eu chorei demais. Mas aí foi lindo assim, depois. Eu resolvi não alisar mais. Depois eu nunca mais alisei, e resolvi manter ele curtinho também, porque eu adorei ele curtinho e, e é, mas o-o cabelo foi muito marcante. Depois, quando eu raspei, foi muitos comentários. Foi tipo: “Nossa, por que você fez isso?” “Nossa, ele era tão lindo antes”, até hoje tipo: “Nossa, você vai deixar seu cabelo crescer? Você vai deixar ele liso de novo?” E é bem incômodo, assim, hoje em dia eu lido melhor, eu acho. Mas antes eu achava bem incômodo, assim, essas questões.

Ou então, o relato sobre como sua mãe, uma mulher parda, fala sobre o cabelo da narradora, o cabelo de sua irmã e até mesmo do próprio cabelo:

Minha mãe é assim. Muitas coisas eu acho dela assim, que ela faz, faz com a minha irmã também, que eu acho muito, muito pesado assim. Coisa do cabelo... Ela, ela é uma— Ela, ela se declara como parda, né? E ela, ela carrega, assim, muitas, muitas coisas, eu acho, da infância dela, que ela não acha. Ela acha que é tudo— que tudo bem. Do cabelo é o mais forte, eu acho, porque ela sempre fala até hoje, “cabelo ruim”, fala que meu cabelo é “ruim”, que o dela é “ruim”, que o da minha irmã é “ruim”.

Nesses exemplos, notamos como há uma série de cadeias associativas arbitrárias que estão relacionadas entre si, e podemos delinear molduras de coordenação, de oposição e de hierarquização simultaneamente, como: Cabelo liso = Bonito; Cabelo crespo/cacheado = Feio; Cabelo liso OPOSTO AO cabelo crespo; Cabelo liso MELHOR QUE cabelo crespo; Cabelo crespo/cacheado = cabelo ruim; Cabelo liso = cabelo bom etc.

O mesmo fenômeno pode ser observado também na quarta entrevista, de Marcus, que o narrador ilustra em duas situações, sendo a primeira com relação a si mesmo:

Então, na minha história, eu vejo que, tipo assim, eu nunca cheguei a sofrer racismo assim, mas também eu não fiquei, é... livre de, tipo, alguns comentários meio assim, sabe? Então, um exemplo, assim: o meu vô, ele, ele não é meu avô biológico, sabe? E, ele é branco, né? E tipo, esses dias eu meio que defini o meu cabelo, eu uso ele black power geralmente, mas eu deixei com ele— com os cachos definidos e o meu vô falou que ele prefere assim do que o black power, sabe? E, tipo, eu não levei a mal, mas dá para perceber que, tipo, ele prefere do jeito cacheado porque ele cresceu numa sociedade que, tipo assim, cabelo black power era, tipo— até hoje tem, né, comentário de mandar e é “Esponja de Aço”, né? É “bombril”, é, é “cabelo duro”, por exemplo, né?

E a segunda, com relação a um clipe que vi na internet de um programa de televisão: tem um clipe até que famoso, né, que o Silvio Santos, ele tá num programa que mulheres vão lá para cantar e o auditório escolhe qual que passa para a próxima fase, e uma mulher preta, né, cabelo cacheado, ela— o auditório escolheu ela para passar, mas o Silvio Santos não quis deixar ela passar porque achou uma participante que era branca mais bonita que ela, sabe? Então, tipo, isso aí dá pra ver sim racismo, mesmo que tipo— aí eu trago, né, consciência de, de... Se— consciente ou não, pode ser que o Silvio Santos não tenha achado que aquilo era racismo, tipo ele querendo ser racista, sabe? Mas foi uma atitude racista. E fora o Silvio Santos, né, as pessoas tavam defendendo ele porque não foi racismo, ele só achou a moça mais bonita, né? Mas tipo, por que que ele achou ela mais bonita? Por que ela tinha um nariz mais fino? Que, é, em pessoas negras, com traços negróides, né, geralmente é mais grosso? Ou o cabelo liso, que a moça tinha o cabelo liso, a outra tinha o cabelo cacheado, né? Tipo... eu, com o conhecimento que eu tenho hoje, eu acho aquilo um claro caso de racismo, né?

A mesma lógica de análise para a narrativa de Flávia se aplica aqui, e nota-se um amálgama de possíveis molduras, envolvendo coordenações, hierarquizações e oposições; o que responde como positiva a possibilidade de identificação de molduras relacionais, mas ao mesmo tempo dificulta uma análise clara de como essas relações foram sendo estabelecidas ao longo de cada história de cada narrador.

Outras instâncias de identificação de molduras relacionais foram identificadas nas entrevistas de Flávia e Vinícius, agora relacionadas, respectivamente, à hierarquização e à combinação de coordenação e oposição. A narradora relata como, em sua vida, o termo

“morena” era preferível ao termo “negra” pois era uma espécie de suavização da negritude em face à branquitude ser lida como algo melhor ou preferível:

Mas na igreja dos meus pais, uma coisa que sempre era muito forte pra mim era que tinha outra— meu nome é meio que muito comum, Flávia, então sempre tem alguma Flávia em algum lugar e sempre o que mais usavam pra me diferenciar era tipo a cor da minha pele e aí tinha na minha igreja era separado por grupos de idade e tinha essa Flávia que era da mesma idade que eu e era assim: Flávia branquinha e Flávia moreninha e na época eu nunca achei nada demais depois de grande que eu parei para pensar em várias questões não só de diferenciar pela cor, mas também de— do moreninha como uma forma de-de, é, suavizar, sabe? De “ela é morena”, sabe? Essas coisas também é uma coisa muito-muito característica essa coisa do morena assim, na minha— eu crescendo ainda mais porque eu tenho uma irmã que é mais ou menos dez anos mais nova do que eu. Então demorou assim pra-pra minha mãe engravidar de novo e tal, quando ela nasceu eu já era grandinha e ela tem tom de pele muito mais claro do que o meu. E aí, é, quando ela nasceu ficou, tipo assim, meio que ela passou a ser a morena e eu não porque eu era meio que mais escura que ela, sendo que antes eu era mais vista como morena. Isso eu sempre parei pra pensar porque é muito interessante porque antes, é, eu penso, né, que era usado pra suavizar o meu tom de pele, né, tipo nossa ela não é negra ela é morena e depois minha irmã. Eu sempre fico pensando nisso e eu ainda não sei como estruturar isso, mas eu acho isso muito interessante. É... não sei, várias coisas que eu percebo que eu acho que também tem a ver com o tom de pele é, na escola, assim, eu nunca fui vista, eu nunca fui muito vista assim pela-pelas pessoas. Eu sempre, é, frequentei escola pública, mas sempre— eu nunca— eu sempre tinha pessoas, poucas pessoas negras eu acho na turma então, é... não sei explicar, mas tipo essas coisas que cê tem quando adolescente de-de ser bonito e de ter as pessoas mais bonitas eu acho que é o tom de pele sempre influenciou no meu caso porque eu nunca fui— eu sou magrinha, sabe, eu nunca fui muito vista assim e eu acho que o tom de pele teve-teve influência nisso, eu acho. Eu acho que, não sei, se eu fosse branca, se eu tivesse cabelo liso.

Já Vinícius relata um exemplo que lembrou de sua infância, que, à época, não identificava como uma questão racial, mas sim uma questão de história individual de sua amiga, e que retrata uma possível coordenação entre pele negra e sujeira:

Quando eu era criança, na época, eu não entendia como racismo, entendia só como uma história de vida em geral. Mas eu lembro que uma colega minha, que tinha a pele mais escura, não chegava a ser retinta, mas tinha a pele escura, que ela falava quando ela era pequena, ela passava bucha pra tentar limpar. Aí na época, eu não entendi isso como racismo. Eu achava que isso era uma história— ficava triste, por ser minha amiga, mas eu não entendia como uma questão racial propriamente.

Sendo assim, é possível concluir que sim, é possível a identificação de molduras relacionais em repertórios narrativos/discursivos de pessoas, contudo, o que se nota é como estas emergem em contextos de múltiplas associações prontas, não deixando claro como essa aprendizagem foi feita historicamente. Pensando no que Perez (2022) discute acerca da existência de um continuum de complexidade das contingências de reforçamento mediado que modelam e mantêm as práticas da comunidade verbal, faz-se necessário um outro tipo de abordagem investigativa para compreender as etapas ou elos desse continuum, para então posteriormente habilitar intervenções específicas, conforme defende Guerin (2005).

Considerações finais

Retomando os objetivos da presente pesquisa, é possível concluir que, para um estudo exploratório, eles foram parcialmente atendidos. De fato é possível aferir como o preconceito racial se manifesta nas narrativas e pode-se fazer, sim, associações de influência entre o conceito de fragilidade branca e as manifestações ilustradas do preconceito racial. Os contextos de fuga e esquiva de pessoas brancas e de pessoas não brancas podem ser inferidos em algumas instâncias, mas devido a complexidade de relações associadas e associações de associações, nota-se uma dificuldade na elaboração de análises funcionais ou contextuais mais precisas, que necessitam de algum tipo de investigação posterior à entrevista narrativa para captação de mais dados relevantes para esse tipo de análise.

Certamente é viável a investigação do fenômeno do preconceito racial em termos de comportamento verbal, e uma compreensão mais detalhada no contexto histórico de cada indivíduo pode ser feita, e até mesmo associada a aspectos culturais do racismo estrutural como um todo, aferindo-se padrões comportamentais relacionados a aprendizagens diretas e indiretas. Contudo, muitas dúvidas e questões metodológicas emergem nesse sentido pensando em investigações futuras.

Se é possível a identificação dessas aprendizagens indiretas relacionadas ao fenômeno do preconceito racial, e até mesmo a associação de algumas consequências dessas aprendizagens, seja em pessoas brancas ou em pessoas negras, o que fazer a partir desse ponto? Como isso pode ser transformado em algo relevante para pesquisas posteriores? É possível fazer um estudo similar, mas com entrevistas subsequentes direcionadas para o refinamento da compreensão das aprendizagens de repertórios racistas? Se sim, de que isso serve para a Psicologia enquanto produção científica?

Todos esses questionamentos revolvem ao interesse mais fundamental da Análise do Comportamento enquanto ciência, de prever e controlar o comportamento; todavia, este não foi um dos objetivos da presente pesquisa, o que nos leva ao direcionamento de um ensejo para a elaboração de práticas experimentais, baseadas agora nessas aprendizagens indiretas específicas, que se voltem justamente para o objetivo de previsão e controle de comportamentos racistas. Mas também cabe o questionamento de isso sequer ser uma possibilidade, ou se há realmente alguma utilidade em identificar as minúcias dessa aprendizagem, haja vista o continuum de complexidade dessas associações em indivíduos adultos, com um longo histórico de múltiplas aprendizagens perpassadas por múltiplas variáveis.

Um achado central na presente pesquisa, contudo, reside na operacionalização da Fragilidade Branca (DiAngelo, 2018), manifestada primariamente como uma fuga/esquiva de abordar a temática racial. Os narradores brancos (Renata, André, Vinícius) consistentemente revelaram mecanismos para neutralizar a aversividade do rótulo de pessoas brancas como “racistas”, seja através do humor, da individualização do preconceito (“é só a opinião”) ou do reforço coletivo que endossa o comportamento. O que vai de encontro prático com as propostas conceituais de DiAngelo (2018).

Esse processo atua para proteger a identidade moral branca da aversividade da culpa e da responsabilidade em emitir comportamentos racistas, sejam eles publicamente observáveis ou não. Essa esquiva se intensifica ao atingir o limite do conforto, onde é aceitável condenar a escravidão histórica, mas há forte resistência em aceitar que a aversão à aparência (e.g., “cabelo crespo feio”) é, em si, racismo. Esse processo de vitimização atinge seu ápice no exemplo das “Lágrimas Brancas”²⁶, como no exemplo da professora que, ao invés de responder às denúncias, desvia o foco para seu próprio sofrimento, buscando restabelecer sua inocência e paralisar o debate, uma estratégia clara de manutenção do privilégio.

Em contraste, o racismo se manifesta para Flávia e Marcus como um sistema de estímulos aversivos que afeta drasticamente o repertório comportamental de ambos. Flávia expressou a dificuldade em nomear as experiências como racismo e a falta de coragem em falar, uma esquiva que é, na verdade, uma resposta aprendida à constante invalidação social. O corpo negro é ativamente condicionado como aversivo, refletindo-se na baixa autoestima, no uso de produtos químicos para o alisamento do cabelo, e na percepção de invisibilidade ou como perigo/suspeito, como no episódio da negativa de atendimento no Hospital das Clínicas (HC). O sofrimento alcança uma dimensão transgeracional e estrutural, como visto na comoção de Marcus ao relatar o medo e a xenofobia sofrida pela mãe imigrante nos EUA, demonstrando que a dor do outro familiar é um estímulo aversivo poderoso que afeta o comportamento individual.

Dentro do arcabouço da Teoria das Molduras Relacionais (RFT), a compreensão de como o racismo se consolida na linguagem e no pensamento exige a análise de dois componentes contextuais fundamentais: o C_{rel} (Contexto Relacional) e o C_{func} (Contexto Funcional). O C_{rel} atua como a pista que determina qual tipo de relação está sendo estabelecida entre estímulos — como igualdade, oposição ou hierarquia — independentemente de suas propriedades físicas. Já o C_{func} refere-se ao contexto que seleciona

²⁶DiAngelo (2018) aponta como o fenômeno do choro para a esquiva da discussão da temática racial é uma estratégia de esquiva particularmente comum às mulheres brancas.

qual função ou valor psicológico de um estímulo será proeminente em determinado momento, como o valor de medo, rejeição ou admiração. É a interação entre esses dois componentes que permite o fenômeno da Transformação de Função de Estímulo (TFE). A TFE ocorre quando o impacto psicológico de um estímulo é alterado devido à sua relação com outros estímulos em uma rede. Em termos técnicos, se um indivíduo aprende que “A é igual a B” (C_{rel} de coordenação) e o estímulo “B” possui uma carga de medo (C_{func}), a função de medo de “B” é transferida para o estímulo “A”, ainda que este fosse originalmente neutro.

No contexto do racismo, esse mecanismo explica a emergência de reações de esquivas ou preconceito diante de corpos negros sem a necessidade de experiências diretas aversivas prévias: a função do estímulo foi transformada por meio de relações verbais e culturais. Ao retomar as ilustrações narrativas da pesquisa, é possível observar o funcionamento desses mecanismos:

No caso de André, observa-se uma cadeia associativa na qual o C_{rel} de coordenação estabelece a rede “Pessoa Negra → Vício → Perigo”. Através da TFE, o valor de “Perigo” (C_{func}) é transferido para o estímulo “Pessoa Negra”, transformando-o em um estímulo aversivo. O comportamento de esquivas de André é, portanto, uma resposta à função transformada do estímulo dentro da rede relacional.

Nas vivências de Flávia e Vinícius, o racismo opera predominantemente através de molduras de hierarquização e oposição. O C_{rel} estabelece que o “Cabelo Liso” é hierarquicamente “Melhor que” o “Cabelo Crespo”, enquanto simultaneamente coordena o cabelo crespo ao conceito de “Ruim”. Nesse arranjo, a TFE resulta na vinculação das funções de “Beleza” e “Aceitabilidade” (C_{func}) ao topo da hierarquia, enquanto a base — o cabelo crespo — assume, por oposição e coordenação, funções de “indesejado”. Essas redes de relações arbitrárias (Cabelo liso = Bom; Cabelo crespo = Ruim) demonstram como o racismo é mantido por uma estrutura verbal que organiza a percepção e as respostas diante das características fenotípicas negras. A dificuldade para a intervenção reside no fato de que essas molduras emergem como associações prontas (Perez, 2022) no repertório verbal, sem que os narradores detalhem os elos históricos, reforçando a urgência de intervenções que visem dismantlar essas cadeias simbólicas, e não apenas o comportamento público.

O foco na Teoria das Molduras Relacionais (RFT) oferece um caminho conceitual robusto e prático para possíveis pesquisas que visem o dismantelamento do racismo, indo além da mera punição do comportamento público e mirando a reestruturação da comunidade verbal onde o preconceito é mantido.

A análise das narrativas demonstrou que o racismo é sustentado por Molduras Relacionais de Coordenação Arbitrária, nas quais características fenotípicas de pessoas negras são relacionadas por equivalência a valores negativos. Retomando o caso de André, onde a moldura “Pessoa Negra (em situação de rua) → Vício → Perigo” seleciona a esquiva (mudar de calçada), é um bom exemplo, pois seu comportamento de fuga não é selecionado por uma contingência direta de ameaça, mas sim por uma complexa cadeia de associações simbólicas que torna a pessoa negra um estímulo aversivo condicionado. De forma análoga, a hierarquização da beleza opera com molduras de oposição e comparação, colocando o cabelo liso (branco) como hierarquicamente “Melhor Que” o cabelo crespo (negro), coordenado com “ruim”.

A dificuldade crítica para intervenções específicas e eficazes (Guerin, 2005), reside no fato de que essas molduras emergem no repertório verbal dos indivíduos como associações prontas ou “pacotes fechados” (Perez, 2022). O narrador não precisa recontar a história da escravidão ou das agressões sofridas para justificar por que o cabelo crespo é “ruim”; ele simplesmente usa o termo, e a rede arbitrária de implicações simbólicas já está pronta na comunidade verbal para selecionar respostas de discriminação e esquiva.

Visto que o ambiente escolar emergiu nas entrevistas como o primeiro, embora contraditório, contexto de letramento racial, ele se configura como o local ideal para intervenções baseadas em RFT. Um possível foco deve ser o dismantelamento dessas cadeias simbólicas, começando pelo desligamento (ou desfusão, conforme proposto pela ACT) entre o fenótipo e o valor negativo. Em vez de apenas punir o uso de “cabelo ruim” — que, francamente, já existe à nível legislativo e não é algo que impede a emissão de injúrias raciais, apenas as consequencia —, a intervenção deve buscar quebrar a coordenação arbitrária entre o estímulo “cabelo crespo” e o estímulo “ruim”, ensinando explicitamente que essa relação é socialmente construída e, portanto, passível de modificação. Isso pode ser feito através da reversão de relações, apresentando contingências que reforcem o cabelo crespo em coordenação com atributos de sucesso, poder e beleza, e incentivando a análise funcional do discurso, na qual os estudantes avaliam o efeito aversivo (isolamento, sofrimento) provocado pela linguagem discriminatória, e não apenas seu caráter moral.

Além disso, o letramento racial deve prover o contexto histórico que criou essas molduras, desnaturalizando-as e evidenciando sua arbitrariedade e seu papel na manutenção do poder. Dessa maneira, pode-se, hipoteticamente, traçar intervenções ou pesquisas cujo objetivo seja a construção de um repertório antirracista generalizado, criando molduras de Coordenação e de Equivalência entre o “Fenótipo Negro” e o “Equidade/Sucesso”, por

exemplo, em contextos onde historicamente essa relação foi negada; dismantelando, assim, as cadeias simbólicas antes que estas se consolidem em repertórios comportamentais dos indivíduos de modo a serem socialmente mantidas.

Por fim, na análise final do estudo, exigiu-se a inclusão da auto-análise da entrevistadora branca, reconhecendo formalmente como a própria branquitude constituiu um vetor de influência tanto na coleta quanto na interpretação dos dados. O desconforto e a identificação experienciados pela pesquisadora ao se deparar com as narrativas dos participantes brancos, notadamente as de André e Vinícius, evidenciaram vieses operacionais que devem ser tomados como possíveis variáveis novos estudos que se propuserem algo similar à presente pesquisa.

Tais vieses se manifestaram, por exemplo, nas falhas em aprofundar contradições e questionar o suposto “pacto tácito” de cumplicidade racial subjacente a expressões como “né?” e “sabe?” entre pessoas brancas. Tradições psicanalíticas têm essa discussão de maneira aprofundada, conforme a obra *Pacto da Branquitude* de Cida Bento. Contudo, não há uma explicação analítico-comportamental para este fenômeno, ou pelo menos, não há uma operacionalização desse fenômeno que foi observado na presente pesquisa.

Essa constatação move a branquitude, ou mesmo a fragilidade branca, da posição de objeto de estudo para lente da análise, reforçando a necessidade de auto-vigilância metodológica contínua em pesquisas sobre relações raciais — num compromisso ético de pesquisa próprio. Estruturalmente, o estudo revelou que o ambiente escolar emergiu como o primeiro e quase universal contexto de letramento racial, apresentando-se, paradoxalmente, como um espaço de conscientização e, simultaneamente, de reprodução de comportamentos racistas. Para o futuro da pesquisa e da intervenção, sugere-se o desenvolvimento de metodologias baseadas na Teoria das Molduras Relacionais (RFT) para rastrear e quebrar as molduras arbitrárias racistas que mantêm o preconceito no repertório verbal. Adicionalmente, é imperativo que os esforços de intervenção busquem transformar a vergonha e a culpa experimentadas pelos indivíduos brancos em ações antirracistas duradouras, articulando o engajamento ativo em vez da mera esquia do aversivo.

Em síntese, o combate ao racismo exige a confrontação das molduras arbitrárias aprendidas e o constante dismantelamento das estratégias de esquia da branquitude. É imperativo reiterar, especialmente para o público branco, que não se nega a existência de indivíduos intencionalmente racistas. Contudo, reduzir o fenômeno ou as discussões sobre ele a uma mera questão de intencionalidade individual é contraproducente. Tal reducionismo atua, frequentemente, como uma expressão da fragilidade branca (DiAngelo, 2018), servindo

para isentar o sujeito branco de seu próprio racismo e, de maneira crítica, para isentar pesquisadores brancos de realizarem análises em níveis de seleção mais complexos, como o nível cultural.

Nesse cenário, a Análise do Comportamento possui uma responsabilidade ética inadiável. O pesquisador analista do comportamento não deve se furtar à investigação do racismo em pessoas brancas, partindo do entendimento de que tais comportamentos foram selecionados por uma aprendizagem indireta e mediada verbalmente (RFT). É fundamental reconhecer que, em muitos contextos, o comportamento de pessoas brancas tem a função de esquiva da temática racial.

Sob a ótica de Sidman (2003), a esquiva é um processo coercitivo que visa adiar ou evitar o contato com o estímulo aversivo — neste caso, o desconforto e a responsabilidade atrelados ao privilégio racial. Essa esquiva manifesta-se em topografias variadas, como o uso de piadas racistas travestidas de humor, a minimização sistemática do sofrimento das vítimas e a negação de oportunidades sob o manto da meritocracia. Portanto, o compromisso da pesquisa deve ser o de desvelar essas funções de esquiva e as agências de controle (Skinner, 1953) que as mantêm, pois a isenção do pesquisador frente a essa análise nada mais é do que a manutenção da prática cultural que ele se propõe a estudar.

Referências bibliográficas

- Abreu, P. R., Hübner, M. M. C. (2012). O comportamento verbal para B. F. Skinner e para S. C. Hayes: uma síntese com base na mediação social arbitrária do reforçamento. *Acta comportamentalia: revista latina de análisis del comportamiento*, 20(3), 367–381. <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/35005>
- Adichie, C. (2009). *The danger of a single story*. Palestra proferida no TED Talk, Long Beach (Califórnia), jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em 15 abr. 2024.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo Estrutural*. Pólen.
- Azoubel, M. S., Leite, E. F. da C., & Micheletto, N. (2024). Equivalência de Estímulos na obra de Sidman: primeiro experimento, conceito e hipóteses sobre a origem do fenômeno. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 20. <https://doi.org/10.18542/rebac.v20i0.16459>
- Baum, W. M. (2019). *Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., & Cullinan, V. (2000). Relational frame theory and Skinner's verbal behavior: A possible synthesis. *The Behavior Analyst*, 23(1), 69-84. <https://doi.org/10.1007/BF03392000>
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. EDUFERN. (Obra original publicada em 2005)
- Bignotto, C. (2021). Reescrevendo a narrativa: Racismo em livros infantis da época de Monteiro Lobato. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 23(43), 56–79. <https://doi.org/10.1590/2596-304x20212343cb>
- Bonilla-Silva, E. (1997). Rethinking racism: Toward a structural interpretation. *American Sociological Review*, 62(3), 465–480. <https://doi.org/10.2307/2657316>
- Campos, L. A., & Lima, M. (2024). As transformações do racismo estrutural: Entrevista com Eduardo Bonilla-Silva. *Tempo Social*, 36(2), 261–271. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.224234>
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição* (4. ed.). Artmed.
- Cavalcanti, L. (2022). O que a análise do comportamento diz sobre o racismo: um mapeamento a partir da revisão integrativa da literatura. 74 f. *Trabalho de Conclusão de*

- Curso (Bacharelado em Psicologia)* – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Cerqueira, D. R. de C., Bueno, S., Lima, R. S. de, Neme, C., Ferreira, H., & Maia, T. (2021). *Atlas da Violência 2021*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).
- Davis, A. (2013). *How does change happen?* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=FKxMu-hpsw>
- De Rose, J. C., De Souza, D. G., & Hanna, E. S. (1996). Teaching reading and spelling: Exclusion and stimulus equivalence. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 29(4), 451–469. <https://doi.org/10.1901/jaba.1996.29-451>
- De Rose, J. C., Perez, W. F., & De Almeida, J. H. (2022). Teoria das molduras relacionais: Compreendendo os conceitos básicos. In W. F. Perez, R. Kovac, J. H. De Almeida & J. C. De Rose (Orgs.), *Teoria das molduras relacionais (RFT): Conceitos, pesquisa e aplicações* (pp. 23-45). Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- DiAngelo, R. (2018). *White fragility: Why it's so hard for white people to talk about racism*. Beacon Press.
- Guerin, B. (1994). A behavior analytic approach to social attitudes and beliefs. In D. J. K. McHugh & P. A. Stokes (Eds.), *The behavior analyst and social change* (pp. 11-22). Springer.
- Guerin, B. (2005). Combating everyday racial discrimination without assuming racists or racism: New intervention ideas from a contextual analysis. *Behavior and Social Issues*, 14(1), 46–70.
- Gouveia, V. V., & Zanello, A. S. (2019). A influência de estereótipos sociais nas relações raciais: Uma abordagem analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapias Comportamentais*, 21(1), 73-88.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. Guilford Press.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Springer.
- Hayes, S. C., Luoma, J. B., Bond, F. W., Masuda, A., & Lillis, J. (2012). Acceptance and commitment therapy: Model, processes and outcomes. *Behaviour Research and Therapy*, 50(6), 530-539.
- Hayes, S. C., Law, S., Assemi, K., Falletta-Cowden, N., Shamblin, M., Burleigh, K., Olla, R., Forman, M., & Smith, P. (2021). Relacionar é um operante: um sobrevoo nos 35 anos de

- pesquisa sobre RFT. In W. F. Perez, R. Kovac, J. H. de Almeida, & J. C. de Rose (Eds.), *Teoria das molduras relacionais: conceitos, pesquisa e aplicações*. Paradigma.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira, Trad.). Cobogó.
- Kohlenberg, B. S., Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1991). The transfer of contextual control over equivalence classes through equivalence classes: A possible model of social stereotyping. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 56(3), 505–518. <https://doi.org/10.1901/jeab.1991.56-505>
- Leigland, S. (2014). Phenomenological reflections on behavioral phenomenology. *The Behavior Analyst*, 37(1), 35–49. <https://doi.org/10.1007/s40614-014-0004-9>
- Lillis, J., & Hayes, S. C. (2007). Applying acceptance, mindfulness, and values to the reduction of prejudice: a pilot study. *Behavior modification*, 31(4), 389–411. <https://doi.org/10.1177/0145445506298413>
- Lima, P. M. R. de, & Santos, L. G. dos. (2021). Interações em pesquisa: A ética da pesquisa e a pesquisa ética com narrativas de vida. *Revista Sociais e Humanas*, 34(2). <https://doi.org/10.5902/2317175864248>
- Matsuda, M. J., Lawrence, C. R., Delgado, R., & Crenshaw, K. (1993). *Words that wound: Critical race theory, assaultive speech, and the first amendment*. Routledge.
- Matsuda, K., Garcia, Y., Catagnus, R., & Brandt, J. A. (2020). Can behavior analysis help us understand and reduce racism? A review of the current literature. *Behavior Analysis in Practice*, 13(2), 336–347. <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00411-4>
- Mizael, T. M., dos Santos, S. L., & de Rose, J. C. C. (2016). Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes. *Interação Em Psicologia*, 20(2). <https://doi.org/10.5380/psi.v20i2.46278>
- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Silva, G. J. T. (2019). Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo. In *Comportamento em foco* (pp. 120–135). Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental – ABPMC.
- Mizael, T. M., & Sampaio, A. S. (2019). Racismo institucional: Aspectos comportamentais e culturais da abordagem policial. *Acta Comportamentalia: Revista Latina De Análisis Del Comportamiento*, 27(2). <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/69861>
- Mizael, T. M., Santos, S. L. dos, De Almeida, J. H., & De Melo, R. M. (2022). Como explicar as atitudes em uma perspectiva funcional? In W. F. Perez, R. Kovac, J. H. De Almeida &

- J. C. De Rose (Orgs.), *Teoria das molduras relacionais (RFT): Conceitos, pesquisa e aplicações* (pp. 207–223). Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- Moreira, M. B., & Medeiros, C. A. (2019). *Princípios básicos de análise do comportamento* (2. ed.). Artmed.
- Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In *Anais do 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação*. PENESB-RJ.
- Nascimento, A. do. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Perspectiva. (Obra original publicada em 1978)
- Oluo, I. (2018). *So you want to talk about race*. Seal Press.
- Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2017). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 4(1), 32–50. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105>
- Perez, W. F. (2021). Introdução ao volume especial sobre Teoria das Molduras Relacionais (RFT). *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 12(1), 001–004. Recuperado de <https://revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/768>
- Perez, W. F., Kovac, R., Almeida, J. H. & de Rose, J. C. de. (Orgs.). (2022). *Teoria das molduras relacionais (RFT): Conceitos, pesquisa e aplicações*. Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- Perez, W. F. (2022). Comportamento verbal e teoria das molduras relacionais: uma visão integrativa. In W. F. Perez, R. Kovac, J. H. de Almeida, & J. C. de Rose (Orgs.), *Teoria das molduras relacionais (RFT) - conceitos, pesquisa e aplicações* (pp. 47-78). Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- Ricœur, P. (2010). *Tempo e narrativa: A intriga e a narrativa histórica* (Vol. 1). (C. Berliner, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1983).
- Schwarcz, L. M. (2013). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira* (1. ed.). Claro Enigma.
- Sidman, M. (2003). *Coercion and its fallout* (Revised ed.). Authors Cooperative.
- Sidman, M. (2009). O primeiro experimento (The first experiment). *Revista Brasileira de Análise do Comportamento/Brazilian Journal of Behavior Analysis*, 5(2), 127–142.
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo*. (M. da P. Villalobos, Trad.). Cultrix. (Obra original publicada em 1974).
- Skinner, B. F. (2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 129–137. (Trabalho original publicado em 1981).

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100010&lng=pt&nrm=iso

Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. Macmillan.

Skinner, B. F. (1978). *O comportamento verbal*. (M. da P. Villalobos, Trad.). Cultrix. (Obra original publicada em 1957).

Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. de A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e184764, 1–13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>

Todorov, J. C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 3, 10–23.

Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(Edição Especial), 143–153. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500013>

Xavier, G. S., Espíndola, P. S., Córdova, L. F., & da Silva, N. N. F. M. (2017). Método Reno: Uma proposta para análise comportamental do discurso. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(1), 120–134. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.037>

Anexos




ANEXO 1 - TERMO DE COMPROMISSO



Termo de compromisso

Declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12* e/ou da *Resolução CNS n.º 510/16*, bem com suas complementares, como pesquisadora responsável e pesquisadora participante do projeto intitulado “Racismo como comportamento verbal – um estudo exploratório em Análise Do Comportamento a partir de entrevistas narrativas”. Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: 13/01/2025

| Nome do(a) Pesquisador(a) | Assinatura Manuscrita ou Digital |
|--|--|
| 1. Lívia Maria Teran Cavalcanti - 067.146.361-64 | Documento assinado digitalmente  LÍVIA MARIA TERAN CAVALCANTI Data: 13/01/2025 14:38:13-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br |
| 2. Priscilla Melo Ribeiro de Lima - 718.002.551-87 | Documento assinado digitalmente  PRISCILLA MELO RIBEIRO DE LIMA Data: 13/01/2025 15:53:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br |
| 3. Elisa Sanabio Tavares Heck - | Documento assinado digitalmente  ELISA TAVARES SANABIO HECK Data: 15/01/2025 11:00:56-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br |

Rua 235, Setor Universitário - Faculdade de Educação - Sala 201.
CEP 74605-050 - Goiânia - Goiás - Brasil.

Telefone: (62) 3209-6215

ANEXO 2 - FOLHA DE ROSTO CEP



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

| | | | |
|--|---|--|------------------------------------|
| 1. Projeto de Pesquisa: RACISMO COMO COMPORTAMENTO VERBAL é UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO A PARTIR DE ENTREVISTAS NARRATIVAS. | | | |
| 2. Número de Participantes da Pesquisa: 5 | | | |
| 3. Área Temática: | | | |
| 4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas | | | |
| PESQUISADOR | | | |
| 5. Nome: LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | | | |
| 6. CPF: 067.146.361-64 | 7. Endereço (Rua, n.º): JAMEL CECILIO JK NOVA CAPITAL Qd.59 Lt.02 Apto 203 ANAPOLIS GOIAS 75110330 | | |
| 8. Nacionalidade: BRASILEIRO | 9. Telefone: 62991202025 | 10. Outro Telefone: | 11. Email: liviaticav@gmail.com |
| <p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> | | | |
| Data: ____ / ____ / ____ | | Documento assinado digitalmente LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI Data: 13/01/2025 14:18:04-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br | |
| Assinatura | | | |
| INSTITUIÇÃO PROPONENTE | | | |
| 12. Nome: Universidade Federal de Goiás - UFG | 13. CNPJ: | 14. Unidade/Orgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS | |
| 15. Telefone: (62) 3521-1758 | 16. Outro Telefone: | | |
| <p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> | | | |
| Responsável: _____ Lueli Nogueira Duarte e Silva | | CPF: _____ 39504565115 | |
| Cargo/Função: _____ Direção | | | |
| Data: 24 / 11 / 2024 | | Documento assinado digitalmente LUELI NOGUEIRA DUARTE E SILVA Data: 24/11/2024 16:43:14-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br | |
| Assinatura | | | |
| PATROCINADOR PRINCIPAL | | | |
| Não se aplica. | | | |

ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Racismo como comportamento verbal – um estudo exploratório em Análise do Comportamento a partir de entrevistas narrativas**. Meu nome é Livia Maria Teran Cavalcanti, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Psicologia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail liviatcav@discente.ufg.br e, através dos seguintes contatos telefônicos: (62) 9 9120-2025 ou (62) 3701-7311, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215, que é a instância responsável por sanar as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer narrativas de pessoas negras (pretas e pardas) e de pessoas brancas em relação à temática do racismo no Brasil, para discutir como essa forma de violência afeta o cotidiano dessas pessoas. Você será entrevistado(a) e para isso deverá reservar um período de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. As entrevistas serão conduzidas de forma a propiciar um ambiente de acolhimento e respeito com as histórias de vida. Durante as entrevistas emoções podem ser mobilizadas causando choro, angústia ou cansaço; caso isso ocorra, a entrevista será interrompida e o(a) participante será acolhido(a) pela pesquisadora. Caso seja necessário e o(a) participante queira, ele(a) será encaminhado(a) a um serviço de atendimento psicológico público e gratuito ou será atendido(a) pela pesquisadora, que é psicóloga, em outro espaço.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento

para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilização desses dados para pesquisas futuras.
() Não permito a utilização desses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado Racismo como comportamento verbal – um estudo exploratório em Análise do Comportamento a partir de entrevistas narrativas. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Lívia Maria Teran Cavalcanti sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantida a possibilidade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, sem que isto incorra em qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de 2025.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

ANEXO 4 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RACISMO COMO COMPORTAMENTO VERBAL - UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO A PARTIR DE ENTREVISTAS NARRATIVAS.

Pesquisador: LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88057124.1.0000.5083

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.598.192

Apresentação do Projeto:

Estudo realizado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFG, sob supervisão das Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima e Elisa Tavares Sanábio Heck. Propõe a análise do Comportamento como base epistemológica para investigar o racismo no Brasil por meio de uma análise de discurso fundamentada na Teoria das Molduras Relacionais (RFT).

Os dados, colhidos através de entrevistas narrativas permitirão compreender como o racismo se estrutura e persiste no comportamento verbal dos indivíduos, com foco nos impactos da fragilidade branca sobre esse processo. Para execução da presente pesquisa, a partir da metodologia de Bertaux (2010), foram elaborados dois roteiros de entrevista narrativa (Anexo A), cada qual com uma pergunta disparadora específica. A escolha por diferentes roteiros se refere à diferença da pergunta disparadora feita para pessoas autodeclaradas negras e brancas, de modo a propor diferentes propostas narrativas para abordar como o racismo, e mais especificamente, a fragilidade branca e seus mecanismos de defesa impactam a vida do narrador.

Serão selecionados até cinco discentes voluntários que estejam vinculados a algum curso da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG). O cronograma prevê a coleta de dados a partir de junho de 2025 e o término da pesquisa em dezembro de 2025.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

Continuação do Parecer: 7.598.192

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o fenômeno do preconceito racial interseccionado com o conceito de fragilidade branca na perspectiva analítico-comportamental a partir de entrevistas narrativas com pessoas autodeclaradas brancas e pretas/pardas do curso de psicologia da UFG.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A respeito dos fatores de risco na participação da pesquisa, as pesquisadoras informam que durante as entrevistas, emoções podem ser mobilizadas causando choro ou angústia. Caso isso ocorra, a entrevista será interrompida e o(a) narrador(a) será acolhido(a) pela pesquisadora que tem formação em psicologia. Caso seja necessário e o(a) participante queira, ele(a) será encaminhado(a) a um serviço de atendimento psicológico público e gratuito ou será atendido(a) pela pesquisadora em espaço clínico.

Benefícios:

Os benefícios na participação da pesquisa dizem respeito à possibilidade de escuta acolhedora, além de contribuir para o processo de educação das relações étnico-raciais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo de grande relevância para compreensão dos processos do racismo e os impactos psicológicos dos comportamentos racistas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo de pesquisa contendo folha de rosto assinada pela diretora da Unidade acadêmica, Projeto detalhado com metodologia bem delineada, critério Cronograma de pesquisa atualizado,

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela aprovação do Protocolo de Pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. A pesquisa foi considerada em acordo com os princípios éticos vigentes.

Atenção para a Resolução CNS nº466/12, o pesquisador responsável deve: assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa; E Resolução 510/16 Art 17º VI -que dispõe sobre a garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

Continuação do Parecer: 7.598.192

Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para outubro de 2025.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2445994.pdf | 14/04/2025 11:57:38 | | Aceito |
| Outros | REFERENCIASCEPVERSFINALABRILATT.pdf | 14/04/2025 11:55:42 | LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | Aceito |
| Outros | TERMODECOMPROMISSOVERSFINALABRILATT.pdf | 14/04/2025 11:53:42 | LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMACEPVERSFINALABRILATT.pdf | 14/04/2025 11:52:41 | LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETOCEPVERSFINALABRILATT.pdf | 14/04/2025 11:51:31 | LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | Aceito |
| Folha de Rosto | FOLHADEROSTOASSINADACEPATT.pdf | 18/03/2025 21:02:16 | LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | Aceito |
| Outros | ROTEIROENTREVISTA.pdf | 18/03/2025 21:00:25 | LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLECEPATT.pdf | 18/03/2025 20:58:43 | LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Continuação do Parecer: 7.598.192

GOIANIA, 27 de Maio de 2025

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2,sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

ANEXO 5 - TABELAS LIVREMENTE TRADUZIDAS DE GUERIN (2005)

TABELA 1. FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM FUNÇÃO DA SITUAÇÃO

| Situation | Examples of Racially Discriminating Practices | Examples of Research |
|-------------------------|--|---|
| Educação | Bullying | Pepler et al. (1999) |
| | Assédio | Connolly & Keenan (2002) |
| | Xingamentos | Connolly & Keenan (2002); Mellor (2003); Connolly (2000) |
| | Abusos físicos | Connolly & Keenan (2002) |
| | Ser isolado/apontado (Singled out) | Connolly & Keenan (2002) |
| Emprego/Trabalho | Piadas/Provocações (Jokes/Teasing) | Connolly & Keenan (2002); Mellor (2003) |
| | Vieses na Contratação (Hiring biases) | Byng (1998); Mesthenos & Ioannidi (2002) |
| | Local de trabalho (Workplace) | Brief & Barsky (2000); Byng (1998) |
| | Vieses de Demissão (Firing biases) | Essed (1991a, b) |
| Moradia | Piadas/Provocações (Jokes/Teasing) | Mellor (2003) |
| | Tamanho da família (Family size) | Dion (2001); Murdie et al. (1995); Dion (2001); Søholt (2001) |
| | Aluguel (Renting) | Kloos et al. (2002); Mellor (2003); Søholt (2001) |
| | Vizinhos hostis (Unfriendly neighbours) | Søholt (2001) |
| | Segregação (Segregation) | Flippen (2001) |
| Vida Social Cotidiana | Não fornecer seguro (Not providing insurance) | Byng (1998) |
| | Geral (General) | Essed (1991a, b); Feagin (1991) |
| | Olhar fixamente (encarar) (Staring) | Swim et al. (2003); Mellor (2003); Byng (1998) |
| | Grafites racistas (Racist graffiti) | Connolly & Keenan (2002) |
| | Evitar (Avoidance) | Feagin (1991); Mellor (2003); Dixon & Durrheim (2003); Essed (1991a, b) |
| | Assumir coisas (Assuming things) | Feagin (1991) |
| | Xingamentos (Name calling) | Mellor (2003) |
| | Piadas/Provocações (Jokes/Teasing) | Mellor (2003) |
| | Não ajudar (Failing to help) | Essed (1991a, b) |
| | Desencorajamento (Discouragement) | Essed (1991a, b) |
| | Retenção (de serviço/produto) (Withholding) | Essed (1991a, b) |
| Compras | Grosseria (Rudeness) | Swim et al. (2003) |
| | Exclusão (Exclusion) | Andall (2002); Dixon & Durrheim (2003) |
| | Não tocar (Not touching) | Feagin (1991) |
| | Mau serviço (Bad service) | Feagin (1991); Mellor (2003); Byng (1998) |
| | Exclusão (Exclusion) | Essed (1991a, b); Feagin (1991) |
| Burocracia | Ser seguido (Followed around) | Feagin (1991) |
| | Ignorar (Ignoring) | Mellor (2003); Byng (1998) |
| | Geral (General) | Gunaratnam (2001); Howitt & Owusu-Bempah (1999); Mesthenos & Ioannidi (2002) |
| | Estrutural (Structural) | Cropley (2002) |
| | Mau serviço (Bad service) | Swim et al. (2003); Byng (1998) |
| Conversa Social | Comunicação falha (Miscommunication) | Cropley (2002); Howitt & Owusu-Bempah (1999) |
| | Verificação extra (Extra checking) | Andall (2002) |
| | Piadas/Provocações (Jokes/Teasing) | Mellor (2003) |
| Representação Midiática | Preconceito verbal (Verbal prejudice) | Swim et al. (2003); Guerin (2003b) |
| | Piadas/Provocações (Jokes/Teasing) | Mellor (2003) |
| Polícia | Piadas/Provocações (Jokes/Teasing) | Mellor (2003) |
| Polícia | Paradas frequentes e tratamento diferente ao questionar a autoridade policial (Frequent stopping and different treatment when questioning) | Hopkins et al. (1992); Bowling et al. (2004); Broman et al. (2000); Andall (2002); Mellor (2003); Feagin (1991); Hein (2000); Mesthenos & Ioannidi (2002) |

TABELA 2. FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM TERMOS DE POSSÍVEIS ANÁLISES FUNCIONAIS

| Discriminações/Queixas | Possíveis Análises Contextuais/Funcionais |
|--|---|
| Assumir coisas (Assuming things) | Tentando incluir; tirando sarro (fazendo piada); uso impensado de estereótipo; dando a você a chance de se destacar; escolhendo uma opção mais fácil; presumindo que você quer isso. |
| Evitar (Avoidance) | Não querer ser visto com você; evitar uma situação incerta ou difícil; presumir que você prefere evitar; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; uso impensado de estereótipo; desconfiar; escolhendo uma opção mais fácil. |
| Mau serviço (Bad service) | Não querer ser visto com você; tentando excluir; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar qualquer tipo de relacionamento; tentando ferir. |
| Bullying | Tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; feito para aumentar o status do próprio grupo; para denegrir; tentando ferir. |
| Desencorajamento (Discouragement) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; dando a você a chance de se destacar; não querer que você falhe e se machuque; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; comunicação falha; tentando ferir. |
| Exclusão (Exclusion) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; não querer que você falhe e se machuque; escolhendo uma opção mais fácil; presumindo que você quer isso; tentando ferir. |
| Verificação extra (Extra checking) | Tentando incluir; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; dando a você a chance de se destacar; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; comunicação falha. |
| Não ajudar (Failing to help) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; escolhendo uma opção mais fácil; presumindo que você quer isso. |
| Vieses de demissão (Firing biases) | Não querer ser visto com você; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; escolhendo uma opção mais fácil. |
| Ser seguido (Followed around) | Tentando incluir; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar. |
| Paradas frequentes (Frequent stopping) | Tirando sarro; uso impensado de estereótipo; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar. |
| Assédio (Harassment) | Tentando incluir; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; tentando ferir. |
| Vieses de contratação (Hiring biases) | Não querer ser visto com você; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; escolhendo uma opção mais fácil. |
| Ignorar (Ignoring) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; dando a você a chance de se destacar; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; escolhendo uma opção mais fácil; presumindo que você quer isso; tentando ferir. |
| Piadas/Provocações (Jokes/Teasing) | Tentando incluir; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; dando a você a chance de se destacar; evitar uma situação incerta ou difícil; feito para aumentar o status do próprio grupo; presumindo que você quer isso; tentando ferir. |
| Comunicação falha (Miscommunication) | Tirando sarro; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; Não querer ser visto com você; tentando incluir; feito para aumentar o status do próprio grupo; presumindo que você quer isso; tentando ferir. |
| Xingamentos (Name calling) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; escolhendo uma opção mais fácil. |
| Não fornecer seguro (Not providing insurance) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; presumindo que você quer isso; tentando ferir. |
| Não tocar (Not touching) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; escolhendo uma opção mais fácil; presumindo que você quer isso; tentando ferir. |
| Não sentar ao seu lado (Not sitting next to you) | Tentando incluir (se for menor); tirando sarro; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; feito para aumentar o status do próprio grupo; tentando ferir. |
| Abusos físicos (Physical abuses) | Tirando sarro; uso impensado de estereótipo; feito para aumentar o status do próprio grupo; tentando ferir. |
| Grafite racista (Racist graffiti) | Não querer ser visto com você; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar. |
| Aluguel (Renting) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; feito para aumentar o status do próprio grupo; comunicação falha; tentando ferir. |
| Grosseria (Rudeness) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; escolhendo uma opção mais fácil; presumindo que você quer isso. |
| Segregação (Segregation) | Tentando incluir; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; dando a você a chance de se destacar; feito para aumentar o status do próprio grupo. |
| Ser isolado/apontado (Singled out) | Tentando incluir; tirando sarro; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; evitar qualquer tipo de relacionamento; tentando ferir. |
| Olhar fixamente/Encarar (Staring) | Uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; feito para aumentar o status do próprio grupo; desconfiar; não querer que você falhe e se machuque; rigidez. |
| Estrutural (Structural) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; feito para aumentar o status do próprio grupo; desconfiar; escolhendo uma opção mais fácil; comunicação falha. |

| | |
|--|--|
| Vizinhos hostis (Unfriendly neighbours) | Tentando incluir; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; feito para aumentar o status do próprio grupo; comunicação falha; tentando ferir. |
| Preconceito verbal (Verbal prejudice) | Tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; comunicação falha. |
| Retenção (Withholding) | Não querer ser visto com você; tentando incluir; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; ser incapaz de prever seu comportamento; feito para aumentar o status do próprio grupo; desconfiar; escolhendo uma opção mais fácil; comunicação falha. |
| Local de Trabalho (Workplace) | Não querer ser visto com você; tirando sarro; uso impensado de estereótipo; evitar uma situação incerta ou difícil; evitar qualquer tipo de relacionamento; ser incapaz de prever seu comportamento; desconfiar; escolhendo uma opção mais fácil. |

TABELA 3. FUNÇÕES DAS DISCRIMINAÇÕES RACIAIS E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES

| FUNÇÕES | POSSÍVEIS OBJETIVOS DE INTERVENÇÃO GENÉRICA (REALIZADOS NÃO APENAS PELA VÍTIMA, MAS TAMBÉM POR OUTROS AGENTES DE INTERVENÇÃO) |
|---|--|
| Presumir que você prefere evitar | Indicar disposição para formar relacionamento; mostrar sociabilidade. |
| Presumir que você quer isso | Corrigir pressupostos. |
| Evitar uma situação incerta ou difícil | Mostrar como a evasão pode machucar; treinar para que a situação se torne mais certa; praticar como lidar com tais situações. |
| Desconfiar (Distrusting) | Mostrar que é confiável; mostrar o que se está perdendo em benefícios; mostrar que a própria desconfiança gera mais desconfiança. |
| Feito para aumentar o status do próprio grupo | Encontrar formas alternativas de aumentar o status do grupo; tornar o status de não discriminação um fator de valorização; encontrar novos grupos; educar os grupos. |
| Tirando sarro (fazendo piada) (Making fun) | Encontrar formas alternativas de fazer piada; encontrar e educar, remover ou mudar as audiências para essa piada; aumentar o monitoramento e a responsabilização por fazer piada. |
| Comunicação falha (Miscommunication) | Questionamento minucioso sobre as fontes; treinamento em características específicas. |
| Não querer ser visto com você | Encontrar as audiências para esse comportamento e mudá-las. |
| Não querer que você falhe e se machuque | Mostrar disposição para assumir riscos; mostrar benefícios de assumir alguns riscos; mostrar benefícios de ser ativo. |
| Dando a você a chance de se destacar | Treinar para avaliar se você quer se destacar; treinar formas alternativas de ajudar; treinar que ajudar pode nem sempre ser o melhor. |
| Rigidez | Mostrar alternativas seguras; explorar outras opções; explorar a diversidade; aumentar o monitoramento e a responsabilização pela rigidez. |
| Escolhendo uma opção mais fácil (Taking an easier option) | Mostrar que a opção mais fácil para você pode ainda machucar os outros; aumentar o monitoramento e a responsabilização por escolher opções mais fáceis. |
| Evitar qualquer tipo de relacionamento | Mostrar que relacionamentos podem ser temporários, se desejado; mostrar que relacionamentos podem valer a pena. |
| Para denegrir (To denigrate) | Encontrar e mudar as audiências para a denigração; aplicar consequências pela denigração; aumentar o monitoramento e a responsabilização pela denigração; remover o impacto de status social da denigração, se houver. |
| Tentando excluir (Trying to exclude) | Encontrar e mudar as audiências para a exclusão; mostrar que não há necessidade de excluir; mostrar o que eles estão perdendo com a exclusão; mostrar como a exclusão pode machucar, mesmo que não seja intencional. |
| Tentando ferir (Trying to hurt) | Encontrar e mudar as audiências para a ação de ferir; aplicar consequências pela ação de ferir; aumentar o monitoramento e a responsabilização pela ação de ferir; remover o impacto de status social da ação de ferir, se houver. |
| Tentando incluir (Trying to include) | Mostrar que isso não ajuda a incluí-lo; treinar outras formas de ajudar você a ser incluído. |
| Ser incapaz de prever seu comportamento | Mostrar que você é apenas uma pessoa comum na maioria dos aspectos e não é diferente; dar tempo para que a pessoa aprenda seus modos. |
| Uso impensado de estereótipo | Mostrar que a estereotipagem machuca, mesmo que não seja intencional; demonstrar diversidade; aumentar o monitoramento e a responsabilização pela estereotipagem. |

Apêndices

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA



Roteiro - Instrumento de coleta de dados

Momento 1 - Identificação do participante: idade; estado civil; profissão; escolaridade; gênero; etnia e/ou raça²⁷.

Momento 2 - Início da entrevista narrativa e processo de escuta a partir da pergunta disparadora:

- Para pessoas autodeclaradas brancas: “Conte-me sobre a sua história de vida enquanto uma pessoa branca e a sua visão acerca do racismo no seu dia a dia.”
- Para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas: “Conte-me sobre a sua história de vida enquanto uma pessoa negra e a sua visão acerca do racismo de pessoas brancas com quem conviveu ou convive.”

Momento 3 - Perguntas adicionais pertinentes à pesquisa conforme emergirem nos discursos narrativos dos interlocutores, caso não tenham sido abordadas com maiores detalhes:

- Para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas:
 1. Você acha que as pessoas são resistentes para discutir questões raciais?
 2. Você acha que pessoas brancas têm dificuldade para reconhecer o próprio racismo?
 3. Você diria que pessoas brancas possuem estratégias (sejam elas conscientes ou não) para esquivar temáticas como racismo? Se sim, qual(is)?
 4. Você já foi invalidado por uma pessoa branca quando estava falando sobre algum preconceito que sofreu? Se sim, caso se sinta confortável, poderia contar o ocorrido e como se sentiu?
- Para pessoas autodeclaradas brancas:
 1. Você acha que as pessoas são resistentes para discutir questões raciais?
 2. Você se considera uma pessoa racista?

²⁷ Ciente da crítica de Munanga (2003), especificamente, de que as pessoas podem utilizar os termos “raça” e “etnia” como sinônimos de forma a amenizar o impacto da discussão racial no Brasil, o roteiro prevê essa possibilidade, por isso a escolha do operador “e/ou”.

3. Você diria que pessoas brancas possuem estratégias (sejam elas conscientes ou não) para esquivar temáticas como racismo? Se sim, qual(is)?